

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - CPGA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

REFLEXOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA NOS
REGIMES POLÍTICOS DO BRASIL E DO MÉXICO

Victor Manuel González Rojas



UFSC-BU

FLORIANÓPOLIS

2000

Victor Manuel González Rojas

**REFLEXOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA
NOS REGIMES POLÍTICOS DO BRASIL E DO MÉXICO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Angelise Valladares Monteiro

Florianópolis, Julho de 2000

REFLEXOS DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA NOS REGIMES POLÍTICOS DO BRASIL E DO MÉXICO

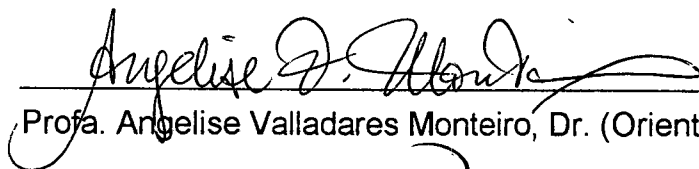
Victor Manuel González Rojas

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração em Políticas e Gestão Institucional) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof. Nelson Colossi, Dr.
Coordenador do Curso


Apresentada à Comissão examinadora integrada pelos professores:



Prof. Angelise Valladares Monteiro, Dr. (Orientador)



Prof. Edvaldo Alves Santana, Dr. (Membro)



Prof. Silvio Antônio Ferraz Cário, Dr. (Membro)

**Para que pueda ser, he de ser otro,
salir de mi, buscarme entre los otros.
Los otros que no son, si yo no existo,
los otros que me dan plena existencia.**

Octavio Paz.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo a esta Universidade por seu espírito público, livre e autônomo. Aos professores que contribuíram enriquecendo esse espírito com seus valores e sua capacidade de luta na defesa desse direito que é abrir mentes e deixá-las voar.

A minha orientadora: professora doutora Angelise Valladares Monteiro e ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Planejamento e Gestão Estratégica (NIEPGE) do Curso de Pós-Graduação em Administração, que apoiou a criação e facilitou a finalização desta dissertação.

Aos professores doutores Silvio Antônio Ferraz Cário e Edvaldo Alves Santana, membros da minha banca examinadora, pela disponibilidade e atenção demonstrados.

Aos meus amigos da comunidade hispânica no Brasil, Claudia, Jairo, Adolfo, Cristian, Carlos. Aos meus amigos brasileiros, Silvio, Chela, Janaína, Solange, Chico, Gilberto, Rogério, Fred, Sandi, Grasiela, Simón. Aos meus amigos no México, que me fizeram compreender que distância é só uma palavra e o tempo um segundo abstrato que sempre acaba e sempre começa, Juan, Lalo, Abel, Miguel, Tony, Ariel, Charly, Alejandro, Marco.

Aos meus pais Gildardo e Cecília que estiveram, estão e estarão comigo sempre e quando eu empreender um sonho; aos meus irmãos e sobrinhas.

À minha amada companheira de sonhos, mudanças e encontros. Porque ela é e será sempre meu motivo para sorrir, crescer e triunfar. Para você, Olivia.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	2
1.2 OBJETIVOS	5
1.3 JUSTIFICATIVA	6
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	9
2.1 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA	9
2.1.1 Teorias predominantes sobre a globalização econômica	12
2.1.2 Características da globalização	15
2.1.3 Tipos de globalização	19
2.1.4 Etapas de cooperação e integração econômica	25
2.2 SISTEMA E REGIMES POLÍTICOS	29
2.2.1 Sistema político	30
2.2.2 Regimes políticos latino-americanos	31
2.2.2.1 Regime burocrático autoritário	33
2.2.2.2 Regime democrático liberal	35
2.2.2.3 Regime Patrimonialista	36
2.2.3 Regime político neoliberal	38
2.2.3.1 Política de desregulamentação	42
2.2.3.2 Política de privatização	44
2.2.3.3 Reforma de Estado	45
3 METODOLOGIA	47
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	47
3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA	48
3.3 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS	49
3.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	51
3.5 COLETA DE DADOS	52
3.6 LIMITES DA PESQUISA	53

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	54
4.1 REGIME POLÍTICO BRASILEIRO	55
4.1.1 Regime político na década de 80	57
4.1.2 Incorporação ao processo de globalização na década de 90	65
4.2 REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO REGIME POLÍTICO	70
4.2.1 Desregulamentação	74
4.2.2 Privatização de empresas públicas	79
4.2.3 Reforma do Estado	88
4.3 REGIME POLÍTICO MEXICANO	99
4.3.1 Regime político na década de 80	101
4.3.2 Incorporação ao processo de globalização na década de 90	108
4.4 REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO REGIME POLÍTICO	116
4.4.1 Desregulamentação	117
4.4.2 Privatização de empresas públicas	119
4.4.3 Reforma do Estado	123
4.5 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS RELAÇÕES ENTRE OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E OS REGIMES POLÍTICOS DO BRASIL E DO MÉXICO	127
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	130
5.1 CONCLUSÕES	130
5.2 RECOMENDAÇÕES	134
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	- BANCO MUNDIAL
CE	- COMUNIDADE EUROPÉIA
CEPAL	- CENTRO DE ESTUDOS PARA AMÉRICA LATINA
EFTA	- EUROPEAN FREE TRADE ASSOCIATION
EUA	- ESTADOS UNIDOS AMERICANOS
FMI	- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
GATT	- ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
INEGI	- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, GEOGRAFIA E INFORMÁTICA
ENIGH	- ENCUESTA NACIONAL DE INGRESOS Y GASTOS DE LOS HOGARES
MCAC	- MERCADO COMUM DE AMÉRICA CENTRAL
MERCOSUL	- MERCADO COMUM SUL AMERICANO
MTV	- MUSIC TELEVISION
NAFTA	- ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO DE NORTE AMÉRICA
NIC'S	- MALÁSIA INDONÉSIA, TAILÂNDIA E FILIPINAS
OMC	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO
PNUD	- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SAI	- SISTEMA ANDINO DE INTEGRAÇÃO
TEC	- TARIFA EXTERNA COMUM
UEE	- UNIÃO ECONÔMICA EUROPÉIA
7E	- GRUPO DOS 7

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA ATE 1998	67
GRÁFICO 2- EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA DURANTE A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	85
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA MEXICANA NA DÉCADA DE 80	105
GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO MÉXICO DURANTE A DÉCADA DE 80	107
GRÁFICO 5 - DÍVIDA EXTERNA DE MÉXICO ATÉ 1998	112
GRÁFICO 6 - COMPOSIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO MÉXICO ATÉ 1998.	115
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO NO MÉXICO DE 1988 A 1998	126

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA.....	37
QUADRO 2 -	CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA A ANÁLISE DA PESQUISA	50
QUADRO 3 -	INFLAÇÃO ANUAL DO BRASIL DE 1986 A 1988	60
QUADRO 4 -	INFLAÇÃO ANUAL DO BRASIL DE 1990 A 1999	65
QUADRO 5 -	DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA ATE 1999	66
QUADRO 6 -	TAXAS DE CRESCIMENTO PAÍSES LATINO AMERICANOS	75
QUADRO 7-	COMPARATIVO DE RENDA PER CAPITA (US\$) 1980-1994	76
QUADRO 8 -	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA BR, RANKING DO IDH 1997	77
QUADRO 9 -	PRIVATIZAÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO ATÉ 1999.....	79
QUADRO 10 -	AS DEZ MAIORES EMPRESAS ESTATAIS DO BRASIL	81
QUADRO 11-	OS MAIORES VALORES OBTIDOS POR VENDAS DE EMPRESAS PÚBLICAS ATÉ 1999	82
QUADRO 12 -	ÍNDICES DE DESEMPREGO NA AMÉRICA LATINA ATE 1999	84
QUADRO 13 -	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO NO BRASIL DE 1988 A 1995	89
QUADRO 14 -	EVOLUÇÃO DOS GASTOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	90
QUADRO 15 -	AS REFORMAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL	91
QUADRO 16 -	ESTRATÉGIA DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA	93
QUADRO 17 -	REGIMES POLÍTICOS DO MÉXICO DE 1980-2000	101
QUADRO 18 -	EVOLUÇÃO DO ESTADO MEXICANO (1917-2000)	102
QUADRO 19 -	EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA DÍVIDA EXTERNA DO MÉXICO DURANTE A DÉCADA DE 80.....	104

QUADRO 20 -	POBREZA NO MÉXICO SEGUNDO A ENCUESTA NACIONAL DE INGRESOS Y GASTOS DE LOS HOGARES, 1989	106
QUADRO 21 -	POBREZA NO MÉXICO SEGUNDO A ENCUESTA NACIONAL DE INGRESOS Y GASTOS DE LOS HOGARES, 1999	114
QUADRO 22 -	VENDA DE EMPRESAS PÚBLICAS MEXICANAS DURANTE O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA	121
QUADRO 23 -	REFORMA DO ESTADO MEXICANO 1988-1998	124
QUADRO 24 -	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO NO MÉXICO DE 1988 A 1998	125
QUADRO 25 -	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS RELAÇÕES ENTRE OS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E OS REGIMES POLÍTICOS DO BRASIL E DO MÉXICO	128

RESUMO

A presente dissertação trata dos reflexos do processo de globalização nos regimes políticos do Brasil e do México, particularmente sobre a existência de processos globais que transcendem aos modelos de Estados nacionais para se converter em fenômenos sócio-políticos internacionais acontecidos no período de 1988 a 1998. Na América Latina, a abertura ao comércio e aos investimentos externos é uma complexa trama, formada, de um lado, pela polarização social, e deterioração das condições de emprego e, de outro lado, pela sofisticação da produção e amadurecimento da relação empregado-empregador. Porém, trata-se de um estudo comparativo de análise sobre os reflexos da globalização dos países Brasil e México, onde a desregulamentação, a privatização e a reforma do Estado foram as três categorias analíticas estudadas para compreender o atual modelo econômico dos países globalizados. Procuram-se então os fatores que representaram, ao longo do processo de globalização, o impacto das mudanças nos regimes políticos da América Latina, os quais modificaram a atual realidade do Estado e sua função pública na sociedade. Os reflexos da globalização manifestarem um incremento nos índices de pobreza e desemprego durante a década de 80 e 90 o que reflete o erro de tirar do Estado as políticas de bem-estar social.

ABSTRACT

The following inquiry wants to present the consequences of the process of globalization in Latin America countries, specifically Brazil and Mexico. The research includes the 80's and 90's decades, because in this period of time when great changes in political regimes of the two countries were started. In Latin America the commercial aperture and external investments are complex phenomenon formed by both: on the one hand, by the social fight and poor job condition and on the other hand by the incongruency between sophisticated ways of production and the immature relationship between owners and workers. Three categories were analyzed, according with the globalization consequences in Brazil and México, which are: deregulation, privatization and reform of state. The economic process of globalization was adopted as an alternative to surpass the crisis of 80's and 90's years. This factor is important in order to understand why the political regimes were modified in these countries. This investigation compares the policies that experienced Brazil and México when started the commercial aperture and when they formed commercial blocks as a model of economic development and the consequences in the state and societies. The value of this study is to analyse why the social benefit policies disappeared and why the state does not make that function anymore. This work represents a tool very useful in the social analysis and it allows to produce future works in this area.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, o discurso neoliberal, hegemônico no mundo e especificamente em América Latina, priorizou a privatização de empresas estatais, abertura comercial, desregulamentação e liberalização dos fluxos de capitais, o desmonte da legislação trabalhista e das políticas sociais, políticas monetárias ortodoxas, obsessão com o controle da inflação e o desprezo pelas políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento da economia e a mutação do espírito do Estado. (Alves, 1999, p. 3).

Esta dissertação propôs-se a contribuir no atual debate sobre as formas de regular a vida econômica, política e cultural das sociedades contemporâneas. Porém, procura-se, os fatores que representarem ao longo do processo de globalização impacto e mudanças nos regimes políticos da América Latina. Esta dissertação aborda o tema dos regimes políticos contemporâneos da América Latina especificamente o caso de Brasil e do México, durante o início do processo de globalização econômica.

Porém, esta pesquisa analisa as estratégias de desenvolvimento econômico do processo de globalização iniciada a partir de 1988 pelos países Brasil e México, além de identificar os reflexos deste processo nos regimes políticos contemporâneos. Basicamente analisa-se o impacto da globalização nas reformas de Estado sobre os aspectos de gestão econômica e de condução política. Permitindo conhecer as medidas que o Estado tomou (privatização, desregulamentação e reformas), para se incorporar ao atual modelo econômico de globalização a partir da década de 80.

Dessa forma, analisam-se os regimes políticos do Brasil e do México, em três etapas, a primeira consiste em determinar qual era o tipo de regime político que tinham antes de se incorporar ao processo de globalização econômica; suas características e sua situação econômica e política nacional que abrange a década de 80. A segunda etapa consiste em analisar os fenômenos de desregulamentação, privatização e Reformas do Estado, experimentadas nos

regimes políticos destes países no período compreendido entre 1988 e 1998; como reflexos do processo de globalização econômica.

A terceira etapa consiste em determinar as semelhanças e diferenças das relações entre o processo de globalização econômica e os regimes políticos dos países analisados. Nesta etapa se apresentam os resultados da coleta de dados para cada categoria analítica em forma de quadros comparativos e quadros explicativos das mudanças acontecidas durante o processo de globalização econômica, assim como de gráficos de indicadores econômicos que facilitam a compreensão dos dados obtidos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A década de 80 representou para os países da América Latina mudanças cheias de contradições. Por uma parte ocorreu o fim das ditaduras militares sul-americanas (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai) e o término de governos civis de extrema direita, mediante eleições populares em países em crise, por conflitos internos como Bolívia, Nicarágua e Peru, as quais trouxeram como resultado uma abertura democrática a seus países, mas com uma deterioração no desenvolvimento sócio-econômico da sociedade civil. (Fernandez, p. 6, 1999).

Durante a mesma década de 80, inicia-se o período de modernização dos sistemas econômicos, políticos e sociais, de países latino-americanos e é nesse momento que se apresenta o modelo de globalização econômica, como a alternativa para lograr o desenvolvimento econômico e social esperado. Isto, segundo estudos da CEPAL, acontece justo quando muitas das economias dos países latino-americanos estavam com sérios problemas de pobreza e de endividamento externo.

Segundo o Centro de Estudos para América Latina CEPAL (1990), os anos 80 representam a década perdida, já que se iniciou com um crescimento econômico e fechou com uma perda econômica, além de provocar sérios retrocessos sociais nos países latino-americanos. O fenômeno econômico mais agudo foi a crise da dívida externa, que em 1989 atingiu os 416.000,00 milhões

de dólares na América Latina. Tal fato ocasionou severas restrições econômicas, como foi a redução das importações e dos investimentos públicos e privados nacionais, além do recorte dos gastos e dos serviços públicos. Essa foi a situação econômica que se apresentou justo quando os povos tinham avançado nas suas democracias internas.

Segundo Lechner (1994), as teorias liberais afirmam que os processos de democratização se relacionavam e desenvolviam com períodos de crescimento econômico prolongado, já que podiam facilitar a negociação (bens e serviços públicos) de compromissos internos e externos em países onde a democracia ainda não existia. E que inversamente, os períodos prolongados de recessão e ajuste econômico, acentuavam a fragmentação social dos países em desenvolvimento.

De acordo com esse autor é conveniente abandonar o suposto de que o desenvolvimento econômico é um pré-requisito para mudar os sistemas sociais e políticos e chegar à democracia, devendo o mesmo ser considerado apenas como um fator favorável na consolidação das democracias. Porém, a política não é um reflexo direto do processo sócio-econômico das sociedades e não é também um sistema autônomo, mas sim uma conjunção de fatores e fenômenos sociais que se intercalam para produzir a integração social das democracias.

Para esse autor, na década de 90 os regimes políticos de todo o mundo mudam, mas não se sabe com que precisão mudarem e como mudaram. Para ele, a integração econômica é um processo no qual, através dela, dois ou mais mercados nacionais anteriormente separados, e de dimensões unitárias consideradas pouco adequadas, unem-se para formar um só mercado (mercado comum). E para alcançar esse propósito é preciso realizar uma série de ações de acoplamento das estruturas nacionais, a fim de chegar com um mínimo custo social, e a um máximo de racionalidade econômica, política no âmbito do que se pretende integrar.

Isso normalmente exige um período transitório relativamente longo, a fim de evitar transformações drásticas nas economias dos países. Assim, a integração pode desenrolar-se de diversas formas e pode assumir diferentes

formas, que traduzem diferentes graus de integração, a saber: Zona de Comércio Livre; União Aduaneira; Mercado Comum; União Econômica; Integração Econômica Total. Cada uma destas integrações representa uma forma mais abrangente de integração e união. As Zonas de Comércio Livre podem considerar-se como um termo intermédio entre as Preferências Aduaneiras e a União Aduaneira.

Durante os anos 90, o processo de globalização e a internacionalização dos mercados, dos capitais e da tecnologia começam a mudar rapidamente, já que a racionalidade técnico-instrumental e o conhecimento adquirem um caráter imperativo nas organizações em nível mundial. Os países apresentam uma abertura democrática cada vez maior em suas organizações. Assim, este caráter imperativo da globalização, implicou para os países latino-americanos a necessidade de promover ajustes estruturais no sistema econômico, político e cultural de suas sociedades.

Para VIOLA (1996), a segunda metade da década de 90 intensificou extraordinariamente o processo de globalização do mundo, iniciado na década de 50. Para esse autor, 1989 condensou as gigantescas transformações e, por isto, foi considerado por muitos autores como o ano em que o mundo mudou o rumo. É neste período que a pesquisa começa sua análise sobre os regimes políticos da América Latina e sua possível transformação na chegada da globalização econômica.

Tendo em conta que a globalização econômica é um processo histórico que países da América Latina e de outros continentes já adotaram como modelo de política econômica para lograr o desenvolvimento econômico, levanta-se o seguinte problema de pesquisa:

Quais os reflexos do processo de globalização econômica nos regimes políticos do Brasil e do México, no período compreendido entre 1988 e 1998?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar os reflexos causados pelo processo de globalização econômica nos regimes políticos dos países latino-americanos, especificamente do Brasil e do México, no período compreendido entre 1988 a 1998.

Em termos específicos, esta pesquisa espera alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar e analisar o tipo de regime político que países como Brasil e México tinham antes de se incorporar ao processo de globalização econômica; na década de 80;
- Caracterizar a incorporação do processo de globalização econômica, nos regimes políticos do Brasil e do México no período compreendido entre 1988 e 1998;
- Identificar e analisar as políticas de desregulamentação, privatização, e Reforma do Estado como reflexos do processo de globalização econômica nos regimes políticos de Brasil e do México;
- Determinar as semelhanças e diferenças das relações existentes entre o processo de globalização econômica e os atuais regimes políticos do Brasil e do México.

1.3 JUSTIFICATIVA

Fatos históricos marcantes ocorridos entre o final da década de 80 e o início da década de 90 determinaram um processo de rápidas mudanças políticas econômicas e sociais no mundo. Até mesmo os analistas econômicos e cientistas políticos internacionais foram surpreendidos pelos seguintes acontecimentos: A queda do Muro de Berlim em 1989; o fim da Guerra Fria; o fim do socialismo real; a desintegração da União Soviética, em dezembro de 1991, e seu desdobramento em novos Estados Soberanos (Ucrânia, Rússia, Lituânia); a formação de blocos econômicos regionais (União Européia, Nafta, Mercosul); o grande crescimento econômico de alguns países asiáticos (Japão, Taiwan, China, Hong Kong, Singapura), levando a crer que constituirão a região mais rica do Século XXI; o fortalecimento do capitalismo em sua atual forma, ou seja, o neoliberalismo; e o grande desenvolvimento científico e tecnológico ou Terceira Revolução Industrial ou Tecnológica.

O cenário internacional do início dos anos 90 é marcado pela crescente hegemonia do ideário neoliberal como modelo de ajuste estrutural das economias e pela afirmação do domínio político e militar dos EUA. Além da evolução dos novos conceitos no mundo do trabalho (qualidade, produtividade, terceirização, reengenharia), deram como resultado o desenvolvimento de novas técnicas para se organizar, produzir e administrar os recursos humanos, materiais e financeiros, obtendo como resultado mudanças importantes nos sistemas políticos e nos regimes de governo.

Através desses acontecimentos, surge a idéia de desenvolver uma pesquisa sobre os reflexos causados pela globalização, nos regimes políticos de países latino-americanos durante a década de 90, onde se apresenta uma série de mudanças nas estruturas econômicas, políticas, culturais e jurídicas em países como Brasil e México, que se encontram em um processo de abertura comercial e de conformação de blocos e acordos econômicos.

Assim, o tema a desenvolver tem a devida pertinência e relevância, já que na atualidade, segundo Cabrera (1994), é impossível pensar em avanços

econômicos fora da globalização econômica e das teorias políticas neoliberais, porque são os padrões que sustentam os atuais modelos econômicos e políticos dos países latino-americanos especialmente os do Brasil e do México, os quais se incorporaram ao dito processo de globalização no fim dos anos oitentas. Continuando com Cabrera, depois da queda do sistema socialista, o modelo econômico dominante é representado pela globalização mundial dos mercados, dos capitais, da produção, da tecnologia. E o modelo político do neoliberalismo é representado pela reforma e modernização do Estado e pela transição das funções e serviços públicos ao setor privado.

O neoliberalismo, além da modernização econômica, intenta introduzir mudanças de caráter estrutural nas instituições de serviço público. Nesse sentido, qualifica a esfera pública vigente dos países latino-americanos como portadora da ineficiência, pela sua incompetência nas funções que desempenha e que não consegue controlar devido a seu alto grau de centralismo e burocracia.

Para Fernandez (1999), o capital multinacional produtivo e especialmente o financeiro especulativo são os novos donos que operam praticamente sem restrições em todo o planeta, desenhando um entorno institucional supra-estatal (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial de Comércio, Grupo dos 7, União Econômica Européia, Tratado de livre comércio da América do Norte, Mercado Comum Sul Americano, os Tigres de Ásia, O grupo dos 3, e demais organizações comerciais), que seja acorde com suas necessidades de acumulação e benefício. Este novo marco de funcionamento está impregnado pelas políticas neoliberais, e nele não cabem as considerações humanas, sociais ou ambientais.

De acordo com esse autor, tudo o sistema econômico e político se subordinam à lógica do mercado e à competitividade. As vítimas desta nova ordem são chamadas de legião. E por outro lado, com a globalização, as povoações rurais de importantes espaços da América do Sul, África e Ásia, tem desarticuladas suas estruturas sociais, suas tradições e suas formas de produção e consumo (de baixo impacto ambiental), como resultado da expansão do domínio do Agrobusiness no campo e a penetração paulatina nestas áreas dos produtos das multinacionais.

Para Barroso (1999), a raiz do fenômeno globalização encontra-se na idéia de organizar e orientar o sistema econômico para operar com preços e custos competitivos internacionalmente seja para exportar bens e serviços, seja para competir no mercado interno com produtos oriundos do exterior. Nesse ponto é que a política da livre concorrência exerce papel técnico fundamental como orientadora das forças de mercado.

Explicar este fenômeno e, especialmente, suas conseqüências sociais e políticas, pressupõem não apenas captar suas dimensões econômicas e técnicas, mas compreender os determinantes políticos de seus mecanismos. É importante também para explicar como estas mudanças da ordem econômica, repercutiram no sistema social, cultural e político do Brasil e do México.

Esta pesquisa pressupõe recolocar na pauta de discussão do ideário neoliberal, os seus antecedentes, a sua cruzada no desmantelamento do Estado-Nação e as conquistas acumuladas pela classe trabalhadora ao longo da história e suas mudanças. Implica, ainda, identificar o direcionamento que vem sendo dado à reestruturação do Estado e de suas instituições políticas. Porém, a contribuição desta pesquisa consiste em analisar os reflexos causados pela aplicação dos modelos de globalização econômica nos sistemas políticos do Brasil e do México que se encontram em transição, especificamente os de serviço público.

Esse processo de transição, na virada do século XX, se apresenta justo quando o Estado está sendo desarticulado de suas funções públicas e os seus órgãos de serviço público (instituições, organismos públicos de governo federal, estatal e municipal) estão sendo também diminuídos, de tal forma que os sistemas políticos do Brasil e do México estão também mudando, mas sem saber claramente quais são essas mudanças que terão experimentado durante o processo de inserção no modelo globalizante.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A fundamentação teórico-empírica pretende analisar a produção científica relevante à problemática em estudo. A finalidade é fornecer uma base sólida de conhecimentos para subsidiar a análise e interpretação dos dados da pesquisa em questão. Essa fundamentação tratará prioritariamente dos seguintes temas: modelo de globalização econômica, globalização política, sistema político, regime político, regime político neoliberal, organismos internacionais e acordos comerciais internacionais.

2.1 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Globalização é o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa aldeia-global, explorada pelas grandes corporações internacionais. Isto ocorre quando os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias que protegem sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional. Esse processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação e de comunicação: telefones, computadores e televisão.

Para Gonçalves (1998), as determinantes dos processos de globalização podem ser agrupados em seis conjuntos de fatores. O primeiro refere-se aos fatores de ordem ideológica e trata da ascensão das idéias e políticas econômicas liberais ao longo dos anos 80. O resultado de essa ascensão foi uma onda de desregulamentação do sistema financeiro em escala global. Deve-se ressaltar aqui que vários países em desenvolvimento, ainda em meados dos anos 90, defrontavam-se com as seqüelas da crise do endividamento externo.

Porém, a reordenação da estratégia e da política governamental (na direção da liberalização cambial e da desregulamentação do movimento internacional de capitais) parece ser o resultado, principalmente, de uma restrição imposta pela fragilidade das contas externas (e da necessidade de atrair capital). A liberdade de escolha entre opções políticas e ideológicas mais liberalizantes parece ter desempenhado um papel coadjuvante no processo de liberalização frente à força avassaladora e à gravidade da realidade econômica.

Seguindo com Gonçalves, o segundo conjunto é de ordem institucional e está relacionado à própria dinâmica do sistema financeiro internacional. A criação do mercado de euromoedas provocaram um processo de inovação e adaptação institucional no sistema financeiro internacional. Porém, muitas economias estão considerando dolarizar as suas economias ou criar uma moeda única que sirva como troca dentro de sua zona de livre comércio.

O terceiro conjunto de ordem internacional refere-se aos desenvolvimentos tecnológicos associados à revolução dos custos da informática e das telecomunicações. O resultado foi uma extraordinária redução dos custos operacionais e dos custos de transação em escala global. Assim, as operações financeiras tornaram-se significativamente mais baratas, ao mesmo tempo em que se reduziram os custos de coleta de informações e de monitoramento dos mercados de capitais espalhados pelo mundo.

O quarto conjunto de fatores de ordem internacional refere-se consiste nas mudanças das estratégias dos investidores institucionais e das empresas transnacionais operando em escala global. Ao longo dos anos 80, os fundos mútuos, as companhias de seguros e os fundos de pensão dos países desenvolvidos defrontaram-se com a instabilidade das taxas de juros e das taxas de câmbio e com os próprios limites de expansão dos mercados de capitais dos países desenvolvidos.

O resultado foi uma mudança de orientação estratégica de diversificação dos seus recursos, no sentido de uma maior dispersão geográfica. Aqui trata-se não somente do aumento de investimentos cruzados dentro do grupo dos países desenvolvidos, mas também da penetração em mercados de capitais de países

em desenvolvimento, onde a situação destes países permitia que chegassem novas empresas estrangeiras para investir no seu território.

O quinto conjunto de fatores resulta das políticas adotadas pelos países desenvolvidos ao longo dos últimos anos. Deve-se destacar em particular, os seguintes acontecimentos: primeiramente o comportamento das taxas de juros, onde a política monetária restritiva tornou-se a opção preferencial dos governos dos países desenvolvidos para manter sob controle a inflação. Isso tem importância no momento em que se estimula o deslocamento de capitais de esfera produtiva para a esfera financeira. De fato, a rentabilidade financeira tornou-se um múltiplo da taxa de lucro nos países desenvolvidos ao longo dos anos 80 e inícios dos anos 90.

O sexto conjunto de fatores é de ordem sistêmica. O ponto central aqui é ver a globalização financeira como parte integrante de um movimento de acumulação em escala global caracterizado pelas dificuldades de expressão na esfera produtiva real. Na realidade, neste ponto, há duas questões importantes. A primeira envolve o menor potencial de crescimento dos mercados domésticos dos países desenvolvidos, ricos em capital. Isto é, trata-se do problema clássico de realização de capital. Como resultado, há um deslocamento de recursos da esfera produtiva-real para a esfera financeira e, portanto, um efeito de expansão dos mercados de capitais doméstico e internacional.

A segunda questão trata dos processos de reestruturação produtiva dos últimos dez ou quinze anos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que significaram uma mudança das estruturas produtivas dos países, inclusive com base em fortes movimentos de fusão e aquisição de empresas, que envolveram fluxos financeiros internacionais. Todas as características antes mencionadas favoreceram interna e externamente a cada um dos continentes, para que hoje exista o que se denomina de globalização econômica.

2.1.1 Teorias predominantes sobre a globalização

De acordo com Barroso (1998), a globalização é um conceito de conotações muito amplas e, portanto, com vários sentidos para diferentes pessoas. Sob a ótica econômica, globalização significa integração de mercados nacionais, inicialmente por intermédio do comércio internacional de bens e serviços. Agora, também, pela crescente integração dos mercados internacionais de capitais. Porém, a raiz do fenômeno globalização encontra-se na consolidação e expansão do capital financeiro a nível internacional.

Para Souza (1997), o fenômeno da Mundialização ou Globalização Econômica possui seus alicerces no pós-guerra, toma fôlego a partir do início dos anos 70 e, ao longo da década de 80 até os dias atuais, engendra uma nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, seus mercados, capitais e serviços financeiros. Sobre o ponto de vista macroeconômico, a globalização vem sendo viabilizada por um duplo movimento, aparentemente contraditório: de um lado, pela desregionalização e a tendência crescente de quebra de barreiras comerciais entre nações e de outro lado, pela regionalização: pendor à formação de blocos econômicos regionais.

A desregionalização refere-se ao deslocamento de um tipo local de competitividade regulada para a esfera do livre mercado mundial, portanto, sem restrições quanto a determinados aspectos políticos nacionais. Demarcada pela expansão das empresas transnacionais ocorridas em maior profundidade na década de 80 e, sobretudo, pela desregulamentação econômica, a desregionalização significa a ruptura de certas alianças ou restrições comerciais estabelecidas entre determinados países segundo critérios relativamente pertinentes às relações entre os Estados.

Na desregionalização encontra-se em jogo o declínio de blocos comerciais protecionistas que, de certa forma, isolavam determinadas regiões de demais protagonistas internacionais. Propugnando o livre comércio, as fronteiras comerciais dos países passam a ser flexibilizadas, assumindo maior porosidade econômica e financeira.

A regionalização, por sua vez, pode ser caracterizada pela formação de blocos entre países de uma mesma região ou continente, de modo que não haja barreiras derivadas de mecanismos de proteção comercial, pelo menos entre as nações sob aliança.

Há fatores que limitam a capacidade de autonomia dos Estados nacionais em controlar sua demanda global e pôr em prática estratégias e políticas dirigidas aos objetivos nacionais; ao mesmo tempo, a contratendência não se mostra mais como uma estratégia de recompor a fortaleza dos Estados nacionais, mas sim de organizar um ente supranacional, ou seja, um ente regional.

São exemplos típicos dessa nova integração econômica, o bloco europeu, com os países da CE (Comunidade Européia); o da América do Norte, com o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) que engloba os Estados Unidos, o Canadá e o México; o asiático, com o Japão, os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan), os NIC's (Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas) e a China; e, na América Latina, o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

Deste duplo movimento, desregionalização e regionalização, resulta a formação de espaços regionais abertos ao mercado mundial - regionalismo de mercado, desprovidos de regulação por Estados nacionais, onde a competitividade passa a ser a palavra de ordem entre as empresas e nações para a integração ao mundo contemporâneo; dessa forma a participação em mercados nacionais e internacionais se constitui no princípio básico de formulação e de implantação de políticas governamentais.

Porém, Souza (1997) acredita que o mercado, agora entendido no âmbito da competitividade global e livre, constituinte da sociedade global, reaparece ideologicamente no Ocidente como um espaço apolítico, desprovido de quaisquer influências que não sejam as de ordem estritamente econômica, debilitando o Estado para consolidar a livre afluência do comércio internacional.

Além disso, a existência de mercados desvinculados da tutela dos Estados vem sendo considerada como a possibilidade de retomada do crescimento econômico e social por parte de países desenvolvidos e subdesenvolvidos,

acreditando que é possível revitalizar, sobretudo, o processo de acumulação capitalista. Nesta ótica, é professada a ineficiência do setor público como a responsável pelos fracassos das economias nacionais latino-americanas e, por conseguinte, é gerado o processo de acumulação capitalista, deslocando-se para o setor privado internacional. Aqui o Estado é excluído internacionalmente do poder e da função de controlar, regulamentar e coordenar as políticas econômicas antes direcionados por ele.

Desse modo, as formas específicas de capitalismo, outrora reguladas pelos Estados nacionais e particularizadas pelos diferentes processos históricos, políticos, sociais e culturais vividos por cada país, acabam por se submeter às regras pretensamente objetivas de um capitalismo que se dispõe global pela via do regionalismo de mercado. Impondo novos padrões socioculturais e políticos aos povos, o fetiche do mercado global sem barreiras é engendrado em concomitância aos esforços do neoliberalismo pela hegemonia político-econômica no Ocidente, reordenando a estrutura de poder mundial. Sua palavra de ordem é: desregulamentar, liberar e privatizar.

Mas Naisbitt (1994), um entusiasta da globalização, advoga esta cisão afirmando que: as tendências mundiais apontam, predominantemente, para a independência política e o autogoverno, por um lado, e para a formação de alianças econômicas, por outro lado. Isso porque existe um paradoxo global, que consiste em quanto maior a economia mundial, mais poderosos são os seus protagonistas menores.

Segundo esse autor, a remoção das barreiras comerciais em todo mundo criará oportunidades de negócios em todas partes e para todos. Obviamente, algumas regiões e alguns países em particular oferecem uma perspectiva de retorno mais imediata; porém, os investidores de visão procuram áreas que gerem retornos a longo prazo onde possivelmente América do Sul e o América Central possam ser atrativas para este tipo de investimentos.

2.1.2 Características da globalização

A globalização é um fenômeno desenvolvido pelo comércio internacional ou comércio exterior, que está respaldada na teoria econômica do neoliberalismo, sugerindo uma redução do Estado e de suas formas de controle sobre os bens e os serviços e diminuição de seu aparelho burocrático e a não intervenção nos assuntos econômicos das nações, além de uma expansão dos benefícios e incentivos comerciais entre países ou regiões.

Funciona em países com uma economia de mercado aberta e sem fronteiras. Os países que participam da globalização e que têm uma zona de livre comércio encontram vantagens competitivas ao adotar este modelo econômico. Os mercados são caracterizados pelo neoliberalismo como sistema democrático por excelência, produtor de uma ordem que se realiza a partir das múltiplas ações individuais orientadas por interesses particulares, corporativos e/ou empresariais.

A competição, com base na inovação tecnológica, transformou-se em fator dominante em muitas indústrias e em muitos serviços, e na intensificação nas atividades tecnológicas. A competitividade global está impondo uma nova forma de organização da produção, não mais fundamentada sobre a lógica de cisão entre planejamento e execução, o que justificaria a adoção de novos modelos de gestão para que respondesse rapidamente a uma alteração na demanda ou nos custos e, ao mesmo tempo, desenvolver a qualidade necessária na produção de bens e/ou serviços.

Para Souza (1997), a globalização é marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais. Por exemplo, a cadeia de *fast food* *McDonald's* possui 18 mil restaurantes em 91 países. Essas corporações exercem um papel decisivo na economia mundial. Segundo pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo (1994), as maiores empresas do mundo (*Mitsubishi*, *Mitsui*, *Sumitomo*, *General Motors*, *Marubeni*, *Ford*, *Exxon*, *Nissho* e *Shell*) obtiveram o faturamento de 1,4 trilhão de dólares. Esse valor equívale à soma dos PIBs do Brasil, México, Argentina, Chile,

Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Nova Zelândia.

Outros pontos importantes desse processo são as mudanças significativas no modo de produção das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as transnacionais instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos - que possuem altos salários e inúmeros benefícios - para as nações industriais emergentes, com os Tigres Asiáticos. O resultado desse processo é que, atualmente, grande parte dos produtos não tem mais uma nacionalidade definida. Um automóvel de marca norte-americana pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na Alemanha, montado no Brasil e vendido no Canadá.

A globalização é dirigida a conquistar praticamente quatro setores básicos que podem ser bens ou serviços: sistema de produção, capital financeiro, tecnologia e conhecimento. Além disso, os países em questão pertencem a blocos econômicos ou a zonas de livre comércio que permitem comercializar produtos entre si, com ou sem alfândegas. Outra característica destes países é que seus sistemas político contêm as bases ou foi modificado para aplicar teorias neoliberais. Os países que participam da globalização econômica encontram vantagens competitivas para se inserir neste modelo econômico. Desenvolvem um mercado livre, em que o Estado não intervém de nenhuma forma.

Existe uma livre concorrência, onde os preços se formam em função do próprio mercado e onde subsistem somente as empresas eficientes e que se incorporam imediatamente a este modo de produção, de serviços e de comércio. O contexto da globalização econômica vem evoluindo nos aspectos da produção, capital financeiro e do desenvolvimento tecnológico e intelectual, em torno do atendimento das novas exigências do mercado e pela diversidade e qualidade de bens e serviços que precisam.

A relação entre qualidade/diversidade e inovações se estabelece na medida em que é atribuída como propriedade desta última, em particular às inovações tecnológicas de base micro eletrônica, a possibilidade de alterações

imediatas no produto, uma maior precisão em sua fabricação e, conseqüentemente, níveis de controle de qualidade superiores; tudo isto sem maiores modificações na planta industrial instalada, ou seja, com o máximo de flexibilidade possível.

Uma outra dimensão da produção globalizada refere-se à disseminação entre as empresas das chamadas inovações organizacionais. O mercado não estaria somente determinando a flexibilização da maquinaria, impondo a passagem da automação de base rígida para a automação de base flexível, mas, primordialmente, exigindo a reorganização da produção em bases mais flexíveis. Neste contexto, a economia de serviços passa a se desenvolver sob um ritmo maior que a do setor secundário (terceirização), seja em virtude da transferência de determinados segmentos do processo produtivo e de serviços de apoio à produção para firmas contratadas (terceirização), seja em decorrência do desemprego estrutural.

Conforme assinala Therborn (1995), os serviços privados começaram a ser realizados por empresas menores e, especialmente, em unidades produtivas muito mais dependentes do mercado e da demanda dos clientes do que antes. E Naisbitt (1994) traduz este movimento no chamado paradoxo da globalização, já que na medida em que o mundo se integra economicamente, as suas partes componentes estão se tornando mais numerosas, menores e mais importantes. De uma só vez, a economia global está crescendo, enquanto o tamanho das partes está encolhendo.

Tendo como elemento central a informação e sua velocidade, não é por acaso que o setor de telecomunicações vem sendo alvo da doutrina privatista dos últimos anos tanto no Brasil como no México. Do monopólio estatal ao monopólio privado, as telecomunicações são consideradas meio tecnológico através do qual economias centralmente planejadas podem migrar para a economia de mercado.

A estratégia de controle sobre as informações não se constitui mais em uma atribuição do Estado, em uma questão de segurança nacional, mas sim das empresas competidoras. O desenvolvimento deste setor vem favorecendo a criação de redes de computadores comunitárias que disponibilizam correio

eletrônico e constituem grupos de discussão para usuários locais; a difusão de redes internacionais globais, como a Internet, que já interconecta cerca de 15 milhões de usuários; a disseminação das comunicações sem fio (transmissão por satélite, telefonia celular, telecomputadores), que muitos consideram fator preponderante no aumento de produtividade na área de serviços; a digitalização dos sistemas de comunicação em um meio híbrido, que implica na combinação de computadores, televisão e telefone em um único sistema interativo; os dispositivos de transmissão de textos, os denominados fac-símiles, entre outros.

No que tange ao Brasil, existe elevado consenso de que o processo de reestruturação das empresas vem se intensificando a partir dos efeitos gerados pela globalização dos mercados. Do ponto de vista da difusão das inovações nas empresas brasileiras, Abramo (1990) destaca que o impulso em direção à modernização tecnológica e organizacional irradia-se para outros segmentos produtivos a partir das empresas mais diretamente vinculadas ao mercado externo. A partir do início da década de 70, as diretrizes industriais da economia nacional pautaram-se na política de substituição das importações. Em função da recessão econômica que logo se estabeleceu, sentida principalmente pela retração do mercado interno, a política industrial convergiu para a manutenção e ampliação de posições conquistadas no mercado externo, de forma que viesse compensar a baixa demanda do mercado nacional.

Alterando o perfil inicial de substituidor de exportações, a nova política industrial passou a assumir o caráter exportador atingindo, nos anos 80, sua fase de maior expressão. Mais exposta à competição internacional, as empresas teriam iniciado sua trajetória rumo a um novo tipo de organização produtiva. O objetivo seria o de competir no mercado externo com produtos de qualidade e diversidade compatíveis com os padrões de consumo destes países, estabelecendo, ainda, níveis de produtividade similares.

Fleury (1995) aponta para diversos esforços de racionalização produtiva de empresas brasileiras líderes de alguns setores em face da competitividade: redução de custos (terceirizando serviços gerais e processos onde a empresa não apresentava forte domínio e definindo em quais mercados e produtos seriam mais competitivos - focalização); adoção de inovações organizacionais (qualidade,

TPM); incentivo à formação polivalente para a mão-de-obra e, por fim, reestruturação organizacional via enxugamento de pessoal (*downsizing*) e descentralização.

A reestruturação produtiva, iniciada no final da década de 80, caracterizada aqui pela adoção de procedimentos técnicos empresariais destinados ao incremento da competitividade, em conjunto com a adoção de medidas governamentais pautadas na tríade neoliberal da desregulamentação, da liberalização e da privatização econômica acaba, também, por gerar um fenômeno no Brasil similar àquele que ocorre nos países centrais: a cisão estrutural entre crescimento econômico e emprego.

Conforme assinala Pero (1995), o período em questão no Brasil é marcado por uma forte queda do emprego industrial acompanhado de um elevado incremento na produtividade, havendo, como contraponto, o crescimento da participação do setor terciário, a informatização das atividades ocupacionais e, em paralelo, a queda real de salários. O conjunto destes procedimentos, em tese comprometidos com a inserção das economias centrais e periféricas na competitividade internacional, vem obedecendo exclusivamente aos interesses de valorização do capital e, por conseguinte, respondendo à lógica de mercado em detrimento do desenvolvimento social.

Desatrelado do Estado-Nação, o livre mercado mundial estaria implicando profundas transformações na estrutura dos processos produtivos e de trabalho, gerando o aumento da taxa de desemprego global em níveis alarmantes, contribuindo, por fim, para o aprofundamento das desigualdades sociais entre nações. Mais claramente estará refletido nos seguintes pontos que será o relacionado à globalização financeira e produtiva.

2.1.3 Tipos de Globalização

De acordo com Gonçalves (1998), a **globalização financeira** pode ser entendida como a interação de três processos distintos: a expansão de lucros financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos mercados

internacionais de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros internacionais. O primeiro processo refere-se à aceleração dos fluxos financeiros internacionais nas suas diferentes formas, inclusive os empréstimos e os investimentos de portfólio nos últimos dez anos, já que houve uma extraordinária expansão de fluxos de capital em todos os mercados que compõem o sistema financeiro internacional (títulos, ações, empréstimos, financiamentos, moedas e derivados).

O segundo processo característico da globalização financeira segundo o autor, é o acirramento da concorrência internacional. Este fato manifesta-se pela maior disputa por transações financeiras internacionais envolvendo, de um lado, bancos e, de outro instituições financeiras não bancárias. Além disso, investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos e seguradoras) passaram a adotar estratégias de diversificação de portfólio em bases geográficas. Esses investidores podem atuar por instituições financeiras internacionais ou diretamente nos mercados nos quais têm interesse localizados na Ásia, América Latina, África e/ou China e Rússia.

O terceiro processo de globalização refere-se à maior integração dos sistemas financeiros nacionais. Esse processo manifesta-se quando se verifica que uma proporção crescente de ativos financeiros emitidos por residentes está nas mãos de não residentes e vice-versa (capital nacional saindo dos países produtores para investir em outros países). Nesse sentido, um indicador importante é o diferencial entre a taxa de crescimento das transações financeiras internacionais e nacionais.

A globalização financeira moderna corresponde, então, à ocorrência dos processos de simultaneidade entre a aceleração dos fluxos financeiros internacionais, o acirramento da concorrência nos sistema financeiro internacional e integração crescente entre os sistemas financeiros nacionais.

Segundo Gonçalves (1998), a **globalização produtiva** envolve a interação de três processos distintos, a saber: o avanço do processo de internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais.

A internacionalização da produção ocorre sempre que residentes de um país têm acesso a bens e serviços com origem em outros países. Esse acesso pode ocorrer pelo comércio internacional, investimento externo direto e relações contratuais. Entretanto, em termos da inserção produtiva dos países no sistema econômico internacional, os mecanismos relevantes são o investimento externo e as relações contratuais. As exportações e importações são formas de inserção comercial no sistema econômico internacional.

Cabe ressaltar que o investimento externo direto significa que um agente econômico estrangeiro atua dentro da economia nacional por meio de subsidiárias ou filiais, enquanto as relações contratuais permitem que agentes econômicos nacionais produzam bens ou serviços que têm origem no resto do mundo. Os contratos de transferências de *Know-how*, marcas, patentes, franquias e alianças estratégicas são exemplos mais comuns.

De acordo com Costa (1996), a expansão e consolidação da globalização econômica-produtiva, se originou na década de 90 pela interação de todos os países ao concorrer entre eles mesmos por maiores espaços nos mercados nacionais e internacionais. Costa diferencia os países em sete grupos ou tipos, segundo o grau de centralidade de sua inserção no sistema econômico e político a nível mundial.

O primeiro grupo o integram os chamados países desenvolvidos, que são os países com estrutura, informação produtiva, conhecimento intensivo, alta atratividade de corporações transnacionais e capital financeiro e de renda per capita e governabilidade altas (países da OCDE, além de Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong e Israel).

O segundo grupo de países são as chamadas superpotências que são os países que têm as mesmas características dos continentais, mais poderio militar de escopo planetário (EUA). O terceiro grupo são os chamados continentais, que são países com território e população muito grandes, rendas per capita média, estrutura produtiva inclusiva-heterogênea com setor de ponta, e importante poderio militar (Rússia, China, Índia e Brasil). Rússia e China reúnem todas as características dos países continentais. Índia, reúne todas, excluído o poderio

militar que é médio. Brasil e China respondem também ao critério de países emergentes.

Integram o quarto grupo os países chamados emergentes, que são países com alto dinamismo econômico, renda per capita média e alta atratividade de corporações transnacionais e capital financeiro (Tailândia, Malásia, Filipinas, Brunei, África do Sul, Turquia, México, Argentina, Brasil, Costa Rica, Polônia, República Tcheca). O quinto grupo está integrado pelos países estagnados e são basicamente os países com baixo dinamismo econômico, renda per capita baixa ou média e pouca atratividade de corporações transnacionais e capital financeiro (Iugoslávia, Ucrânia, Armênia, Peru, Equador, Paraguai, Bolívia, Quênia, Egito)

O sexto grupo é formado por países chamados de extremamente pobres, e são países sem nenhum dinamismo econômico, baixa renda per capita, nenhuma atratividade para corporações transnacionais e capital financeiro e precária governabilidade (África, Bangladesh, Haiti). O sétimo grupo é chamado de grupo dos excluídos politicamente, e são países em situação de guerra civil e/ou economia autárquica e/ou fundamentalismo religioso e/ou Estados terroristas (Geórgia, Argélia, Iraque, Irã, Coreia do Norte).

A **globalização tecnológica** desenvolve-se junto aos processos de produção industrial, já que as grandes empresas multinacionais abrem mercado para a introdução dos seus produtos de vanguarda, para mostrar aos consumidores diversas vantagens competitivas que têm seus produtos e as vantagens que têm sobre os seus concorrentes. A globalização tecnológica assemelha-se aos outros dois tipos de globalização (financeira e produtiva), dirigidas e planejadas estrategicamente com a visão de ganhar mercado e expandir sua área de competência mediante a produção de tecnologia científica.

Porém, o êxito da informatização e das telecomunicações a nível mundial, onde a tecnologia substitui processos de trabalho custosos, diminui custos operacionais e custos de transação em escala global. Segundo Gates (1999), o melhor negócio para ganhar dinheiro e não falir é através da produção de tecnologia. Afirma também que a tecnologia e sua globalização estão desenvolvendo novos hábitos e novas condutas criando a nível mundial, a

procura de mais avanços tecnológicos e científicos, desenvolvendo também empresas que atuam e dão resposta de bens e serviços à velocidade do pensamento, além de trabalhar e processar a informação como se fosse um sistema nervoso digital.

Segundo Costa (1996), a rápida evolução e a popularização das tecnologias da informação (computadores, CD's, telefones e televisão) têm sido fundamentais para agilizar o comércio e as transações financeiras entre os países. E o maior uso dos satélites de comunicação permite que alguns canais internacionais de televisão (como as redes de notícias CNN, e MTV) sejam transmitidas instantaneamente para diversos países. Tudo isso permite uma integração mundial sem precedentes.

Na década de 90, a globalização informativa implicou numa revolução nas telecomunicações (satélites, televisão, fax e correio eletrônico), no barateamento e crescimento exponencial do transporte aéreo transcontinental e na disseminação de conteúdos, modos de vida e formas de lazer. A vida não é mais como era há 5 ou 10 anos; a sociedade mudou junto com seus avanços tecnológicos e científicos. A sociedade está vivendo uma época de mudanças radicais que possibilitam o contato com outras culturas anteriormente desconhecidas ou pouco valoradas a nível internacional. Mas essa globalização também produz prejuízo nas economias e sociedades contemporâneas, sejam de países desenvolvidos ou semidesenvolvidos.

Por exemplo, a empresa multinacional IBM empregava 400 mil pessoas em 1990 mas, desse total, somente 20 mil produziam máquinas. O restante estava envolvido em áreas de desenvolvimento de outros computadores - tanto em hardware como em software (gerenciamento e marketing). Mas a previsão é de que esse novo mercado de trabalho dificilmente absorverá os excluídos, uma vez que os empregos emergentes exigem um alto grau de qualificação profissional.

Dessa forma, o desemprego tende a se concentrar nas camadas menos favorecidas, com baixa instrução escolar e pouca qualificação. O fim de milhares de empregos, no entanto, é acompanhado pela criação de outros pontos de trabalho mais sofisticados. Novas oportunidades surgem, por exemplo, na área de

informática, com o surgimento de um novo tipo de empresa, as de inteligência intensiva, que se diferenciam das indústrias de capital ou mão de obras intensivas por seu alto grau de sofisticação.

A dimensão científica tecnológica reside no crescimento exponencial da intensidade das interações no interior da comunidade científica internacional por meio dos periódicos, do telefone, do correio eletrônico, da Internet e da interação cara a cara nos congressos e nas comunicações. Cresce também o papel do *input* científico, nos processos decisórios globais (corporações, e agência intergovernamentais). A cooperação transnacionais entre instituições de ensino-pesquisa (ciência aplicada e tecnologia) se desenvolve aceleradamente, dando uma contribuição crucial para o crescimento da produtividade econômica.

Este tipo de globalização sem dúvida é a mais evidente e a mais complicada de analisar e discutir, já que através da tecnologia, a informação, os meios de comunicação e os acordos comerciais de livre comércio a nível mundial, a globalização cultural é expandida para se exibir à sociedade mundial, de forma heterogênea que vai desde o particular até o universal, desde o simples até o esquisito. Culturalmente ao longo da história, os países dominantes reproduziam valores culturais padronizados nos países de influência, mas agora é totalmente diferente.

De acordo com DRUCKER (1995), por mais de seiscentos anos, nenhuma sociedade teve tantos centros de poder como a sociedade em que vivemos agora no final dos anos 90 e não existe mais aquele domínio dos centros do poder concorrentes por uma autoridade central. Atualmente existe só uma história do mundo e uma civilização mundial. E não existe mais aquela história Ocidental ou civilização dos séculos anteriores que determinava e influenciava política, econômica e culturalmente aos outros continentes. Esta transformação começou com a emergência do primeiro país não ocidental, o Japão, como grande potência econômica, e também com a aparição do primeiro computador, onde a informação é o elemento mais importante da comunicação a nível mundial. As fontes de informação também se uniformizam devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da Internet. Isso faz com que os desdobramentos da globalização ultrapassem os limites da

economia e comecem a provocar uma certa homogeneização cultural entre os países.

Uma minoria crescente da população mundial tem a oportunidade de viajar a outros países, falar línguas diferentes da nativa e experimentar diretamente outras culturas. As maiorias da população mundiais têm acesso através da televisão a informações sobre outras sociedades. Como nas outras dimensões, a globalização da cultura está longe de implicar sua homogeneização; pelo contrário, existe um processo de reafirmar as diferenças, que se redefinem como tais em função de sua relação com a globalidade.

2.1.4 Etapas de cooperação e integração econômica

A nível mundial, e, portanto a um nível de abrangência global, temos a integração mundial, que poderá ser vista como o expoente máximo de integração. Para a economia internacional, interessa estudar os diversos acordos existentes entre estados, que para além de terem objetivos políticos muito relevantes, têm essencialmente vantagens econômicas fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Assim, a integração do ponto de vista econômico é um processo. Através dele, dois ou mais mercados nacionais anteriormente separados e de dimensões unitárias consideradas pouco adequadas unem-se para formar um só mercado (mercado comum). Para alcançar esse propósito, é preciso realizar uma série de ações de acoplamento das estruturas nacionais, a fim de chegar com um mínimo custo social com um máximo de racionalidade econômica, política e social no âmbito do que se pretende integrar. Isso exige normalmente um período transitório mais ou menos longo, a fim de evitar transformações demasiado bruscas ou drásticas.

Assim, a integração pode desenrolar-se de diversas formas e pode assumir diferentes formas, que traduzem diferentes graus de integração, a saber: Zona de comércio livre, união aduaneira ou alfandegária,

Implica a eliminação e/ou redução das taxas aduaneiras e restrições ao intercâmbio comercial. Cada uma destas integrações representa uma forma mais abrangente de integração e união. As **Zonas de Comércio Livre** podem considerar-se como um termo intermédio entre as Preferências Aduaneiras e a União Aduaneira. Uma zona de Comércio Livre é uma área formada por dois ou mais países que, de forma imediata ou gradual, suprimem as barreiras alfandegárias e comerciais entre si, mas mantendo cada um deles para com terceiros a sua própria pauta aduaneira. A sua constituição encontra-se presente no GATT, onde se estabelecem as condições básicas para que se eliminem as barreiras entre os países membros.

Dentre as várias Zonas de Comércio Livre existentes salientamos a EFTA (*European Free Trade Association*) e o NAFTA (*North American Free trade Are*). Segundo KINSSINGER (1998), o NAFTA para os Estados Unidos é um instrumento de reafirmação na sua liderança hemisférica e um mecanismo de pressão para combater o protecionismo europeu e japonês. Já para o México, representa um maior interesse no sentido de alavancar investimentos e absorver tecnologia do que propriamente com a intensificação dos fluxos de comércio.

Implica o livre comércio, já existente, e o estabelecimento de uma tarifa externa comum. Por outro lado, a **União Aduaneira** constitui uma forma de integração mais abrangente e profunda que a Zona de Comércio Livre, que constitui uma área em que para além da supressão das discriminações no que diz respeito aos movimentos de mercadorias no interior da união, existe uma pauta exterior comum em relação ao comércio com países terceiros. É precisamente isto que distingue claramente a União Aduaneira da Zona de Comércio Livre, onde face ao exterior subsistem as diferentes pautas aduaneiras dos Estados membros da união.

Esta pauta aduaneira comum designa-se por Tarifa Externa Comum (TEC) e encontra-se regulamentada no art.24 do GATT que define claramente a formação da Tarifa externa Comum e explica que este não poderá ter direitos mais elevados como a média dos existentes nas anteriores pautas dos países membros da união.

A primeira idéia de criar uma Comunidade Econômica Européia (CEE), aconteceu no ano de 1957. O MCAC (Mercado comum da América Central) criado em 1960 são os exemplos de Uniões aduaneiras criadas e verifica-se que no caso da CEE, a União Aduaneira esteve nas bases da formação de uma União Econômica (União Européia) que é a mais importante do nosso tempo. Outro exemplo disso é o Grupo Andino, ou Sistema Andino de Integração (SAI).

Já as **etapas de integração econômica** se concretizam com a consolidação do mercado comum sem um processo de cooperação econômica que anteceda e prepare, não é possível. Assim foi na Europa e no Cone Sul, e assim será em qualquer agrupamento sub-regional. Vários são os níveis de colaboração econômica multilateral que podem aproximar os Estados, por exemplo: mercado comum, união política e econômica, integração econômica total e blocos econômicos.

Implica o livre comércio, a união aduaneira e a livre circulação de pessoas, serviços, bens, mercadorias e capitais. O **Mercado Comum**, representa uma forma mais elevada de integração econômica em relação à União Aduaneira, tendo por base a abolição não só das restrições comerciais mas também das restrições aos movimentos de fatores produtivos, como o trabalho e o capital. O Mercado Comum Europeu é um exemplo claro de integração econômica.

Implica o mercado comum, além de um sistema monetário comum, uma política externa e uma defesa comum. A **União Econômica** se distingue do Mercado Comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores produtivos com certa harmonização das políticas econômicas com vista a um espaço de maior coesão.

A integração econômica total, implica em acumulação das anteriores formas, em uma unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, com o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são de acatamento obrigatório para os Estados membros. São estas as diferentes formas de integração que implicam em diferentes graus de envolvimento e diferentes graus de integração.

Assim, os diferentes tipos de integração têm diferentes repercussões nas regiões em que estão inseridos. Por exemplo, numa Zona de Comércio Livre o relacionamento faz-se sobretudo na racionalização-especialização e penetração das exportações nos países membros. Assim, a afetação dos recursos é reorientada aos ramos e setores de atividade em que se possua uma maior vantagem comparada.

Por outro lado, num Mercado Comum, as pressões provocadas pelas trocas intra e inter-regionais podem ser ultrapassadas por outras, ligadas à mobilidade dos fatores, nomeadamente de mão-de-obra, que podem originar situações delicadas. A União Econômica, dada a maior coesão que envolve, dada a harmonização das políticas econômicas que a caracteriza, favorece uma afetação de recursos no sentido de maior eficiência.

Os **blocos econômicos** são associações de países, em geral de uma mesma região geográfica, que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional. Um dos aspectos mais importantes na formação dos blocos econômicos é a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio. Os blocos aumentam a interdependência das economias dos países membros. Uma crise no México, como a de 1994, afeta os EUA e o Canadá que são os outros países membros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

O primeiro bloco econômico aparece na Europa, com a criação, em 1957, da Comunidade Econômica Européia (embrião da atual União Européia). Mas a tendência de regionalização da economia só é fortalecida nos anos 90: o desaparecimento dos dois grandes blocos da Guerra Fria, liderados por EUA e URSS, estimula a formação de zonas independentes de livre comércio, um dos processos de globalização.

2.2 SISTEMA E REGIME POLÍTICOS

Para poder analisar os reflexos da globalização nos regimes políticos do Brasil e do México, é preciso definir cada uma das categorias analíticas; neste caso, inicia-se analisando o que é um sistema político e posteriormente analisam-se os distintos regimes políticos experimentados na América Latina para concluir com o atual regime de política neoliberal.

O tema básico é, em si, muito simples. O homem, como animal social, está sempre envolvido numa multiplicidade de relações, em virtude das quais ele condiciona seus próprios semelhantes e é por estes condicionado. Em qualquer agrupamento social há, por isso, ao menos dois componentes fundamentais: de um lado, os indivíduos singulares e, do outro, as relações que caracterizam a convivência recíproca dos indivíduos. Porém, para ser observado adequadamente, qualquer agrupamento social deve ser considerado sob um duplo aspecto: como uma constelação de membros e como uma rede de relações interindividuais, mais ou menos complexa, ambas observáveis unitariamente em termos de sistema.

Pode-se observar, de um lado, cada um dos protagonistas políticos e cada uma das instituições públicas ou privadas de dado regime (análise parcialmente abrangente). E por outro lado, se deseja saber, como e porquê tais protagonistas e instituições se influenciam reciprocamente, conseguindo dar origem a vários tipos de regimes políticos, deve-se olhar para o conjunto das relações que ligam entre si as várias partes do agrupamento em questão (análise sistêmica).

De acordo com a teoria clássica de sistemas em sua acepção mais geral, a expressão Sistema Político refere-se a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de interdependência recíproca. Segundo Urbani (1981), quando na ciência política contemporânea se fala de Sistema Político e de análise sistêmica de vida política, faz-se referencia a uma noção e a um procedimento de observação caracterizados por específicos requisitos metodológicos e por âmbitos precisos de uso.

2.2.1 Sistema político

A noção de sistema está associada à idéia de interdependência. Segundo Oslak (1988), um sistema se estrutura e funciona como tal só na medida em que seus componentes mantenham entre si relações de dependência mútua. Pensar na política estatal como sistema implica supor que suas unidades se encontrem vinculadas por uma densa rede de interações, de modo que o comportamento de cada unidade se subordina de alguma maneira ao comportamento das restantes. De acordo com este autor o Sistema Político é resultado de uma prática cotidiana que se manifesta em comportamentos adequados aos fins perseguidos por cada um dos indivíduos unidades e organizações dentro das restrições impostas pelo sistema normativo aplicável à situação.

Para a escola da CEPAL, os sistemas políticos são um conjunto de unidades identificáveis com o mais elevado grau de interdependência entre elas. De forma que, dentro do sistema, uma mudança num elemento segue ou se associa com outra mudança previsível dentro do mesmo sistema. A aplicação da teoria de sistemas modificou a maioria das ciências e disciplinas já que permite estudar fenômenos complexos e integrá-los em conjunto ou desagregá-los em suas partes sem deixar de considerar outros sistemas inter-atuantes que se localizam no meio ambiente.

A administração pública pode ser definida em termos do enfoque de sistemas, como um sistema ou processo dinâmico, complexo e aberto, que se orienta à solução e regulação dos problemas e tensões que são geradas no ambiente e seu entorno, representado neste caso, pelo contexto socio-político, econômico e cultural em que se encontra a Administração pública. Porém, constitui um sistema dinâmico, integrado por: normas, objetivos, estruturas, métodos, procedimentos, elementos humanos (como a administração de pessoal, as relações de trabalho, a comunicação social, a participação dos cidadãos e sua forma de se organizar) e recursos financeiros e materiais, através dos quais se executam o instrumental das decisões públicas e políticas de governo.

2.2.2 Regimes políticos na América Latina

De acordo com Cores (1980), o regime político é um conjunto específico de controles formalmente organizados e estabelecidos pelas classes dominantes para ordenar e controlar o poder político e a convivência social de uma comunidade em função de um sistema ideológico básico. Tais controles são exercidos mediante a regulamentação dos papéis atribuídos às forças políticas da situação e da oposição dos meios de participação e representações políticas, das formas de exercício da atividade governamental e dos procedimentos para superar as tensões manifestas e latentes na ordem social. Assim, o regime político é produto do conjunto compacto de ímpetos promovidos por lealdades, colaborações e obstruções, que tenta dar validade e eficácia ao conteúdo ideológico básico de uma força política ou de forças políticas solidárias, em virtude de um consenso determinado, ainda que subsistam tensões internas que impeçam sua total e mais serena coesão social e política.

Para Levi (1987), o regime político é o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder político, o exercício do poder e dos valores que animam a vida de instituições públicas, as quais constituem a estrutura orgânica do poder político, que escolhe a classe dirigente e atribui a cada um dos indivíduos empenhados na luta política um papel peculiar. Por outro lado, o regime político pode ser também o conjunto de normas e procedimentos que garantem a repetição e controle constante de determinados comportamentos e tornam assim possível o desenvolvimento regular e ordenado da luta pelo poder, do exercício deste e das atividades sociais a ele vinculadas nas suas organizações.

Segundo Oslak (1988), até uma época relativamente recente, era normal o uso de uma tipologia dos regimes políticos que havia sido herdada de Aristóteles, que distinguia a Monarquia, ou governo de um só, a Aristocracia, ou governo de poucos, e a Democracia, ou governo de todos. A cada uma dessas formas de se organizar, correspondia, segundo Aristóteles, uma forma viciada de controlar a sociedade: a tirania, a oligarquia e a demagogia. Nas formas puras, o governo é

administração em benefício geral, nas viciadas, em benefício de quem têm ou administra o poder.

Posteriormente, é Montequieu na sua obra o espírito das leis que afasta-se da classificação tradicional, porque apoia uma nova distinção entre república, monarquia e despotismo. Para ele a natureza do governo depende do número dos detentores do poder (na república, é todo o povo ou parte dele quem o detém; na monarquia e no despotismo o poder esta nas mãos de um só) e do modo de exercer (na monarquia o soberano governa baseado em leis fixas e estáveis; no despotismo governa sem leis e sem regras).

O materialismo histórico e a teoria da razão de Estado constituem indubitavelmente os mais importantes modelos explicativos do processo político, explicando, por exemplo, a relação que existe entre a industrialização e o nascimento dos modernos Estados burocráticos de dimensões nacionais. Esta contribuição mudou a forma de análises dos processos sociais e políticos a nível mundial. Para o materialismo histórico o ponto de partida é a análise da estrutura e a superestrutura econômica, assim como as relações sociais de produção e os próprios meios da produção.

Dentro desta ideologia, Escobar (1995), citando a Marx e Engels, afirma que o regime político representa o ente intermediário para a produção e reprodução do sistema de dominação econômica, política e social de uma classe sobre outra. E é o aparelho mediante o qual a classe dominante plasma toda sua estratégia de exploração, através dos mecanismos de controle que são desenvolvidos e aplicadas pelas instituições públicas que criam. Este tipo de regime mais moderno e complexo existe desde os inícios da acumulação do capital e da divisão social do trabalho, onde desenvolve toda sua racionalidade político-legal para controlar à sociedade.

De acordo com Oslak (1988), o regime é a forma de governo constitucional que caracteriza a organização política de um Estado. Ele identifica três tipos de regimes políticos desenvolvidos pelos quais atravessaram os governos latino-americanos. O Burocrático-Autoritário; o Democrático-liberal, o Patrimonialista, e o Neoliberalismo de finais de século.

2.2.2.1 Regime Burocrático-Autoritário:

Segundo Oslak (1988), os regimes Burocráticos-Autoritários surgem, geralmente, em momentos de forte agitação política dos setores populares, percebidas por outros setores como ameaça à sobrevivência do modo de organização social vigente. Tal fato corresponde às vezes à intensificação de grupos guerrilheiros e de terrorismo e a diversas manifestações de crises econômicas, obtendo, por sua vez importantes transformações nos mecanismos de acumulação do capital e/ou do desgaste modelo econômico dominante.

Este tipo de regime pretende, essencialmente, criar sistemas de exclusão econômica e política mediante a repressão e controle corporativo, desativar politicamente o setor popular e seus aliados, ao tempo em que são reduzidas e postergadas as aspirações de participação econômica deste setor. Pretendem também resolver a situação de instabilidade e incerteza que precede a sua implantação, restabelecendo uma ordem compatível com as indicações das políticas financeiras dos organismos internacionais dominantes.

Este tipo de regime aplica um duplo mecanismo de ação política. Primeiramente em relação à sociedade, pretende assegurar a aplicação de suas políticas reforçando seu aparelho de repressão e controle, além de centralizar o poder e as funções vitais da vida econômica e política do país. E em relação a sua própria burocracia, estabelece severos procedimentos e filtros ideológicos para gerar responsabilidades administrativas e funcionais, ao tempo que intensifica sua discriminação burocrática de servidores públicos de confiança.

Além do indicado anteriormente, este tipo de regime é caracterizado por exercer um poder baseado na força, já que atua sobre a capacidade de exercer a violência como recurso do poder, funcionando como garantia de sua ameaça, e a utiliza na orientação e sentido de causar ao sujeito passivo da relação de poder um dano ou prejuízo em sua entidade física ou nos bens materiais que este têm e deseja conservar.

O caráter autoritário deste regime político radica na idéia da *raison d'État* (razão de Estado), teoria que pode ser invocada pelo Estado para realizar praticamente qualquer atividade policial, procedimento autoritário, ou para aplicar normas que violam os estatutos legais e até as garantias constitucionais. Com esse atributo o Estado pode-se atribuir qualquer atividade para restaurar o ordem monopolizado pelos setores militares e políticos da sociedade. Produz-se assim um retrocesso na sociedade civil e em seus processos decisórios em forma democrática. Incluso este tipo de regime fica fora de pressões eleitorais e sua formulação de políticas sociais deixa de ser resultado de um processo de negociações e compromissos com diferentes setores sociais.

Continuando com Oslak, na historia da América Latina as experiências destes regimes autoritários burocráticos podem-se ver na década de 70 em países como Argentina, Brasil, Chile, Peru, e Uruguai. Onde a forma autoritária de regime político chega ao exagero terminando com as garantias individuais da cidadania e deixando inexistentes todas conquistas sociais do setor obreiro, camponês, magistrial, durante mais de 15 anos. Um dos fenômenos que maior impacto teve nas sociedades contemporâneas de ocidente, foi a caída do comunismo, isto resultado de uma longa crise que se inicio na década de 70 e derivado dos regimes Autoritários Burocráticos e da crise da funcionalidade do Estado e de suas reformas políticas e administrativas

"O colapso do comunismo foi o ápice de uma longa crise que se inicio na decaída de 70. Muitos pensam que isto foi o triunfo do capitalismo, mas a verdade, foi apenas o fracasso de uma forma radical de intervenção do Estado na sociedade". (Bresser, 1996, p 15).

Uma ultima característica deste regime é que era o respaldo por políticas externas de países desenvolvidos ou de organismos financeiros que procuram o controle da nação mediante a intervenção militar do Estado. Para o século XXI a política dos países desenvolvidos e organismos econômicos poderosos, pode não ser a mesma, tudo pelo contrario, exigem aos países de América latina um regime democrático e neoliberal.

2.2.2.2 Regime Democrático Liberal

Este tipo de regime se caracteriza por gerar um tipo de autoridade poliárquica (múltiplas instâncias e unidades de decisão) e sua menor concentração do poder faz possível um maior isolamento e autonomia funcional das instituições burocráticas. A característica dominante é que a estrutura de poder se funda num complexo jogo de forças entre interesses e corporações privadas, organizações burocráticas, governos locais, partidos políticos, sindicatos, parlamento e governo central.

Dado o grau de organização da sociedade civil, as políticas públicas obtém um *feedback* quase instantâneo. A natureza aberta, fragmentada e competitiva do jogo político permite o acesso de grupos e de mudanças organizacionais, mas este acesso tende a se manifestar mais em forma de veto que de posições de articulação e consenso.

A onipresença da política dá lugar a situações claramente irregulares. A mais habitual é o nepotismo, que existe praticamente em qualquer um dos regimes políticos, mas adquire neste regime um maior grau de difusão. Estes funcionários ao ascender a cargos políticos ou de confiança, são funcionários, impedidos de rodear-se de subalternos ideologicamente afins, decidindo muitas vezes neutralizar a atividade de unidades de sua dependência que terão adquirido uma determinada corrente política, seja pela notória filiação de seu titular ou da maioria de seu pessoal. Esta neutralização pode consistir em anular direitos à unidade ou grupo, e em excluir ao funcionário que a dirige, ou simplesmente, não empregar produtivamente seu pessoal. Deste modo, o divisionismo político fecha os canais de interação e distorce o sistema de autoridade.

Uma outra característica destes regimes é que os organismos normativos do governo central apresentam uma enorme incapacidade para controlar a atividade do setor descentralizado do Estado. Porém, muitos dos organismos centrais que coordenavam as empresas públicas fracassaram na sua tentativa de coordenar e controlar as empresas estatais de indústria e comércio que faziam parte do Estado.

2.2.2.3 Regime Patrimonialista

São regimes baseados na tradição, sucessão hereditária e na autoridade carismática do dominante. Existem situações contemporâneas onde o governo transforma os Estados no governo privado para que possam exercer o poder necessário para a dominação. Sua autoridade não depende necessariamente de qualidades pessoais no sentido de missão, o que diferencia esta modalidade da dominação carismática. Também difere da autoridade racional-legal da dominação burocrática, no sentido em que não precisa estar fundada no predomínio de normas constitucionais e legais, nem na existência de um corpo de funcionários cuja carreira depende da capacidade, do mérito ou da eficiência.

O patrimonialismo é a dominação de um só homem, que precisa de funcionários para exercer sua autoridade. Porém, todos os cargos do governo originam-se na administração da comunidade doméstica do monarca ou ditador. Ainda modernamente, este assume a função de presidente (ou seu equivalente) e se rodeia das instituições formais de uma democracia, exerce de fato um quase monopólio sobre todas aquelas decisões relativas à designação, troca e/ou demissão de funcionários em qualquer nível, hierarquia, ou função de governo. Este poder de decisão estende-se também a outras esferas da atividade estatal.

Desde o ponto de vista funcional, as burocracias dos regimes patrimonialistas apresentam uma clara estratificação institucional nos serviços e nas suas funções. Por uma parte, o conjunto de organismos tradicionais de serviço público trabalha com rotinas e procedimentos obsoletos, além de manter baixos salários do seu pessoal, precárias condições de trabalho e uma missão claramente marginal dentro de um conjunto da atividade do Estado.

E por outra, são uma série de instituições modernas, intimamente vinculadas à presidência e a organismos institucionais com funções controladoras e coordenadora, que em alguns casos cumprem funções decididamente centrais em termos do projeto político dominante, e em outros, tão só, desempenham um papel ritual. Porém, o maior desenvolvimento em sua organização está localizada no núcleo central do poder (rei, rainha, imperador, príncipe).

O quadro 1 apresenta uma série de características dos distintos regimes políticos, que vão desde o regime tradicional até o atual regime neoliberal, com diferenciação no âmbito hierárquico, funcional e estratégico, dentro de sua própria lógica política.

QUADRO 1 - REGIMES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA.

Características	Regimes políticos			
	Burocrático Autoritário	Democrático Liberal	Patrimonialista	Neoliberal
Hierarquia	Estrutura tipo Piramidal. Controle através de hierarquias paralelas	Estrutura poliárquica Controle através de partidos pol., opinião pública e corporações.	Estrutura totalmente centralista Exerce um controle personalizado	Estrutura centralizada na figura presidencial O Estado se subordina às forças do mercado mundial
Funcional	Racionalização, desconcentração e subsídios estatais. Têm uma orientação à eficiência	Automatização e descentralização Funcionalismo em excesso e orientação clientilista.	Burocracia formal e unidades operativas obsoletas. Orientação tradicionalista.	Têm uma visão clientelista e se esforça por conseguir a eficiência. Sistematiza a maioria das funções operativas
Material ou orçamentaria	A distribuição de orçamentos é de tipo Autoritário.	Anarquia financeira Forte Concorrência pelos mercados	Monopoliza os recursos e faz uma distribuição discricional.	Os orçamentos públicos se reduzem Terceiriza-se a maioria dos serviços públicos.

Fonte: Oslak (1998, p.53).

Este quadro apresenta de forma descritiva a evolução dos sistemas políticos representados por quatro tipos de regimes políticos desenvolvidos em distintas etapas históricas, e suas características específicas sobre o exercício do poder e seu controle na sociedade e nas diversas instituições públicas. Para fechar o estudo dos regimes políticos na América Latina a continuação descreve-se o atual regime político denominado de Neoliberal.

2.2.3 O regime político neoliberal

De acordo com SOUZA (1999), o neoliberalismo tem suas origens históricas localizadas na Europa e nos Estados Unidos do pós-guerra, constituindo-se como uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar social, organizado pelo keynesianismo. Nesse sentido, intelectuais orgânicos do capitalismo da segunda metade da década de 40, como Hayek e Friedman, iniciaram, tanto no plano das idéias quanto a nível de algumas práticas políticas, a cruzada contra os princípios que orientavam a organização do capitalismo daquela época. Em outras palavras, Hayek entrou para a história da luta hegemônica do capitalismo europeu e, posteriormente, do capitalismo mundial, professando os perigos que a regulação do mercado pelo Estado representava para o desenvolvimento pleno e saudável do capitalismo e, ao mesmo tempo, apontando para a destruição das liberdades individuais dos cidadãos decorrente do Estado de bem-estar social.

Aprofundando e avançando sobre o pensamento de Hayek, e tendo como alvo, em particular, o *New Deal* norte-americano, defende que a liberdade econômica é a verdadeira fundadora da liberdade civil e política e em conseqüência, a regulação do mercado pelo Estado interferiria na vitalidade da concorrência. O Estado intervencionista, deste modo, não ofereceria as condições necessárias para salvaguardar a liberdade do cidadão em nenhuma de suas instâncias.

As propostas neoliberais têm o mercado como princípio fundador, auto-unificador e auto-regulador das sociedades, fazendo coincidir através de um discurso contratualista de direitos, a imperativa necessidade humana de desenvolvimento social com o desenvolvimento despolitizado do mercado. Este credo que, por um lado, ideologicamente mistifica e reduz a complexidade social humana ao fator competitividade e, por outro lado, proporciona, econômica e politicamente, a sustentação do processo capitalista de industrialização da pós-guerra, alicerçado-se, no entanto, nas teorias do liberalismo clássico, sistematizadas na segunda metade do século XVIII.

O liberalismo clássico, desdobrado em uma doutrina econômico liberal, e tendo como um de seus expoentes Adam Smith (1777), justificou a competitividade em uma economia de mercado a partir do pressuposto de que a condição humana se configura, irrestritamente, egoísta. Conseqüentemente, a liberdade econômica seria a possibilidade legítima para dar vazão a esta determinação natural. Esta espécie de catarse resultaria em uma organização mais racional do capital e do trabalho, ao ponto de assegurar uma maior produção e uma melhor qualidade da mesma. Homens individuais, agindo de acordo com seus interesses eminentemente particulares, estariam engendrando um progresso econômico contínuo e eficiente. Por isto, a função básica do Estado estaria atrelado à garantia das condições políticas que assegurassem a liberdade individual e, por conseguinte, a do mercado.

Para Anderson (1995), os herdeiros destes desígnios, os liberais do século XX, os neoliberais somente encontram as condições econômicas e político-sociais exequíveis para pôr efetivamente em prática sua doutrina nos anos 70. O capitalismo monopolista de Estado, organizado sob inspiração do modelo proposto por Keynes para a superação da crise econômico-social do final da década de 20, entrava em uma profunda recessão; recessão esta que combinou, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. No capitalismo monopolista de Estado, o aumento da intervenção estatal é realizada, justamente, para prover recursos suficientes à sobrevivência do capital, primordialmente das estruturas monopolistas e do capital financeiro. A presença ativa do Estado no planejamento econômico e também social, em seus múltiplos domínios, se estabeleceu, desta forma, com o propósito de uma possível regulação das instabilidades dos ciclos econômicos do capital, objetivando a integridade do processo de acumulação.

É precisamente neste contexto que o Estado de bem-estar social se desenvolve nos países capitalistas europeus e na América buscando, através do Estado provedor de serviços sociais, dentre diversos aspectos, o pleno emprego. Não obstante, o panorama atual da economia internacional, na ótica dos neoliberais, vem desde a crise econômica da década de 70, apresentando nítidos indícios da ineficiência do Estado para a gerência destas mesmas crises.

Assim, o liberalismo deste final de século opõe-se tanto ao aumento da carga fiscal sobre o capital, quanto aos níveis atingidos pelos gastos sociais do Estado. Além disso, Anderson afirma que o Estado de bem-estar passa a ser questionado na medida em que, enquanto modelo político-econômico, aumentou o déficit público, propiciou o crescimento de empresas públicas improdutivas, desestimulou o trabalho e a competitividade reduziu a capacidade de poupança e o excedente de capital para ser reinvestido na produção, acabando por gerar níveis alarmantes de inflação. Deve-se observar também, conforme assinala o autor, que a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. O anticomunismo encontrara no neoliberalismo político seu maior aliado.

A título de exemplo, em relatório recente, a OCDE, (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) é composta pelos 24 países seguintes: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Espanha, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Finlândia, Austrália e Nova Zelândia. O paternalismo do Estado do bem-estar social, orgulho da social-democracia europeia, é apontado como um dos graves problemas que se relacionam à crise econômica das nações. De acordo com este relatório, os custos previdenciários que permitem manter um trabalhador desocupado são maiores do que aqueles decorrentes da efetiva geração de empregos.

Na Grã-Bretanha de Thatcher, país considerado pioneiro no desmantelamento do Estado previdenciário na Europa, os neoliberais defendem a redução dos benefícios conquistados até 1979, alegando que o envelhecimento progressivo da população e as altas taxas de desemprego tornaram a assistência social inviável. Na Alemanha neoliberal, inaugurada no início dos anos 80 por Kohl, governo, empresários e trabalhadores estabeleceram, em 1993, um pacto (Solidarpakt) com o objetivo de reduzir as despesas referentes aos programas sociais oferecidos aos cidadãos. Foram afetados benefícios sociais do tipo auxílio-escola, auxílio-moradia, auxílio-desemprego, assistência social, auxílio para imigrantes estrangeiros e outros mais.

Nos últimos cinco anos na França, o direito mais questionado no país pelos neoliberais tem sido o social. As garantias assumidas pelo Estado para com despesas de saúde, direito de greve, aposentadoria, divisão de poderes entre sindicatos e empresários, política salarial e pleno emprego perdem seu caráter inalienável atribuído pelo velho Estado de bem-estar social.

Segundo Anderson, nos Estados Unidos de Reagan, cujo Estado de bem-estar social se diferenciava do europeu, o neoliberalismo se caracterizou mais pelo fomento à competição bélica com a União Soviética, com vistas ao enfraquecimento de sua economia e, por conseguinte, do regime comunista na Europa, do que em relação à produção de um Estado mínimo. Não obstante, os impostos tiveram suas taxas reduzidas em benefício dos grandes capitalistas, as taxas de juros foram elevadas e o movimento grevista estafado, tudo isso num contexto de aumento do déficit público acarretado pela corrida armamentista.

De acordo com Butler (1987), na produção global, conforme visto anteriormente, o mercado é caracterizado pelo neoliberalismo como democrático por excelência, produtor de uma ordem que se realiza a partir das múltiplas ações individuais orientadas por interesses particulares: desejos, preferências e decisões livres dos sujeitos. Portanto, teria a capacidade de conciliar objetivos competitivos, comprometidos com a satisfação das demandas e, por isto, favoreceria à descoberta de variados gostos e preferências dos consumidores, bem como das várias combinações de insumos que vão possibilitar que essas demandas sejam atendidas ao menor custo possível. Como os fatos da vida econômica estão sempre modificando-se, o mesmo acontece com as soluções que o processo competitivo sugere aos vários produtores.

No contexto do processo de globalização econômica, segundo Carvalho (1993), as soluções em questão vêm correspondendo à globalização da produção em torno do atendimento das novas exigências do mercado por diversidade e qualidade. A crise econômica dos anos 70 nos países do Primeiro Mundo levou as empresas a intensificar a busca de novas formas de aumento da produtividade, de novos produtos e de novos mercados.

E na década de 90, a relação entre qualidade, diversidade e inovações, se estabelece na medida em que é atribuída como propriedade desta última, em particular às inovações tecnológicas de base microeletrônica, a possibilidade de alterações imediatas no produto, uma maior precisão em sua fabricação e, conseqüentemente, níveis de controle de qualidade superiores; tudo isso sem maiores modificações na planta industrial instalada, ou seja, com o máximo de flexibilidade possível.

Porém, para Bresser (1996), a competitividade global está impondo uma nova forma de organizar a produção, organizar e dirigir suas formas de controle e suas formas de trabalho. Tudo isto fundamentado sobre a lógica de cisão entre planejamento e execução, o que justificaria a adoção de novos modelos de gestão para que a firma viesse responder rapidamente a uma alteração na demanda ou nos custos e, ao mesmo tempo, desenvolver a qualidade, tanto nos serviços privados como nos públicos. Praticamente isso acontece no regime político neoliberal, diferentemente dos outros regimes onde a preocupação básica é deixar que o Estado seja o coordenador do Bem-Estar, como um *policymaker* macroeconômico, promotor do bem-estar social; regulador, em um nível macroeconômico, das empresas e do meio ambiente; provedor de estímulos fiscais para o desenvolvimento tecnológico de modo a garantir a competitividade externa; e agente de barganha no comércio internacional, buscando fazer valer os interesses de seus respectivos países.

2.2.3.1 Política de desregulamentação

Segundo Anderson (1996), os países latino-americanos que mal iniciaram a construção efetiva de bem-estar social na década de 90 e consolidação real da democracia, o ideário neoliberal abstém-se de seus escrúpulos para com as liberdades individuais dos cidadãos e, coadunando-se com o despotismo e a ditadura, inicia sua escalada em direção à desregulamentação do Estado, pelo menos no âmbito econômico, e de acordo com políticas neocolonialistas propugnadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Segundo o ideário neoliberal, a desregulamentação refere-se a um ato administrativo em virtude do qual o Poder Executivo Federal, através das camarás dos Senadores e Deputados, deixam sem efeito procedimentos, atos, leis e normas que regulam a economia nacional. A desregulamentação da vida econômica do Estado, transfere a direção o controle e os benefícios das empresas estatais e os atos de comércio interno e externo à setor privado para que encontrem um dinamismo dentro da lógica do capitalismo globalizado. Este fenômeno foi executado nos países da América Latina durante a década de 80, como primeiro passo para se incorporar ao processo de globalização econômica.

A final dos anos 80, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial indicarem ao México do presidente Salinas, à Argentina de Menem, à Venezuela de Perez, o Peru de Fujimori e, em especial, o Brasil de Sarney que configuram o cenário político e econômico propício para começar a disseminação das políticas neoliberais em América Latina. Agora, a hiperinflação servia como substrato para se atestar a ineficiência do Estado, seja na confluência dos interesses e necessidades das sociedades em vias de democratização, seja na tutela do mercado. O choque hiper-inflacionário seria a fórmula democrática para conquistar a adesão dos cidadãos em face do receituário neoliberal. Mesmo apresentando gastos públicos sobre o PIB substancialmente menores que o das nações industrializadas, os países da América Latina passam a aderir às determinações de caráter global do capitalismo mundial, conformando sua soberania política, econômica, social e cultural à nova estrutura de poder e de divisão internacional do trabalho desenhada pelo neoliberalismo.

Porém, a política de desregulamentar, liberar e privatizar passou a ser o lema dos governos pertencentes ao novo liberalismo Latino-americano. O novo modelo político econômico, tornou-se então inconfundível em todo o continente americano com a exceção do país de Cuba. É preciso deixar claro que a desregulamentação econômica é a primeira etapa que o governo fez para criar expectativas econômicas de investimentos estrangeiros em seus países e para facilitar o livre comércio de mercadorias internacionais.

2.2.3.2 Política de privatização

Segundo Sandroni (1994), a política de privatização refere-se à aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma empresa privada. A privatização das empresas nacionais ocorre, na maioria das vezes: 1) quando a empresa pública administrada pelo Estado passa a apresentar lucros atrativos a curto ou meio prazo, após a maturação do investimento pioneiro feito pelo Estado, tornando-se então um empreendimento atraente para as empresas privadas; 2) após um trabalho saneador, quando se trata de empresa falida absorvida pelo poder público.

A privatização das empresas públicas na década de 80 e 90 foi um processo pelo qual grupos ou empresas estrangeiras ou nacionais adquirem o controle de uma parcela crescente da economia de um país, que estão de acordo com a visão moderna do capitalismo (a globalização econômica). A privatização muitas das vezes leva à desnacionalização das empresas públicas, e esta pode ocorrer de três maneiras distintas: 1) quando grupos estrangeiros (empresas multinacionais) compram as empresas nacionais; 2) pela concorrência que esses grupos fazem às companhias nacionais, desalojando-as do mercado; e 3) pela ocupação de setores dinâmicos da economia nacional por capitais estrangeiros.

O primeiro mecanismo talvez seja o mais polêmico, mas tudo indica ser o de menor importância na medida em que os antigos proprietários de empresas nacionais conservam seu patrimônio, mantendo assim a possibilidade de investir em outras áreas da economia nacional. No caso da concorrência, as empresas estrangeiras penetram em setores onde já existem investimentos nacionais importantes e, aproveitando-se de vantagens como maiores recursos financeiros, tecnologia mais avançada e maior experiência, tendem a reduzir a participação das empresas nacionais no mercado, levando-as à estagnação ou à falência. Na terceira forma de desnacionalização, as empresas estrangeiras ocupam setores novos e importantes, onde inexistem investimentos nacionais ou onde estes são relativamente pequenos.

2.2.3.3 Reforma do Estado

Segundo Prats (1997), A Reforma do Estado pode-se definir como o processo que experimenta a administração pública nos seus sistemas, estruturas, funções e procedimentos, assim como do comportamento administrativo dos seus servidores públicos para cumprir com seus objetivos previamente planejados e programados no nível Federal, Regional, local e setorial. A Reforma do Estado nas ultimas quatro décadas foi um verdadeiro movimento internacional que provocou a criação de novos conceitos, por exemplo: políticas públicas, gestão pública, modernização administrativa, gerenciamento do setor público e na décadas de 90, a *governance*.

De acordo com esse autor, desde fins dos anos 80, os povos latino-americanos vêm desenvolvendo um grande esforço para adaptar-se às novas realidades da ordem mundial emergente. As Reformas do Estado neste século XXI, que orientam esse esforço parecem ser: 1) o compromisso com a democracia e com seu avanço, o que implica profundas transformações nos atores e em suas capacidades, e no regime e na cultura cívica que estão por trás desses atores e o delimitam; 2) além do que esta fixado no chamado "consenso de Washington" a necessidade de substituir o capitalismo mercantilista, por verdadeiras economias de mercado produtivas e eficientes, o que exige não só que o ajuste econômico seja sustentável, mas também que desenvolvam as capacidades e a institucionalidade das economias modernas.

Outro dos objetivos das Reformas do Estado é a luta contra a pobreza e o compromisso com a redução das desigualdades, para que supere a dualização e o populismo, para construir uma sociedade civil de cidadania plena, na qual a liberdade dos indivíduos e dos grupos esteja efetivamente garantida pelo império da lei. Além de isso as reformas vão dirigidas a lograr a inserção das economias na ordem global mediante a abertura comercial, a capacidade de manejo das políticas de competitividade e a criação e o desenvolvimento de espaços de integração econômica regional que potenciem os países integrados na ordem econômica global.

Todos esse processos, eivados de dificuldades e contradições, correm paralelos à emergência de novos paradigmas, a partir dos quais se deverão abordar e hierarquizar os problemas do desenvolvimento. Em particular alastra-se entre as classes dirigentes latino-americanas a consciência de que o consenso Washington e uma mera democracia formal não são suficientes, por si sós, para garantir o desenvolvimento, a legitimidade e a governabilidade. Estes são processos que só podem resultar de verdadeiras reformas estruturais, entendendo-se por essa expressão a reforma da institucionalidade ou das regras subjacentes ao jogo dos atores políticos, econômicos e sociais.

A ordem mundial emergente obriga desenvolver as capacidades indispensáveis para jogar um novo jogo e para apreender novas regras. Porém as reformas dos estados latino-americanos na década de 90, deixarem de ser reformas populistas tradicionais, já que ficarem débil frente às coalizões de interesses privados, e comecem a criar um Estado desligado das suas funções produtivas, mas forte, a serviço da economia nacional produtiva e de sua competitividade, capaz de compensar as falhas do mercado e de garantir a coesão social.

Segundo Bresser Pereira (1998), a reforma do Estado no regime neoliberal é direcionada para que o governo cumpra a função pública e política (serviços administrativos) e não a função econômica. Porém, o Estado passa a ser mais funcional enquanto aos processos e atos administrativos que a cidadania reclama e mais serviçal no âmbito burocrático referente à desregulamentação das atividades econômicas e financeiras da nação. Aparentemente o tema que prendeu a atenção dos políticos e formuladores das políticas públicas em todo o mundo foi o chamado "ajuste estrutural" ou em termos mais analíticos, o ajuste fiscal e as reformas orientadas para o mercado. Nos anos 90, embora o ajuste estrutural continue figurando entre os principais objetivos, a ênfase deslocou-se para reforma do Estado, particularmente para a reforma administrativa, onde a questão central hoje é como reconstruir o Estado, como redefinir um novo Estado em um mundo globalizado.

3 METODOLOGIA

Para estudar fenômenos sociais, se requer, segundo Aranda (1992), necessariamente um método científico, o qual é definido por ele como o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado. Os métodos então vêm a ser o instrumento, processo ou caminho pelo qual chegamos ao conhecimento científico dos fenômenos que acontecem na realidade. Assim, há continuação se apresenta a seguinte metodologia que será utilizada nesta pesquisa social.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Utilizou-se uma abordagem predominantemente qualitativa, com o objetivo de capturar e investigar realidades sociais através da compreensão e interpretação dos significados humanos e seus processos de construção social. Serão usados elementos de abordagem quantitativa para definir indicadores de análise. O método utilizado é o método comparativo de análise que segundo Richardson (1989), está implícito na teorização científica de maneira geral, e se refere de forma mais restrita à comparação sistemática das variáveis desprendidas dos aspectos mais relevantes dos processos de globalização, como são por uma parte as mudanças apresentadas no regime político e as mudanças apresentadas no sistema econômico, produtivo, tecnológico e cultural da sociedade contemporânea.

Este é um estudo de tipo exploratório e descritivo e se prevê categorizar a variável regime político, conforme definida nos distintos processos da globalização econômica, produtiva, tecnológica e cultural. Este tipo de abordagem, segundo Richardson (1989), é uma das alternativas metodológicas que compreende atividades de investigação na área social, e que estuda os fenômenos sociais como partes relacionadas e não como elementos isolados como faz a pesquisa quantitativa, além disso, está formada por diversos tipos de

pesquisas que permitem ao pesquisador trabalhar com uma ampla liberdade teórico metodológica.

3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

As perguntas de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho estão em função direta dos objetivos previamente mencionado na primeira parte deste projeto. O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar os reflexos causados pelo processo de globalização econômica, nos regimes políticos dos países latino-americanos, especificamente do Brasil e do México, no período compreendido entre 1988 a 1998.

Em termos específicos, esta pesquisa espera alcançar responder as seguintes perguntas de pesquisa:

- Qual o tipo de regime político que países como Brasil e México tinham antes de se incorporar ao processo de globalização econômica; na década de 80 ?
- Como foi a incorporação do Brasil e do México no período compreendido entre 1988 e 1998 no processo de globalização econômica?
- Que tipo de mudança experimentarem os regimes políticos do Brasil e México durante o processo de globalização econômica?
- Quais os reflexos das políticas de desregulamentação, privatização, e Reforma do Estado gerado como processo da globalização econômica nos regimes políticos de Brasil e do México?
- Quais as semelhanças e diferenças das relações existentes entre o processo de globalização econômica e os atuais regimes políticos do Brasil e do México?

3.3 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

Para fins desta pesquisa, estruturaram-se as categorias analíticas de uma forma sistemática, para determinar suas variáveis e indicadores. A seguir, apresentam-se as seguintes categorias analíticas:

Globalização econômica

Para Hirts (1998), a Globalização é o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados, explorada pelas grandes corporações internacionais, onde os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional.

Regime político

De acordo com Cores (1980), o regime político é um conjunto específico de controles formalmente organizados e estabelecidos para ordenar o poder político e a convivência social de uma comunidade em função de um sistema ideológico básico. Tais controles são exercidos mediante a regulamentação dos papéis atribuídos às forças políticas da situação e da oposição dos meios de participação e representações políticas, das formas de exercício da atividade governamental e dos procedimentos para superar as tensões manifestas e latentes na ordem social.

Um regime político é um conjunto compacto de ímpetus promovidos por lealdades, colaborações e obstruções, que tenta dar validade e eficácia ao conteúdo ideológico básico de uma força política ou de forças políticas solidárias, em virtude de um consenso determinado, ainda que subsistam tensões internas que impeçam sua total e mais serena coesão social e política.

As variáveis utilizadas em cada uma das categorias analíticas estão representadas por três níveis (desregulamentação, privatização e Reforma do Estado) básicos, dos quais desprende-se o seguinte quadro descritivo que será utilizado posteriormente na coleta de dados.

QUADRO 2 - CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA A ANÁLISE DA PESQUISA

Categorias analíticas	Reflexos da globalização nos regimes políticos	
	Brasil	México
Desregulamentação	Política sobre a desregulamentação da economia como processo necessário para se incorporar ao processo de globalização econômica.	Política sobre de desregulamentação da economia como processo necessário para se incorporar ao processo de globalização econômica.
Privatização	Privatização das empresas estatais como parte da estratégia da globalização econômica.	Privatização das empresas estatais como parte da estratégia da globalização econômica.
Reforma de Estado	Reforma do Estado como requisito para se incorporar ao processo de globalização econômica.	Reforma do Estado como requisito para se incorporar ao processo de globalização econômica.

Fonte: dados secundários.

Este quadro servirá de base para determinar as medidas adotadas por os países de Brasil e do México no processo de globalização econômica durante o período compreendido de 1988 a 1998, além de analisar a desregulamentação da econômica, a privatização das empresas públicas e a reforma do Estado como os elementos chave do processo de globalização econômica que determinam a mudança no desenvolvimento dos regimes políticos da América Latina.

3.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A unidade de análise é um conceito muito importante no desenvolvimento da pesquisa, já que, segundo Babbie (1998), corresponde àquilo que vai ser estudado na pesquisa e para o qual vão ser tiradas as conclusões do estudo. Esta deve considerar a variável tempo e espaço. Porém, a delimitação deste trabalho estará enfocada a conhecer os reflexos do processo de globalização nos regimes políticos do Brasil e do México, no período de 1988 a 1998.

O período analisado está compreendido entre os anos de 1988 a 1998, refere-se ao início dos trabalhos coordenados por parte dos países que querem integrar uma união econômica, um acordo de livre comércio, ou pacto econômico. Nesse período, toda América inicia esforços para empreender blocos econômicos para concorrer internacionalmente. É também nesse período que as reformas de Estado e a condução econômica por parte do Estado começam a ser questionadas a nível mundial pelas economias desenvolvidas e pelos órgãos financeiros internacionais.

A pesquisa está focada na análise de um conjunto considerável pesquisas teóricas e teórico-empíricas que envolvem e contêm um análises do desenvolvimento dos processos de globalização e das reformas ao regime político. Porém, o propósito da pesquisa é múltiplo, sendo simultaneamente descritivo e exploratório. Tem caráter descritivo, já que visa conhecer as categorias identificadas para a globalização e o regime político; o caráter exploratório é claro no sentido em que o estudo procura entender a maneira como estes processos mudaram os regimes políticos da década passada.

Por uma parte, o Brasil que é o país com forte presença na América do Sul, por seu território, seus recursos naturais e suas oportunidades de negócios apresentados no fim da década de 90, favorecendo a integração de um bloco comercial chamado de MERCOSUL, junto com os países de Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, marcando assim a sua incorporação ao processo de globalização econômica.

Por outra parte o México e seu regime político será analisado, como o primeiro país latino-americano em formar um acordo de livre comércio, com

países potencialmente desenvolvidos (EUA e Canada). Em outubro de 1993, o Presidente Carlos Salinas coroa seu programa com a assinatura do Nafta (Tratado de Livre Comércio entre México, EUA e Canadá) e define abertamente o regime neoliberal como sistema político de governo.

Para conhecer claramente os reflexos da globalização nos regimes políticos, determino-se trabalhar com 3 categorias analíticas. 1- o processo de desregulamentação da condução da vida econômica dos países que sofreu o Estado (o Estado deixa de ser agente dinâmico e reitor da vida econômica dos países de América latina); 2- o processo de privatização econômica que experimentou a maioria dos países da América e do mundo, como requisito para se incorporar à globalização econômica. 3- a Reforma do Estado e o papel do Estado na sociedade. Segundo Bresser Pereira (1996), a Reforma do Estado na década de 90 é o pré-requisito para que o capitalismo contemporâneo se expanda e o Estado renove sua funcionalidade social, já que o Estado tem um caráter cíclico na intervenção da vida econômica das nações. Porém, a Reforma do Estado é importante de ser analisada como um fenômeno interno da vida social dos indivíduos e como um fenômeno externo da vida econômica das nações.

3.5 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

De acordo com as características desta pesquisa, a maior parte das técnicas utilizadas na coleta e análise de dados serão predominantemente qualitativas, com apoio dos recursos das técnicas estatísticas e gráficas. A utilização destas estatísticas é contemplada na primeira etapa da pesquisa, já que algumas das variáveis têm relação direta com valores quantitativos. Os dados coletados e analisados nesta pesquisa podem ser catalogados como secundários, que são àqueles já disponíveis, que o pesquisador usa por fornecerem informações de interesse para o estudo. Esse é o caso de alguns documentos Federais (INEGI e IBGE), revistas contemporâneas sobre economia e política e livros especializados sobre o tema da globalização econômica, além de isso se coletaram dados nas pesquisas já feitas anteriormente sobre temas relativos ao

fenômeno da globalização os quais servem como base para as análises da pesquisa em questão.

Os dados secundários serão analisados utilizando a técnica da análise documental, definida por Godoy (1995), como o exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou complementares interpretações. Sobre a mesma técnica, Richardson (1985) indica que para coletar dados de fenômenos sociais, é necessário levar a cabo a determinação, cópia e análise fiel dos fenômenos sociais, que se trabalham sobre os documentos e que é são essencialmente temática para as abordagens de pesquisas qualitativas.

Eventualmente, têm-se planejado a elaboração de entrevistas com alguns personagens que trabalham as instituições políticas para apresentar dados diretos sobre os reflexos do processo de globalização no Brasil e no México, basicamente na política de desregulamentação da vida econômica do Estado, da privatização das empresas estatais e da reforma do Estado.

3.6. LIMITES DA PESQUISA

O presente estudo, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa que analisa os regimes políticos em uma etapa histórica ainda não concluída como é o processo de globalização econômica, se restringe a análise de três variáveis que se apresentam no período delimitado que vai de 1988 a 1998. Porém, há de se considerar como possíveis delimitadores para esta pesquisa os seguintes fatores:

- Variáveis que provocarem mudanças nos regimes políticos que não foram estudadas por se tratar de categorias analíticas não mesuráveis como, por exemplo, o poder, a liderança e tomada de decisão dos responsáveis pelo funcionamento do regime político.
- Pressões no ambiente externo por se tratar de especulações no mundo da política internacional.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo apresenta-se o resultado da investigação sobre os reflexos do processo de globalização econômica nos regimes políticos do Brasil e do México no período de 1988 a 1998. Para conhecer claramente os reflexos do processo de globalização nos regimes político, determinou-se trabalhar nas três etapas seguintes. A primeira etapa é determinar qual o tipo de regime político que tinha o Brasil antes de se incorporar ao processo de globalização econômica; quais suas características políticas e de governo e sua situação econômica nacional que abrange a década de 80. Posteriormente, analisam-se os fenômenos de desregulamentação jurídica da economia, privatização de empresas públicas e as reformas do Estado brasileiro, experimentadas nos regimes políticos destes países, no período compreendido entre 1988 e 1998 como reflexos do processo de globalização econômica.

A segunda etapa consistiu em determinar qual o tipo de regime político que tinha o México antes de se incorporar ao processo de globalização econômica; quais suas características políticas e de governo e qual sua situação econômica nacional que abrange a década de 80. Posteriormente, analisam-se os fenômenos de desregulamentação jurídica da economia, privatização de empresas públicas e reformas do Estado mexicano, experimentadas nos regimes políticos destes países, no período compreendido entre 1988 e 1998 como reflexos do processo de globalização econômica.

A terceira etapa foi determinar as semelhanças e diferenças das relações entre o processo de globalização econômica e os regimes políticos dos países analisados. Nesta etapa apresentam-se os resultados da coleta de dados para cada categoria analítica em forma de quadros comparativos e quadros explicativos das mudanças acontecidas durante o processo de globalização econômica, assim como de gráficos de indicadores econômicos que facilitam a compreensão dos dados obtidos.

4.1 REGIME POLÍTICO BRASILEIRO

Segundo dados do IBGE (1999), o Brasil é um dos países chamados de emergentes, já que é um país com um alto dinamismo econômico, renda per capita média e alta atratividade de corporações transnacionais e capital financeiro, além de ter uma territorialidade continental de 23.086 km de fronteiras, sendo 7.367 km marítimas e 15.719 km terrestres. O Brasil chega aos 500 anos com uma população estimada para o ano 2000 de 163,9 milhões de habitantes.

O regime político brasileiro é uma República Federativa, composta por 26 Estados e um Distrito Federal, governada pela Constituição promulgada em 1988. Em 1995 assumiu o novo presidente Fernando Henrique Cardoso e houve renovação do Senado, Câmara Federal e das Assembleias Legislativas dos Estados. O número de eleitores registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi de 94,8 milhões. O Poder Executivo exerce as funções de chefia de Estado, de governo, administra a coisa pública, aplica e propõe leis. Está organizado em três níveis: federal, estadual e municipal, nas pessoas do presidente, governador e prefeito. O Poder Executivo da União é exercido pelo presidente da República, com auxílio dos ministros. São prerrogativas da União emitir moeda, administrar as reservas cambiais do país e fiscalizar as operações financeiras, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização; elaborar os planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social; as diretrizes para o desenvolvimento urbano; explorar ou administrar os serviços de telecomunicações, energia, navegação aérea, transportes e infra-estrutura.

O recolhimento de impostos, a segurança e a soberania nacional, a paz e a ordem sociais também são de responsabilidade do presidente. O Governo Estadual é a esfera do Executivo encarregada da administração de cada uma das unidades da Federação. É exercido pelo governador, auxiliado pelo vice-governador e secretariado. Os municípios são entidades autônomas, com autoridade sobre sua organização, administração e arrecadação de impostos. O Executivo municipal é exercido pelo prefeito, com o auxílio do vice-prefeito e

secretários. Aos prefeitos cabe administrar os serviços públicos de âmbito municipal nas áreas de saúde, educação, transportes e cultura.

O Poder Legislativo, também chamado de Parlamento, está organizado em três níveis: federal, estadual e municipal. Cabe-lhe a função primordial de elaborar as leis que regulam a vida pública, as ações do Poder Executivo e servem de parâmetro para o Poder Judiciário. É o principal fiscal do Poder Executivo. O Congresso Nacional é bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Os deputados são representantes do povo e os senadores representam as unidades da Federação. As Assembleias Legislativas representam o Poder Legislativo estadual. Os representantes são os deputados estaduais que deliberam sobre as questões particulares aos Estados. O Poder Legislativo municipal é exercido pelas Câmaras Municipais. Os representantes são os vereadores e têm entre suas atribuições fazer a Lei Orgânica do Município (espécie de Constituição municipal) e legislar sobre tributos e serviços.

O Poder Judiciário é o árbitro institucional para os conflitos de interesse da sociedade. Quando tais conflitos não são superados por negociações e acordos diretos entre as partes envolvidas, cabe ao Estado decidir quem tem razão através de processos judiciais baseados na Constituição, nas leis, normas e costumes. O Poder Judiciário está organizado nos âmbitos federal e estadual. As principais instâncias são o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar.

Através do seu sistema eleitoral a partir de 1985, os brasileiros voltam a escolher diretamente seus representantes para o Executivo e o Legislativo nos três níveis, federal, estadual e municipal. O voto é direto, secreto e obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativo para quem tem entre 16 e 18 anos ou mais de 70 e analfabetos. Existem dois tipos de eleição: a majoritária, para os cargos do Executivo (Presidente da República, governadores e prefeitos) e do Senado, e a proporcional, para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras dos Vereadores.

4.1.1 Regime político na década de 80

De acordo com Costa (1996), o regime político brasileiro experimentou a chamada abertura política que é a expressão usada para designar o processo de transição do Regime Militar de 1964 para uma ordem democrática, ocorrido no Brasil entre meados da década de 70 e 1985. A partir do governo Ernesto Geisel (1974-1979), a crise econômica do país e as dificuldades do regime militar agravam-se. A alta do petróleo e das taxas de juros internacionais desequilibram o balanço de pagamentos brasileiro e estimulam a inflação. Além disso, comprometem o crescimento econômico, baseado em financiamentos externos. Apesar do encarecimento dos empréstimos e da enorme dívida externa, o governo não interrompe o ciclo de expansão econômica do começo dos anos 70 e mantém os programas oficiais e os incentivos aos projetos privados. Ainda assim, o desenvolvimento industrial é afetado e o desemprego aumenta.

Em 1977, prevendo nova vitória da oposição na eleição seguinte, Geisel fecha o Congresso Nacional, cassa parlamentares e decreta o “pacote de abril”. Ele altera as regras eleitorais para beneficiar a Arena (Aliança Renovadora Nacional), o partido oficial, e garantir maioria parlamentar para o governo. No mesmo ano, o general “linha-dura” Sylvio Frota é exonerado do Ministério do Exército em função de suas manobras contra a distensão. Em 1978, são proibidas greves em setores considerados estratégicos para a segurança nacional, como o de energia. Em contrapartida, acaba a censura prévia a publicações e espetáculos e são revogados os Atos Institucionais, que criam a legislação excepcional militar. O bom desempenho da oposição nas eleições acelera a abertura política. Em 1979, o general João Baptista Figueiredo assume a Presidência da República (1979-1985). Sanciona a Lei da Anistia e promove uma reforma política que restabelece o pluripartidarismo.

Segundo Capelato (1996), entre 1980 e 1981, prisões de líderes sindicais da região do ABC paulista, entre eles Luís Inácio Lula da Silva, presidente do recém criado Partido dos Trabalhadores, e atentados terroristas

na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no centro de convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, revelam as dificuldades da abertura política no Brasil. Ao mesmo tempo, começa a se formar um movimento suprapartidário em favor da aprovação da emenda constitucional, proposta pelo deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira, que restabelece a eleição direta para a Presidência da República. A campanha das Diretas-Já espalha-se em grandes comícios, passeatas e manifestações por todo o país. Em 25 de abril de 1984, a emenda é derrotada no Congresso.

Além disso a mobilização popular abre o caminho para uma transição negociada entre a sociedade e o regime militar. Os entendimentos são articulados pelo governador mineiro Tancredo Neves, um dos líderes oposicionistas. À frente de uma chapa formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), Tancredo Neves é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Tancredo adoece, não chega a tomar posse e morre em 21 de abril. Seu vice, José Sarney assume a presidência. A última eleição indireta marca o fim do regime militar, mas a transição para a democracia só se completa em 1988, no Governo José Sarney (1985-1990), com a promulgação da nova Constituição pelo Congresso Constituinte em 1988.

A Constituição de 1988 é a Constituição atualmente em vigor. Elaborada por uma Assembléia Constituinte, legalmente convocada e eleita, é promulgada no governo José Sarney. Inclui pela primeira vez em um texto constitucional regulamentos para a incorporação de emendas populares. Boa parte dos dispositivos constitucionais ainda depende da devida regulamentação para vigorar na prática. Esta Constituição mantém a tradição republicana brasileira do regime representativo, presidencialista e federativo. Fixa o mandato presidencial em cinco anos. Amplia e fortalece as garantias dos direitos individuais e das liberdades públicas. O direito de voto é estendido aos analfabetos e aos maiores de 16 anos. Enfatiza a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural da nação.

Para Abruzio (1998), o primeiro Regime Político de governo civil depois do Regime Militar de 1964, fruto da abertura política dos anos 70 e 80 é exercido de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990 com o governo Sarney o qual enfrenta dois desafios distintos: o da reforma constitucional, a fim de completar o processo de transição para um regime democrático, e o da estabilização e retomada do crescimento econômico num quadro de recessão e inflação alta. Sarney chega ao governo após uma série de circunstâncias inusitadas. Era o presidente do Partido Democrático Social (PDS) e encarregado pelo então presidente João Figueiredo de coordenar a sucessão presidencial. Com a derrota no Congresso da emenda pelas eleições diretas para presidente em 1984, a oposição forma a Aliança Democrática, reunindo políticos de vários partidos, para disputar os votos do Colégio Eleitoral. O PDS lança a candidatura de Paulo Maluf, outro líder do partido, o que leva José Sarney a se desligar da agremiação. Entra como vice da chapa de Tancredo Neves, representando a Frente Liberal, dissidência do PDS (Partido Democrático Social)

Tancredo é eleito, mas às vésperas da posse é internado com graves problemas intestinais e morre em 21 de abril e, no dia seguinte, Sarney assume oficialmente o cargo. Empresta para seu governo o título de “Nova República”, que designava o programa da Aliança Democrática (formada pela Frente Liberal e o PMDB), e cumpre cinco anos de mandato, um a mais do que o previsto na carta-compromisso da Aliança negociada no Congresso.

Para o mesmo autor, durante a década de 80, a subordinação dos regimes políticos ao sistema econômico e suas crises começa a ser mais direta e subordinada. Por exemplo, de 1986 em diante, o Brasil passa por diversos planos de estabilização econômica. Todos têm o mesmo objetivo: eliminar a inflação e criar condições para um desenvolvimento auto-sustentado. Implantado em fevereiro de 1986 pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro, do governo Sarney, o Plano Cruzado combina austeridade fiscal e monetária com a preocupação de elevar a renda dos assalariados.

No plano cruzado muda a moeda de cruzeiro para cruzado, congela preços e salários, extingue a correção monetária e cria o seguro de desemprego e o gatilho salarial (reajuste automático dos salários toda vez que a inflação atinge certo nível). No plano externo, o governo decreta moratória e suspende o pagamento das dívidas do país. Passado um ano, a inflação volta à casa dos 20% ao mês. O fracasso é atribuído à incapacidade do governo de reduzir seus gastos e ao aumento da procura interna por bens materiais, provocada pelo crescimento real dos salários.

QUADRO 3 - INFLAÇÃO ANUAL DO BRASIL DE 1986 A 1988

PLANO ECONÔMICO	PERÍODO	PERCENTUAL
Plano Cruzado	1986	57,47
Plano Bresser	1987	365,70
Plano Bresser	1988	933,62
Plano Verão	1989	1764,87

Fonte IBGE, 1996, apud Abruzio, 1998, p.17.

O desafio econômico é enfrentado pelo Plano Cruzado e, depois, por uma seqüência de três programas que fracassam no controle duradouro da inflação. O Plano Cruzado, lançado em 1º de maio de 1986, muda a moeda de cruzeiro para cruzado, congela preços e salários por um ano e acaba com a correção monetária. Alcança resultados iniciais, mas logo perde fôlego com a prática do "ágio" (sobre preço no comércio de produtos), o desabastecimento do mercado interno e o desequilíbrio entre oferta e demanda. Os ajustes necessários são adiados para não prejudicar os candidatos do governo às eleições de novembro. A estratégia eleitoral dá certo, mas a economia fica desorganizada e a inflação dispara. Ao longo dos anos seguintes, são lançados mais três programas de estabilização, os planos Cruzado II, Bresser e Verão. Em vão: no último ano do governo, a inflação mensal atinge mais de 50%.

Em 1987, o novo ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, lança o Plano Bresser, voltado basicamente para o equilíbrio das contas públicas. Além do congelamento de preços e salários, aumenta as tarifas públicas, extingue o gatilho salarial e passa a vigiar mais de perto os preços dos setores econômicos de menor concorrência. No plano externo, mantém a moratória. O plano também não dá resultado quanto ao controle da inflação. Provoca perdas salariais e retaliações de governos estrangeiros por causa do não-pagamento da dívida externa. Em 1989, o ministro Mailson da Nóbrega implanta o Plano Verão. Busca segurar a inflação pelo controle do déficit público, privatização de empresas estatais, demissão de funcionários e contração da demanda interna. Além de não evitar a elevação da inflação, o plano leva o país a forte recessão.

Para Diniz (1998), a partir dos anos 80, a crise do Estado foi conhecida como um dos problemas mais prementes e mais gerais em face dos requisitos da ordem internacional em mutação. Um dos principais fatores apontados foram os problemas fiscais enfrentados por quase todos os governos da América Latina, que se traduziram em déficits e dívidas em ritmo crescente de expansão, criando situações de ameaça de colapso das finanças públicas. Nesse contexto, a ascensão de governos conservadores em países de posição estratégica no jogo do poder mundial, como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, criou condições para o predomínio do diagnóstico neoliberal, segundo o qual o gigantismo estatal e o excesso de gastos seriam o grande mal a ser debelado.

Coerentemente com esse tipo de interpretação, a terapia proposta consistia na drástica redução do tamanho do Estado, paralelamente ao esforço para restaurar a primazia do livre mercado. Exemplificando, entre 1985 e 1988, foram promulgados 376 decretos-lei, enquanto entre fins do governo Sarney e os primeiros cinco meses do governo Fernando Henrique Cardoso foram editadas e reeditadas mais de nove centenas de medidas provisórias, o equivalente a 70% do total de MPs dos anos 90, ou cerca de 2/3 de toda emissão já ocorrida desde a criação do mecanismo.

Segundo Singer (1996), as eleições presidenciais de 1989 representaram um momento decisivo no projeto de reforma neo-liberal do Estado brasileiro e no esforço de dar passagem a um novo padrão de acumulação, intimamente vinculado ao capital financeiro global. O "esvaziamento" do centro liberal-democrático que havia conduzido a passagem para o Estado de direito constitucional foi parte importante da estratégia de isolar as forças democrático-populares e desencadear, em nome do mercado, o ataque contra o Estado. A vitória do neoliberalismo, encarnado na figura de Collor, foi facilitada pela dificuldade da Frente Popular (PT e aliados) e de seu candidato Lula, em ampliar as alianças sociais e políticas e, por conseguinte, propor uma nova hegemonia. Não é demais ainda lembrar que a conjuntura internacional pesou de uma maneira muito desfavorável, com o início do colapso do socialismo de Estado, simbolizado pela derrubada do muro de Berlim.

De acordo com esse autor, a iniciativa do próprio Estado na sua reorganização neoliberal ficou patente desde logo com o saque da poupança pública feita pelo novo governo. As iniciativas em favor da abertura dos mercados brasileiros e a abolição das defesas internas, associadas às transferências de empresas públicas para o capital privado nacional e internacional, demarcaram o novo rumo. Ademais, a configuração neoliberal de um império universal do Ocidente, já batizado de globalização, encontrava-se então em plena ofensiva, visando antes de tudo, deitar abaixo qualquer sinal de antagonismo à ordem mundializada do capital, tudo o que sugerisse socialismo e comunismo. As esquerdas brasileiras não ficaram imunes a esse processo, tendo início então a guinada em direção a aceitação do novo Estado em vias de formação. Os congressos, tanto do PT, quanto do PCB/PPS indicaram o caminho da renúncia ao tema da revolução socialista. A fim de não inviabilizar o projeto de reorganização do Estado, o discurso ideológico foi estruturado na mídia em torno tão somente da "questão moral". Mas mesmo assim, a deposição legal de Collor implicou um recuo momentâneo no processo de construção do Estado neoliberal no Brasil, principalmente derivado da incorporação ao governo de Itamar Franco de alguns setores de esquerda e com preocupações diante das ameaças à soberania embutidas no projeto neoliberal.

4.1.2 Incorporação ao processo de globalização

Segundo Singer (1996) é durante o governo de Fernando Collor de Mello que se implanta, em março de 1990, o chamado Plano Collor, que intentava ser um programa de estabilização econômica bastante ambicioso e é onde começa a integração do Brasil no processo de globalização econômica e a modificação do seu regime político. Esse programa, além de eliminar a inflação, pretendia modernizar a economia e abri-la à competição internacional. Principais medidas: confisco temporário dos depósitos bancários e aplicações financeiras, volta do cruzeiro como moeda, congelamento de preços, reformulação do cálculo da correção monetária, demissão de funcionários, fechamento de órgãos públicos e privatização de estatais.

Para 1993, cumprindo o previsto na Constituição, o governo faz um plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. Quase 30% dos votantes não comparecem ao plebiscito ou anulam o voto. Dos que comparecem às urnas, 66% votam a favor da República e 10% escolhem a Monarquia. O presidencialismo recebe cerca de 55% dos votos e o parlamentarismo, 25%. Em função dos resultados, é mantido o regime republicano e presidencialista.

O governo Itamar Franco sofre as conseqüências das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, entre 1993 e 1994, em função de denúncias de irregularidades na elaboração do Orçamento da União. A CPI prova o envolvimento de ministros, parlamentares e altos funcionários num amplo esquema de manipulação do Orçamento. Confirma-se o desvio sistemático de verbas para empreiteiras, entidades filantrópicas fantasmas, apadrinhados políticos etc. A autoridade do presidente, contudo, não é abalada pelos resultados das investigações.

No campo econômico, o governo enfrenta sérias dificuldades. A falta de resultados na política de combate à inflação começa a desequilibrar o governo e o prestígio do próprio presidente da República. Os ministros da Economia

sucedem-se até que o chanceler Fernando Henrique Cardoso é nomeado para o cargo. No final de 1993, ele anuncia seu plano de estabilização econômica, o Plano Real, a ser implantado ao longo de 1994. Nesse ano, o ministro Fernando Henrique Cardoso, do governo Itamar Franco, lança o Plano Real, que se destaca por buscar a estabilização sem medidas tradicionais, como o congelamento de preços e salários. A proposta básica era conter os gastos públicos, acelerar o processo de privatização das estatais, controlar a demanda por meio da elevação dos juros e pressionar diretamente os preços pela facilitação das importações. A médio e longo prazos, o programa prevê a continuação da abertura econômica do país e medidas de apoio à modernização das empresas. No final de seu mandato, Itamar Franco apóia a candidatura do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, à Presidência da República.

O programa de campanha foi centrado na estabilização econômica e na reforma da Constituição. Concorre com o apoio do governo e da aliança formada entre o Partido da Democracia Social Brasileira (PSDB), de centro-esquerda, e o Partido da Frente Liberal (PFL), de direita. Ganha a presidência no primeiro turno das eleições, derrotando vários candidatos. Em seu primeiro ano de administração, Fernando Henrique Cardoso dedica-se tanto à economia quanto à política. No campo político, esforça-se para ampliar sua base parlamentar no Congresso Nacional e conseguir a aprovação de suas propostas de emendas constitucionais. As reformas são apresentadas como essenciais à modernização do país e à estabilização e retomada do crescimento econômico. Entre as mudanças aprovadas destacam-se a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e a alteração do conceito de empresa nacional, no sentido de não discriminar o capital estrangeiro. Diversas outras reformas estão sendo discutidas pelo Congresso Nacional, como a da Previdência Social, do estatuto do funcionalismo público e dos sistemas fiscal, tributário e administrativo.

O presidente também dá continuidade ao Plano Real e promove alguns ajustes na economia, como o aumento da taxa de juros, para desaquecer a

demanda interna, e a desvalorização do câmbio, para estimular as exportações e equilibrar a balança comercial. Com o plano, o governo controla a inflação em níveis bastante baixos. Mas surgem sinais de recessão econômica já no segundo semestre, como inadimplência, queda no consumo e demissões em massa. A redução da atividade econômica provoca desemprego nos setores industrial e agrícola. O atraso na implementação da reforma agrária agrava os conflitos no campo.

QUADRO 4 - INFLAÇÃO ANUAL DO BRASIL DE 1990 A 1999

PLANO ECONÔMICO	ANO	% IGP-DI (FGV)	% IPC (FIPE)
Plano Collor	1990	1.476,56	1.639,08
Plano Collor	1991	480,18	458,61
Plano Collor	1992	1.157,94	1.129,45
Plano Real	1993	2.708,55	2.490,99
Plano Real	1994	909,70	1.172,96
Plano Real	1995	14,78	17,84
Plano Real	1996	9,34	7,08
Plano Real	1997	7,48	1,87
Plano Real	1998	0,71	0,5
Plano Real	1999	13,45	5,34

Fonte: almanaque Mundial 2000.

O Plano Real tem apresentado bons resultados quanto ao combate à inflação, mas enquanto ela diminui, o desemprego aumenta, devido aos efeitos recessivos do plano. Esses efeitos são agravados pela política de modernização industrial. A introdução de novas tecnologias para tornar as indústrias mais produtivas elimina postos de trabalho em escala crescente, o que se reflete no índice de desemprego, notável pelo aumento de moradores de rua nas grandes cidades.

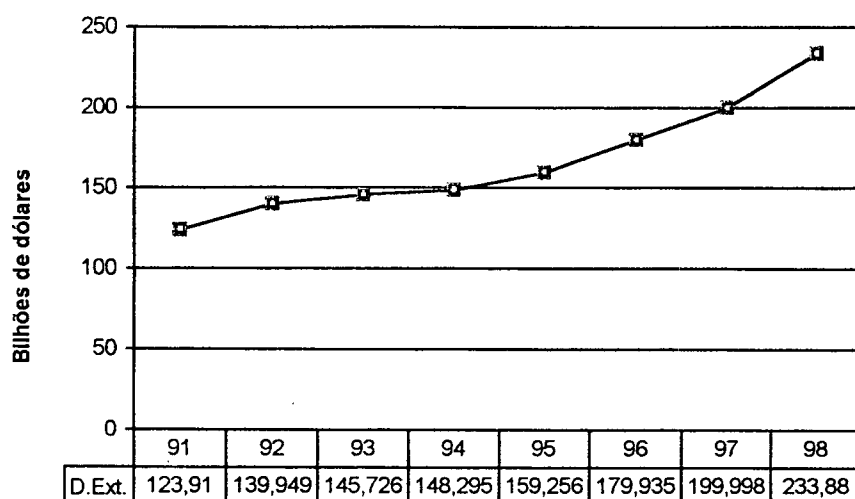
Depois de mais de quatro anos de taxas decrescentes – de 909,7% a 1,71% entre 1994 e 1998, a inflação volta a subir em 1999. Até setembro desse ano, o índice registrado é de 13,4%, de acordo com o Índice Geral de Preços (IGP-DI), da FGV. A desvalorização cambial ocorrida em janeiro é apontada como uma das principais responsáveis por esse desempenho. Com o dólar e outras moedas estrangeiras mais valorizados que o real, as matérias-primas e os bens de consumo importados tornam-se mais caros e provocam aumento dos preços em geral. Dessa forma, há a perda do poder aquisitivo da moeda, o que caracteriza a inflação. Ou seja, a mesma quantidade de dinheiro não consegue mais adquirir a mesma quantidade de produtos que obtinha num período anterior.

A desvalorização da moeda brasileira acontece com o rompimento da política de bandas cambiais (flutuação da taxa de câmbio dentro de um intervalo prefixado), que vigorava desde janeiro de 1995. Entre os dois primeiros meses de 1999, os índices inflacionários registram um aumento, mas logo se estabilizam, acompanhando o mesmo movimento da taxa de câmbio. A inflação não atinge taxas elevadas como no período anterior ao Plano Real por causa da eliminação dos mecanismos de indexação formal (correção monetária determinada por normas e contratos) e porque a atividade econômica registra um baixo nível de crescimento. Brasil incrementa sua dívida externa para corrigir os problemas ocasionados no processo de globalização econômica na qual estava atrasado, não na forma como organizou sua entrada à globalização mas como agilizou o processo de desregulamentação, privatização de empresas públicas, abertura do mercado e reforma do Estado.

QUADRO 5 - DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA ATE 1999 (BILHÕES DE US\$)

Período	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Dívida Externa	123,910	139,949	145,726	148,295	159,256	179,935	199,998	233,880

Fonte: Banco Central 1999. Apud almanaque Mundial 2000.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA ATÉ 1998 (BILHÕES DE US\$)

Fonte: Banco Central 1999. Apud almanaque Mundial 2000.

A dívida externa brasileira vem mudando de perfil nos últimos anos. Além de relativamente estabilizada, praticamente não cresce de 1998 para 1999 e já não se concentra nos governos estadual e federal, mas na iniciativa privada. Por causa dos juros elevados impostos pela política monetária e cambial implementada com o Plano Real a partir de 1995, torna-se mais barato para as empresas nacionais financiar seus projetos de investimento com recursos externos, que oferecem taxas de juros inferiores.

A fundação do sistema neoliberal do Estado brasileiro foi dada com a mudança do padrão monetário e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidência da República. A estabilidade monetária e seu vínculo ao sistema financeiro internacional permitiram o controle da inflação, auxiliado pela abertura geral e irrestrita do mercado brasileiro a todo e qualquer bem de consumo vindo do exterior. Ao mesmo tempo, a transferência dos monopólios público/estatais para o controle de monopólios privados ou estatais estrangeiros obrigaram a burguesia brasileira a investir pesadamente na reestruturação produtiva e a buscar novas parcerias a fim de sobreviver no "mundo globalizado", aumentando

sua dependência em relação ao capital financeiro mundializado, esse o maior beneficiário dessas mudanças.

A estabilidade da moeda, a queda da inflação e a ampliação da oferta de bens de consumo esconderam a diminuição da massa de salário que acompanhava o processo. Não só o controle salarial, mas a desocupação estrutural crescente, que corresponde a um aspecto determinante dessa fase do capital, estavam voltadas para o objetivo de desorganizar o movimento dos trabalhadores, limitando drasticamente suas reivindicações e levando-os a estabelecer vínculos diretos com a empresa, gerando uma forma de neo-corporativismo.

Com o movimento operário e o mundo do trabalho colocados na defensiva, uma nova frente pode se abrir na ofensiva do capital, que reforçou o assédio aos direitos sociais. Com o argumento do déficit fiscal crônico do Estado, um a um, os direitos assegurados na Constituição têm sido retirados ou reduzidos, com mais evidência aqueles que se referem a seguridade social. Da mesma maneira, os investimentos sociais nas áreas da saúde e educação têm permanecido estacionários, transferindo a pressão crescente da demanda para áreas empresariais privadas. A pesquisa científica e tecnológica também é vítima da reordenação das funções do Estado, com o esvaziamento da função de produtora de pesquisa e alta ciência da Universidade pública, que também tem reduzido seu papel de criação de cultura e formação de seres humanos críticos.

Para Souza, o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso tem sido projetado para a consolidação do Estado neoliberal no Brasil, com a superação dos empecilhos que restam para a inserção subalterna no império universal do Ocidente. Preservação da estabilidade monetária, melhor controle do déficit fiscal, privatização do que resta de empresas estatais, reforma dos poderes legislativo e judiciário, reforma da escola e da universidade, manutenção da "guerra civil" no seio das classes subalternas sob uma intensidade controlável e desarticulação dos poucos movimentos políticos contestatórios, são alguns dos pontos da agenda. No entanto, o agravamento da crise do capital em nível global tem

afetado a consolidação dos Estados neoliberais com o aparecimento de novas cesuras no seio das classes dominantes e da burocracia estatal, o que se reflete nos meios de comunicação e na base de sustentação social localizada em setores das camadas médias, que também tem piorado suas condições de vida. Por outro lado, há sinais de que a resistência do mundo do trabalho volta a ganhar fôlego, diante do esbulho continuado de direitos conquistados, da desocupação massiva, da bandalheira generalizada no seio das classes dirigentes e governantes, da subserviência diante dos ditames externos e dos interesses financeiros.

As dificuldades são tantas que o cenário mais provável é de uma crise do Estado neoliberal sem que tenha se consolidado. Um cenário bastante característico do Brasil, onde prevalece a instabilidade e a crise social e institucional, é ainda mais provável diante de uma crise internacional de alguma proporção. Diante das manifestações sociais de oposição segmentadas que devem aumentar, a reação do Estado será, sem dúvida, ampliar seu grau coercitivo. A crise latente deve ampliar as possibilidades de vitória eleitoral de uma coalizão identificada como de centro-esquerda e que tenha a intenção de atenuar a crise social e de negociar em melhores condições a inserção subalterna do Estado brasileiro na globalização.

No entanto, uma alternativa real à globalização, ao neoliberalismo e seu regime político só podem emergir da formação de um novo sujeito coletivo a partir do movimento das classes subalternas e com condição de ampliar alianças sociais. A recomposição dos laços de solidariedade social pode ocorrer em meio a luta de massas por objetivos parciais e pela criação de novos espaços públicos e de novas formas de insurgência e de organização política. Uma larga frente política contra a globalização neoliberal é um ponto de partida factível para um processo que se avizinha longo, e que exigirá a mediação de um reestruturado Estado nacional democrático. Mas a exemplo do Estado neoliberal, que não é uma mera reedição do Estado liberal clássico, não poderá servir aos interesses do capital em crise, mas sim como um complexo mediador na construção de novas identidades socioculturais internacionais e populares e de uma efetiva

alternativa democrática que integre aos povos e se complemente com outros Estados de igual conteúdo. E embora as dificuldades não sejam poucas num caminho que se antecipa longo, a condição para uma aliança com trabalhadores dos povos é ainda uma utopia. O sonho de ter uma congregação de trabalhadores unificados internacionalmente pode só ser considerada assim, utopia.

4.2. REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO REGIME POLÍTICO

Os reflexos do processo de globalização nos regimes políticos do Brasil podem ser analisadas sob três fenômenos chave na era da globalização econômica. Primeiramente a desregulamentação do controle da economia por parte do Estado; posteriormente a política de privatização de empresas públicas; e por último a Reforma do Estado como complemento da nova função do serviço público.

Segundo Viola (1998), o mercado financeiro é o setor que mais tem sentido os efeitos da globalização. Com os países cada vez mais abertos ao fluxo de capitais externos (Europa, Ásia América latina, Federação Russa), o setor experimenta uma integração sem precedentes. O enorme avanço nas telecomunicações e na informática facilita o intercâmbio. Essa combinação de fatores cria a possibilidade inédita de captação rápida de gigantescos recursos. A globalização financeira estimula o crescimento econômico porque viabiliza o financiamento veloz de projetos de investimento, mas é, ao mesmo tempo, um elemento desestabilizador. As economias que adotam modelos de desenvolvimento baseados na captação de investimentos externos para suprir a carência de capitais são mais suscetíveis aos abalos financeiros.

Por isso, as crises se concentram nos mercados emergentes – expressão que se refere a economias em desenvolvimento (principalmente da América Latina), de industrialização recente (Sudeste Asiático) e em transição para a economia de mercado (Leste Europeu, Federação Russa e China). A abertura aos fluxos internacionais atrai não só investimentos externos de longo prazo, mas também investidores que buscam lucros altos em pouco tempo. Conhecidos como

capital volátil, são assim chamados porque podem ser resgatados com enorme facilidade.

Basta que existam suspeitas sobre a consistência da política econômica de um país para que ocorram fugas rápidas de recursos os investidores resgatam o capital do mercado, vendem a moeda local e compram divisas (dólares) para remetê-las ao exterior. Em muitos casos, a saída de capitais é favorecida por agentes que têm interesse na desvalorização da moeda, pois ganham dinheiro em função da flutuação cambial. Se a fuga inicial atrair um número expressivo de investidores (efeito manada), a pressão sobre a moeda local pode levar à desvalorização cambial. Esse processo é conhecido como ataque especulativo.

A desvalorização tem sérias conseqüências para a economia e foge com facilidade ao controle dos governos, podendo causar danos maiores que o previsto. Por essa razão, é evitada a todo custo. Para impedi-la, o país precisa ter divisas suficientes para manter a taxa de câmbio. Isso depende do volume de reservas internacionais de que dispõe e dos recursos que pode obter de organismos oficiais ou de empréstimos internacionais. Outro meio de captar divisas é tornar as aplicações locais mais atraentes, aumentando os juros. A medida, entretanto, é paliativa, porque o custo da alta dos juros é enorme para o caixa dos governos e pode provocar recessão.

Segundo dados do Almanaque Mundial do 2000, em 1999, a crise financeira mundial dá sinais de abrandamento. O Banco Mundial estima um crescimento econômico baixo em 1999, em torno de 1,5%, mas prevê um salto para 3,7% em 2000. A primeira grande crise da década ocorre no México em 1994 e 1995, repercutindo, sobretudo na América Latina. A crise dos Tigres da Ásia iniciada em meados de 1997, no entanto, é mais grave e se propaga pelos principais mercados do mundo em velocidade jamais vista.

As turbulências na Ásia resultam numa crise internacional marcada pela desconfiança generalizada dos investidores, por quedas contínuas nas bolsas de todo o mundo, por fugas de capitais dos mercados emergentes e por

desvalorizações cambiais. Até então, as nações do Sudeste Asiático (Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Tailândia, Indonésia, Malásia e o Hong Kong que em 1997 volta ao domínio da China) eram consideradas modelos de desenvolvimento econômico. Entre as décadas de 60 e 80 apresentaram desempenho excepcional, com taxas de crescimento anual do produto interno bruto (PIB) em torno de 8%. O modelo, baseado na exportação de bens de consumo, em altos investimentos externos e no aproveitamento de mão de obra local barata e qualificada, já apresentava sinais de esgotamento nos anos 90.

A dramática situação dos Tigres Asiáticos vem à tona em julho de 1997, quando começam os ataques especulativos e a evasão de capitais, obrigando várias nações a desvalorizar sua moeda. Depois de grandes retrações do PIB em 1998, essas economias voltam a crescer, com exceção da Indonésia, que enfrenta a turbulência política desencadeada pela queda do presidente Suharto nesse mesmo ano. A crise do Japão é diferente, pois reflete o esgotamento de um ciclo de 40 anos de crescimento vertiginoso. Por causa da abundância de capitais, os ativos japoneses (imóveis e ações de empresas, entre outros) estavam super valorizados. A bolha especulativa – nome dado ao fenômeno – explode no início dos anos 90, quando os investidores percebem que a situação é insustentável. Começa, então, um intenso movimento de venda de ativos para evitar prejuízos futuros, o que desencadeia um processo de queda dos preços (deflação).

O setor mais prejudicado é o bancário, cujos empréstimos os devedores não conseguem pagar em razão da desvalorização dos ativos. Para compensar as perdas, bancos e empresas japonesas retiram recursos de outros mercados, especialmente dos Tigres Asiáticos. A saúde das instituições financeiras japonesas é grave: calcula-se que seus créditos podres (de difícil recebimento) totalizem 580 bilhões de dólares em 1998.

Em setembro de 1998, a Federação Russa torna-se o centro da crise mundial. Com a economia à beira do colapso – reservas internacionais reduzidas, exportações em queda, atraso nos salários do funcionalismo, um sistema precário

de captação de impostos, entre outras agravantes –, o presidente Boris Yéltsin declara moratória (suspensão do pagamento) da dívida externa das empresas privadas, estimada em 40 bilhões de dólares, e adia o pagamento de 32 bilhões de dólares de títulos que estavam vencendo. A reação ao anúncio é dramática – o rublo desvaloriza-se 75% e a inflação retorna. As bolsas de todo o mundo registram quedas recordes.

A crise é relativamente contornada com a revogação da moratória, o refinanciamento da dívida e a abertura da possibilidade de novos empréstimos para estancar uma fuga de capitais estimadas em 1,5 bilhão de dólares por mês. A credibilidade do mercado russo, no entanto, volta a sofrer um forte abalo com a revelação, no segundo semestre de 1999, de que altas somas de dinheiro russo eram desviadas para bancos do exterior. Entre esses recursos estariam os empréstimos do FMI.

As conseqüências da falência russa atingem o Brasil, que a partir de setembro de 1998 tem o nível de suas reservas internacionais sensivelmente reduzido, provocando a desvalorização da moeda. Os reflexos são ainda mais graves para a Argentina, maior parceiro comercial do Brasil. O Equador entra em profunda recessão e, em outubro desse ano, os investidores rejeitam o parcelamento das dívidas equatorianas em bônus Brady (títulos das dívidas de países emergentes não pagas nos anos 80). Os efeitos das crises mundial e regional são sentidos na retração do PIB dos latino-americanos entre 1998 e 1999: quedas de 7% no Equador, de 5,7% na Venezuela, de 3,2% na Argentina e de 1% no Brasil.

Segundo Viola, são distintos os reflexos da globalização para os países da periferia do sistema capitalista. O grau de inserção desses países depende, em grande parte, do estágio de desenvolvimento industrial alcançado até os anos 80, as perspectivas do mercado interno e das condições políticas que vão se substituindo internamente. Isto vale para os países de América latina, cujos governos se orientam pelas formas subordinadas de inserção preconhecidas pelo chamado consenso de Washington.

Num contexto de políticas globais consolida-se a divisão nacional do trabalho, com a presença das empresas multinacionais operando em setores chaves da estrutura produtiva de países como Brasil, México e Argentina. Desde então, as elites políticas e econômicas desses países aceitaram a condição de parceiros minoritários na condução do capitalismo associado e dependente da região.

4.2.1. Desregulamentação

A desregulamentação refere-se a um ato administrativo em virtude do qual o Poder Executivo Federal, através das Câmaras dos Senadores e Deputados, deixam sem efeito procedimentos, atos, leis e normas que regulam a economia nacional. A desregulamentação da vida econômica do Estado transfere a direção o controle e os benefícios das empresas estatais e os atos de comércio interno e externo ao setor privado para que encontrem um dinamismo dentro da lógica do capitalismo globalizado. Este fenômeno foi executado nos países da América Latina durante a década de 80, como primeiro passo para se incorporar ao processo de globalização econômica.

No Brasil, os empréstimos externos dos anos setenta resultaram em crise da dívida externa dos anos 80, provocada pelo aumento das taxas de juros internacionais impostos pelos EUA, onde os planos de estabilização monetária, desregulamentação, privatização e a Reforma do Estado são as condições impostas pelas organizações financeiras internacionais para que esses países venham se inserir, num futuro remoto, à nova realidade econômica mundial. A baixa taxa de crescimento dos países latino-americanos é uma das faces desse modelo de estabilização (vide quadro 6). Mas as consequências são imediatas, e se expressam na desindustrialização, no desemprego, no aumento da miséria, na privatização das empresas e dos serviços públicos, e no corte em gastos sociais em educação, saúde, moradia, e previdência.

QUADRO 6- TAXAS DE CRESCIMENTO PAÍSES LATINO-AMERICANOS

Países	81/90	90	91	92	93	94	95	96
Brasil	1,6	-4,4	0,2	-0,8	4,2	5,7	4,2	3,1
Argentina	-0,9	0,1	8,9	8,7	6,0	7,4	-3,5	-3,0
Chile	3,0	3,0	7,3	11,0	6,3	4,2	8,5	8,6
México	1,7	4,4	3,6	2,8	0,6	3,5	-6,9	-2,3

Fonte: Relatório da OEA (diversos) IPEA, apud Almanaque Mundial 2000.
 (*) média % de renda percapita

Segundo Cabrera (1994), a desregulamentação da economia experimentada na América Latina foi um processo aproveitado pelas grandes empresas multinacionais e grandes capitais nacionais que monopolizam o mercado, menos pela maioria dos trabalhadores latinos, onde o regime político foi mudado para servir as exigências do mercado internacional e não as exigências da sociedade civil.

Por exemplo, o desemprego na Argentina, da ordem de 20% da força de trabalho, a informalidade do mercado de trabalho no Brasil, de cerca de 50% da população economicamente ativa, e a baixa dos salários que se seguiu à crise mexicana ilustram dramaticamente o preço que os trabalhadores latino-americanos estão pagando em nome da pretensa modernização econômica da região. Segundo esse autor, o processo de desregulamentação econômica, os planos de ajuste e a privatização das empresas públicas pioraram mais ainda um dos problemas mais agudos do mundo moderno, a distribuição da renda e a conseguinte pobreza extrema.

No Brasil é o país que apresenta a maior concentração de renda entre 174 nações analisadas pelo relatório de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999): a renda per capita anual dos 20% mais pobres -578 dólares, quase igual à de um Estado africano como a Tanzânia – é 32 vezes menor que a dos 20% mais ricos – 18.563 dólares, equivalente à de uma nação europeia como a Suécia. O primeiro grupo detém apenas 2,5% dos

No Brasil é o país que apresenta a maior concentração de renda entre 174 nações analisadas pelo relatório de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999): a renda per capita anual dos 20% mais pobres -578 dólares, quase igual à de um Estado africano como a Tanzânia – é 32 vezes menor que a dos 20% mais ricos – 18.563 dólares, equivalente à de uma nação europeia como a Suécia. O primeiro grupo detém apenas 2,5% dos rendimentos nacionais, enquanto o segundo concentra 64,2% do total, de acordo com dados do Banco Mundial de 1999.

Vários estudos ligam a concentração de renda do Brasil à má distribuição da educação. Apenas um percentual mínimo da população tem acesso à boa formação profissional e, conseqüentemente, aos melhores postos de trabalho e rendimentos. Essa pequena parcela consegue transferir a educação de qualidade às gerações seguintes, perpetuando o acúmulo de riqueza e mantendo a exclusão da maioria. Uma das conseqüências da alta concentração de renda é o grande número de pessoas que vivem em situação precária, sem acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos. Em 1998, cerca de 15% dos brasileiros são analfabetos, 21,2% não contam com rede de distribuição de água e 36,1% estão privados de redes de esgoto ou fossas sépticas.

QUADRO 7 - COMPARATIVO DE RENDA PER CAPITA (US\$) 1980-1994

PAÍSES	20% DE PAÍSES MAIS POBRES	20% DE PAÍSES MAIS RICOS
Índia	527	2.641
Canadá	5.971	42.110
China	722	5.114
França	5.359	40.098
Estados Unidos	5.800	51.705
Reino Unido	3.963	38.164
México	1.437	19.383
Rússia	881	12.804
Chile	1.558	27.147
Brasil	578	18.563

Fonte: Néri, 1999, p.24.

Segundo Neri (1999), cerca de 57 milhões de brasileiros (o equivalente a 35% da população) vivem em condição de pobreza, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-1999). Esse órgão considera os pobres como aqueles indivíduos que possuem uma renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo (68 reais) mensal. Mostra que a porcentagem de pobres diminui de 33% para 25% entre 1994 e 1996, mas volta a crescer a partir de 1997. Em 1998 alcança 27,5% dos brasileiros. O decréscimo é atribuído aos ganhos de renda das camadas mais pobres propiciados pela implantação do Plano Real, em 1994. Em 1997, no entanto, essas vantagens começam a se deteriorar em decorrência, principalmente, dos juros altos e da recessão. A pesquisa de Neri classifica como pobres aquelas pessoas cuja renda familiar per capita é insuficiente para adquirir os alimentos de primeira necessidade (arroz, feijão, pão) e custear despesas básicas, como habitação, transporte, educação e vestido. Esse custo foi estipulado aproximadamente em 132 reais em setembro de 1996, o que corresponde a 148,98 reais em junho de 1999.

A queda no número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza durante os primeiros anos do Plano Real também é confirmada pela CEPAL, quem considera pobres aquelas pessoas que existem na América Latina que sobrevivem com menos de 100 reais mensais (50 dólares). Entre 1990 e 1996, o número absoluto de pobres diminui de 67,5 milhões para 55 milhões. No mesmo período, a quantidade de indigentes (quem vive com menos de 50 reais mensais) também apresenta retração, de 33 milhões para 21,4 milhões. Mas, para o período de 1997-1999, o número de pobres se incrementa novamente em 35% da população brasileira.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para medir e comparar a qualidade de vida em todos os países membros. O cálculo é feito com base em estatísticas de educação (grau de escolaridade), saúde (expectativa de vida) e rendimento (renda per capita). No relatório de 1999, com dados referentes a 1997, o Brasil ocupa o 79o lugar entre 174 países, com IDH de 0,739. A escala varia de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida.

QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA BR, RANKING DO IDH 1997

POSIÇÃO	PAÍSES DO MUNDO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
1 ^a	Canadá	0,932
2 ^a	Noruega	0,927
3 ^a	Estados Unidos	0,927
4 ^a	Japão	0,924
5 ^a	Bélgica	0,923
41 ^a	México	0,8070
79 ^a	Brasil	0,739
174 ^a	Serra Leoa	0,254

Fonte: PNUD (1997), Apud Néri, 1999, p.27.

Pode-se concluir que a desregulamentação da economia que o Brasil experimento é um reflexo direto do processo de globalização e deve-se a três fatores básicos: o primeiro fator obedece as políticas internacionais ou indicações do Banco Mundial e do FMI para solucionar sua crises monetária e fiscal; o segundo fator é que a desregulamentação econômica era o primeiro passo a realizar para privatizar empresas públicas para que o capital estrangeiro e nacional encontrasse atrativo investir no ,Brasil. E o terceiro fator é que o Brasil foi o último país a desregulamentar sua economia para a entrada do capital estrangeiro e teve que apressar esse processo para não ficar fora das mudanças econômicas e políticas que aconteciam mundialmente.

4.2.2. Privatização de empresas públicas

A privatização das empresas brasileiras é o segundo fenômeno político e econômico que modificou necessariamente o regime político do Brasil, já que para se incorporar ao processo de globalização econômica teve que começar a vender o patrimônio nacional e modificar assim sua nova estrutura pública, política e econômica.

Segundo dados do IBGE (1999), desde o início do processo de privatização, que vai de 1991 até julho de 1999, 119 empresas estatais brasileiras são adquiridas por grupos privados nacionais e estrangeiros, produzindo uma receita de 71,2 bilhões de dólares. Somadas as dívidas das empresas transferidas, o valor aumenta para 88,3 bilhões de dólares. Do total arrecadado, 65,6% referem-se à venda de empresas federais e 34,4% à de companhias estaduais. No âmbito federal, as privatizações compreendem o Programa Nacional de Desestatização. (PND) e o setor de telecomunicações. O PND realiza 64 vendas, das quais a mais rentável é a do Sistema Telebrás. Além disso, Estados e municípios têm autonomia para privatizar as próprias empresas.

QUADRO 9 - PRIVATIZAÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO ATÉ 1999.

Ano de privatização	Numero de empresas vendidas
1991	4
1992	14
1993	6
1994	9
1995	8
1996	11
1997	4
1998	7
1999	1
Total de empresas privatizadas	64

Fonte: BNDES, julho de 1999, apud, Souza, 1999, p.25.

De acordo com Souza (1999), uma das bases da atual política econômica, a privatização é a venda de empresas estatais cujas atividades deixam de ser consideradas prioritárias para o governo. Seu objetivo principal, porém, é atrair investimentos estrangeiros, reduzir o tamanho do Estado, conseguir recursos para financiar as atividades governamentais e saldar compromissos internacionais. A forma de venda é através do leilão público, onde empresas ou grupos interessados nacionais e estrangeiros fazem lances e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avalia as ofertas.

Segundo esse autor, as privatizações fazem parte do receituário neoliberal do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para a abertura das economias, fundamental no processo de globalização. Seus defensores argumentam que as estatais são menos eficientes que as empresas particulares, e a economia globalizada exige companhias ágeis e capazes de enfrentar a concorrência. Os críticos do processo afirmam que as estatais têm papel fundamental no desenvolvimento nacional, pois controlam áreas estratégicas, como energia e transporte. Perdê-las enfraquece a soberania nacional e concentram o poder econômico nas mãos de um número restrito de mega empresas.

Em 1999, o número de empresas negociadas e o volume de recursos envolvidos diminuem significativamente. O agravamento da instabilidade econômica e as dificuldades na área política fragilizam a imagem do país no exterior. Por considerar incerta a situação do mercado financeiro, o governo decide adiar a venda de algumas empresas. De janeiro a setembro de 1999, são arrecadados 4,7 bilhões de reais, muito menos que o previsto na carta de intenções para o acordo com o FMI. Antes da desvalorização do real, a estimativa era de que a receita – que incluiria a venda de empresas estaduais e municipais – chegasse a 42 bilhões de reais. Em março, na primeira revisão do acordo, a previsão cai para 27,8 bilhões de reais. Em julho, o valor tem novo decréscimo: a meta recua para 13,2 bilhões de reais (9,2 bilhões referentes à venda de empresas do PND e 4 bilhões de empresas estaduais e municipais).

QUADRO 10 - AS DEZ MAIORES EMPRESAS ESTATAIS DO BRASIL

Empresa	Setor	Vendas (US\$ milhões)	Empregados (milhes)
1. Petrobrás (RJ)	Química e petroquímica	21.0022,8	50,2
2. Petrobrás distribuidora (RJ)	Distribuição de petróleo	8.607,2	3,6
3. Eletropaulo (SP)	Energia elétrica	5.151,9	21,4
4. Furnas (RJ)	Energia elétrica	3.657,0	7,2
5. Cesp (SP)	Energia elétrica	3.508,3	19,5
6. Telesp (SP)	Telecomunicações	2.952,2	24,1
7. Vale do Rio Doce (RJ)	Mineração	2.760,9	17,7
8. Cemig (MG)	Energia elétrica	2.397,1	17,5
9. Embratel (RJ)	Telecomunicações	2.05,9	12,1
10. Correios e telégrafos (DF)	Telecomunicações	1.930,8	71,6

Fonte: Melhores e Maiores 1995 (Exame), apud, Souza, 1999, p.29.

No âmbito federal, os leilões mais significativos do ano são os do setor de informática e de telecomunicações, que se concentram nas concessões para as empresas-espelho. As privatizações estaduais de maior relevância são as da Comgás e da Cesp Paranapanema, ambas paulistas. Participação do setor público até junho de 1999, cerca de 13,3 bilhões de dólares do total de 62,6 bilhões de dólares arrecadados com as privatizações têm origem no setor público. A maior parte desse dinheiro vem do Banco do Brasil e do BNDES. Com recursos próprios e dos fundos que administra, o BB participa da compra de parte de três empresas com o equivalente a 1,3 bilhão de dólares.

O BNDES, principal agente e financiador, empresta a compradores cerca de 6 bilhões de dólares para viabilizar a venda de 12 empresas, além de todo o sistema Telebrás, que obteve recursos de aproximadamente 1,2 bilhão de reais. O empréstimo de dinheiro público para os grupos compradores é um dos alvos dos críticos das privatizações. Para eles, como o BNDES empresta a juros

subsidiados, a operação acaba se tornando uma transferência de recursos públicos para as compradoras das estatais.

De acordo com o processo de privatização, são admitidas outras formas de pagamento como as chamadas moedas podres ou de privatização – títulos de dívidas contraídas no passado pelo governo federal. Atualmente, o PND aceita debêntures da Siderbrás, Certificados de Privatização, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Créditos Vencidos Renegociados, Títulos da Dívida Agrária, Títulos da Dívida Externa, Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal, além das Notas do Tesouro Nacional. A maior parte das empresas leiloadas é arrematada com a utilização dessas moedas, que é uma forma de reduzir as dívidas do país e acabar com os compromissos financeiros provenientes desses débitos. Porém, muitas vezes esses títulos entram no processo de privatização por até 50% de seu valor. O percentual mínimo de moeda corrente a ser usado na compra de cada empresa é decidido pelo presidente da República.

QUADRO 11 - OS MAIORES VALORES OBTIDOS POR VENDAS DE EMPRESAS PÚBLICAS ATÉ 1999.

Empresas	Setor	Receita de venda US\$ milhões	Dívida transferida US\$ milhões	Venda Total US\$ milhões
SISTEMA TELEBRÁS	Telecomunicações	26.978	2.125	29.103
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	Mineração	3.299	3.559	6.858
LIGHT	Elétrico	2.508	586	3.094
USIMINAS	Siderúrgico	1.941	369	2.310
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	Siderúrgico	1.495	533	2.028
GERASUL	Elétrico	801	1.082	1.383

Fonte BNDES, julho de 1999. apud, Souza, 1999, p.35.

O capital estrangeiro também é aceito, sem restrições, desde 1994. Sua participação no total de privatizações cresce de 4% em 1995 para 42% em 1998. Na venda da Light, em 1996, toma parte de 61%; na da Gerasul, em 1999, atinge 100%. Nesse último ano, dos 19 bilhões de dólares que vêm do exterior, 33,5% pertencem ao capital norte-americano, 28,1% ao espanhol, 18,4% ao português e 0,9% ao japonês. Grande parte dessa quantia é investida na compra de empresas dos setores de energia e telecomunicações.

As agências reguladoras, como a Anatel (telecomunicações) e a Aneel (energia), são órgãos públicos criados para fiscalizar a atividade das concessionárias privadas. Com uma estrutura enxuta – a Anatel, por exemplo, tem um fiscal para cada 53 mil linhas de telefone –, baseiam-se em informações das próprias empresas para avaliar o atendimento à população. De acordo com a Anatel, os serviços de telefonia melhoraram desde a privatização. No entanto, a Telefônica, que opera em São Paulo, é uma das campeãs de reclamações na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), com 1.906 queixas em 1998. Às agências reguladoras cabe também definir as metas de crescimento de cada um dos setores.

Segundo Denise Carvalho (2000), a indústria paulista apóia a possibilidade de o governo dar novos rumos para os recursos das privatizações, que até agora foram utilizados para o resgate da dívida pública. E acredita que a transferência da responsabilidade sobre o processo de privatização das energéticas, do BNDES para o Ministério das Minas e Energia, só deve surtir efeitos positivos se o governo adotar, ainda, o modelo de pulverização das ações junto ao público. Para o coordenador do Grupo de Política Industrial da Fiesp, Roberto Jeha, uma mudança da atual política pode indicar que o governo acordou. Segundo Jeha, o modelo de privatização adotado pelo governo não trouxe nenhum benefício. Segundo Carvalho, a política do governo segue o Consenso de Washington, onde a idéia é privatizar tudo já que órgãos reguladores vão defender os consumidores. Mas os órgãos reguladores não têm força para enfrentar empresas como a Telefônica ou a MCI. Não entanto, acredita que o presidente Fernando Henrique Cardoso daria um bom passo se mudasse a desatinação dos recursos. A venda do patrimônio público

nos últimos oito anos não foi suficiente para o governo pagar juros de um ano só. A política de privatizações foi um desastre, disse o empresário. Para ele, a política de juros, a sobrevalorização cambial e o modelo de privatizações patrocinou a venda de patrimônio público sem trazer resultados para o País.

Segundo Anderson (1999), a privatização de empresas públicas deu como resultado o aumento no índice de desemprego no Brasil e em toda América Latina. Por exemplo, em países como Argentina, Brasil, México, Chile e Peru, o incremento do desemprego aumentou nos anos 90 por mais de 100% em comparação à década de 80. A falta de postos de trabalho é hoje um dos principais desafios de governos de todo o mundo. A situação se agrava particularmente nos últimos anos em razão da crise econômica que afeta a economia global: a recessão japonesa e as quedas das bolsas asiáticas, em meados de 1997, a quebra da Federação Russa, em 1998, e o ataque especulativo no Brasil, entre o fim de 1998 e o início de 1999. Antes da crise asiática, havia no planeta 140 milhões de desempregados, número que sobe para 150 milhões no final de 1998, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre 25% e 30% da força de trabalho mundial (calculada em 3 bilhões de pessoas) vivem de subempregos, atividades que não são amparadas em regras nem em benefícios legais.

QUADRO 12- ÍNDICES DE DESEMPREGO NA AMÉRICA LATINA ATE 1998

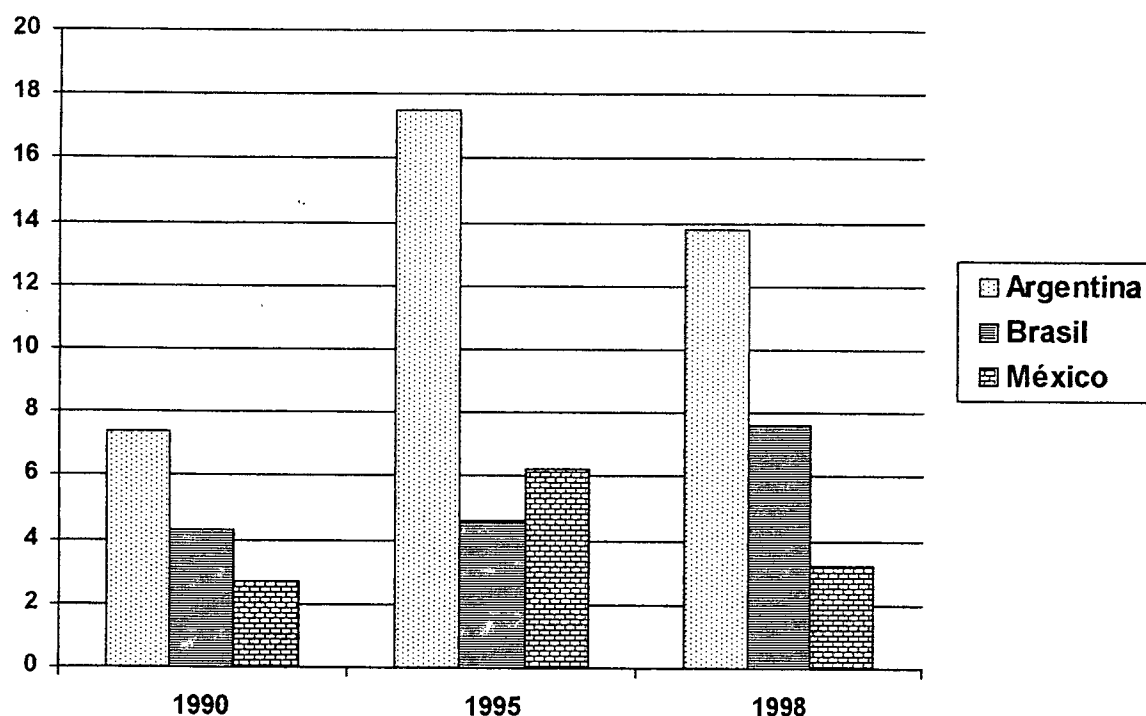
PAÍSES	1990	1995	1998
Argentina	7,4	17,5	13,8
Brasil	4,3	4,6	7,6
Chile	9,2	7,4	6,4
Colômbia	10,5	8,8	15,3
México	2,7	6,2	3,2

Metodologia: pesquisa domiciliar por amostragem.

Fontes: Cepal e OIT. Apud Anderson, 1999, p.12.

A América vive tendências opostas em suas duas porções. As taxas da América Latina permanecem altas na década de 90 – a média do primeiro semestre de 1999 é de 9,1%. Vários países apresentam índices superiores a 15%. É o caso de Argentina, Venezuela e Colômbia. Nos Estados Unidos (EUA), ao contrário, o desemprego vem diminuindo em níveis recordes: chega a 4,2% em maio de 1999, porém à custa da redução dos direitos trabalhistas e dos salários. O Canadá também apresenta redução em suas taxas.

GRAFICO 2- EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA DURANTE A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA



Fonte: Cepal e OIT. Apud Anderson p. 12 1999.

Continuando com Anderson, as causas principais do desemprego são a revolução tecnocientífica deste final de século vem transformando o sistema produtivo ao viabilizar a automatização. Com isso, milhares de postos de trabalho são eliminados. O setor mais afetado é o industrial nas nações desenvolvidas, também o de serviços, que tem demitido em massa operários menos qualificados. O avanço tecnológico origina dois tipos de previsão. Um deles prenuncia uma sociedade na qual a tecnologia extingue mais empregos do que cria. O outro

sustenta que a atual onda de mudanças é similar às ocorridas no passado, que destruíram em curto espaço de tempo milhões de empregos, mas, a longo prazo, originaram ainda mais vagas em outros ramos da economia. Essa tendência já é verificada pela OIT, que aponta o aumento da demanda por profissionais qualificados em todo o mundo entre 1981 e 1996.

Estagnação econômica em situações de crescimento econômico, a tecnologia não interfere no nível de emprego. Isso porque, com a economia em expansão, o desemprego tecnológico setorial é neutralizado pela criação de novos postos de trabalho. Com base nos dados de recuperação após as crises financeiras iniciadas em 1997, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê, em relatório de setembro de 1999, um aumento também de 3% em 1999 (contra 2,2% em 1998 e 4,1% em 1997) e de 3,5% em 2000. A retomada da expansão econômica seria a chave para a solução do problema do emprego, segundo a OIT. De acordo com informações da OCDE, os períodos de 1964-1973 e de 1983-1992 demonstram a relação direta entre os dois fatores: quando há retração na produtividade, o desemprego aumenta, e vice-versa.

A integração mundial das economias também contribui para a elevação do desemprego. A abertura da economia ao capital externo leva as empresas nacionais a diminuir custos, o que inclui demissões para sobreviver à concorrência. A liberalização incentiva a migração de fábricas para regiões onde a mão-de-obra é mais barata, o que vem extinguindo postos de trabalho em países ricos. A queda de fronteiras, que acompanha o processo de globalização como a consolidação da UE em torno de uma moeda comum, o euro, em 1 de janeiro de 1999 –, também contribui para a diversificação do mercado de trabalho no interior dos grandes blocos econômicos. Surgem oportunidades de emprego em países vizinhos, e a procura por trabalhadores torna-se mais ágil com a utilização de novas tecnologias, entre elas a internet.

Os maiores beneficiados, no entanto, são os profissionais mais bem preparados. Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999 do PNUD, cerca de 30 mil doutores africanos vivem nos países desenvolvidos,

enquanto a África fica com apenas um cientista ou engenheiro para cada 10 mil habitantes. Somente na UE, 500 mil postos de trabalho para especialistas em tecnologia estão vagos por falta de pessoal qualificado. Os EUA oferecem um visto especial aos profissionais especializados. Os imigrantes não qualificados, por sua vez, sofrem inúmeras restrições.

O desemprego de um país é expresso, em geral, pela taxa que resulta da divisão do número de desempregados pelo total da população economicamente ativa. Atualmente, o método mais difundido para o cálculo do desemprego é a pesquisa domiciliar por amostragem (aquela em que os pesquisadores saem de porta em porta colhendo respostas). A OIT incentiva sua adoção por considerá-la mais abrangente inclui toda a população e também por permitir a comparação entre as taxas dos países. Outro procedimento, conhecido como banco de recolocação, ainda vigora em alguns países, principalmente na Europa Oriental. Por essa metodologia, a porcentagem é estimada com base nos registros da população desempregada que solicita assistência ao governo.

A OIT recomenda que os institutos nacionais de pesquisa considerem o desemprego aberto no levantamento das taxas. Encontram-se nessa categoria as pessoas que procuraram ativamente emprego no último mês e não exerceram nenhum trabalho na semana anterior à pesquisa. Assim, não são considerados, para efeito de cálculo, o desemprego oculto pelo trabalho precário, que abrange as pessoas que realizaram alguma atividade remunerada, mas prosseguem procurando emprego, e o desemprego oculto pelo desalento, que inclui aqueles que desejam trabalhar, mas desistiram de procurar emprego por desânimo em relação ao mercado de trabalho. Os desempregados ocultos, segundo a OIT, encaixam-se na categoria dos ativos ou subempregados. Sua exclusão dos cálculos atenua as taxas dos países nos quais eles exercem ocupações irregulares enquanto procuram trabalho, prática freqüente nas nações em desenvolvimento, cujos mecanismos de proteção aos desempregados são limitados.

4.2.3 Reforma do Estado

Segundo Przeworski (1998), as reformas administrativas do Estado não são novas. Já na década de 60, planejava-se a primeira versão de reforma gerencial na vida do Estado brasileiro moderno. Porém com o Decreto-lei 2000 de 1967, sob o comando de Amaral Peixoto e Hélio Beltrão, planta-se a primeira desburocratização para superar a rigidez burocrática daquela época. A seguinte mudança foi a administração Pública da Constituição de 1988, resultado das forças contraditórias entre a reação ao populismo e ao fisiologismo e ao avanço democrático do país.

Mas, para Abrucio (1998), a crise do Estado moderno começa nos anos 80 como resultado entre outros das políticas econômicas populistas, pela ausência do planejamento estratégico nas funções governamentais, pelas crises fiscais e pelo avanço do sistema neoliberal em quase todo o mundo. Os programas de estabilização do FMI e as reformas econômicas estruturais propostas pelo Banco Mundial são os postulados básicos do neoliberalismo que foram adotados a o longo deste período e que não solucionam os problemas essenciais das economias destes países, dando origem à desarticulação do aparelho estatal.

"O fato é que a economia mundial enfrentou um grande período recessivo, mesmo que francamente revertido nos últimos anos, e nunca mais retomou os níveis de crescimento atingidos nas décadas de 50 e 60". (ABRUCIO, 1998, p. 175).

Assim, os Estados vem perdendo seu poder de ação, especialmente pelos problemas de governabilidade (governos sobrecarregados de funções e vícios administrativos) e pelos efeitos da globalização econômica. Desta forma surge um Estado com menos recursos para atuar e com menos poder para enfrentar as novas mudanças externas do mundo moderno, e dinâmicas internas geradas em suas própria organização. Isto obviamente termina debilitando o aparelho estatal e desconfigura os antigos sistemas mal chamados de burocráticos.

Apesar do inteires que desperta a idéia de reformar o Estado, existem atualmente dois dilemas para compreender as reformas administrativas aplicadas à administração pública. Um é o impulso para organizar governos que funcionem melhor e custem menos. Aqui se desenvolvem táticas de curto prazo para cortar gastos tem feito com que, em longo prazo, seja ainda mais difícil se obter melhores resultados. O outro dilema consiste em decidir o que o governo deve fazer. Muitas reformas têm se concentrado na identificação das partes do Estado que podem ser reduzidas e esquecem o problema essencial da função do Estado e da administração pública e de governo.

QUADRO 13- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO NO BRASIL DE 1988 A 1995

ANO	CIVIS ESTATUTÁRIOS*	TOTAL**
1988	705.548	1.442.657
1989	712.740	1.488.608
1990	628.305	1.338.155
1991	598.375	1.266.495
1992	620.870	1.284.474
1993	592.898	1.258.181
1994	587.202	1.197.460
1995***	580.035	

(*) Civis da Adm. Direta, Autarquias e Fundações; não inclui, portanto os militares.

(**) Inclui, além dos civis estatutários, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

(***) Posição de março Fonte: SRH / MARE - SEST/MPO, apud IBGE, 1998.

No Brasil, a partir de 1995 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, surge uma nova oportunidade de reformar o Estado em geral, e em particular, de seu aparelho de Estado e do seu pessoal. Esta reforma têm dois objetivos: o primeiro foi que em curto prazo facilitara o ajuste fiscal, particularmente dos Estados e Municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros administrativos burocráticos; e o segundo consistia que em médio prazo torna-se, mais eficiente e moderna a Administração Pública, voltando-a para o atendimento do cidadão.

Esta reforma significou num primeiro momento a redução do aparelho estatal e a limitação de funções como produtos de bens e serviços. E num

segundo momento a recomposição da essência e espírito do Estado. Tudo isto com a finalidade de enfrentar a crise financeira experimentada nos anos 80, e a crescente insatisfação disseminada sobre o papel e o serviço da administração pública burocrática crescente desde os anos 70, e sobre as exigências dos mercados internacionais e das exigências dos organismos financeiros internacionais nos anos 90.

QUADRO 14- EVOLUÇÃO DOS GASTOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

MÉDIA ANUAL EM % DO PIB	UNIÃO	ESTADOS E MUNICÍPIOS
Média anual 70/79	3,41	3,87
Média anual 80/87	2,89	4,18
Média anual 88/94	3,17	6,53

Fonte: IBGE, 1998

Segundo Przeworski, o êxito da reforma do Estado depende da capacidade de cobrança dos cidadãos e não da privatização dos bens públicos. Porém, num país como o Brasil onde a cultura política sempre foi mais autoritária que democrática, as reformas aplicadas pelo governo federal e estatal, são vistas como ações totalmente desvinculadas da sociedade. Porém os intentos de reforma administrativa do Estado além de identificar as exigências públicas da sociedade, deve procurar a forma em que os indivíduos comuns mudem sua atitude frente às reformas que o Estado aplica.

Assim, toda proposta de reforma administrativa ao Estado, além de modificar e representar interesses gerais em suas propostas políticas, econômicas e sociais deve trabalhar sobre a instauração das reformas em uma forma sistemática para que os indivíduos saibam o mecanismo pelos quais pode mudar e corrigir o destino das políticas e atividade governamentais, e podem legitimar essas mudanças como verdadeiras conquistas sociais.

QUADRO 15 - AS REFORMAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL

Década	Características e tipo de Administração burocrática	Reformas administrativas implementadas
1930	<p>Administração burocrática baseada nos princípios da administração do exército Prussiano.</p> <p>Existe um patrimonialismo e sua expressão local é o coronelismo.</p> <p>Não existia uma política de RH, que respondesse às necessidades do Estado.</p> <p>É uma burocracia clássica. Centralista e hierárquica.</p>	<p>Reforma administrativa promovida por Maurício Nabuco e Luis Simões Lopes.</p> <p>É a burocracia que Max Weber descreveu, baseada no princípio do mérito profissional.</p> <p>Criam-se as autarquias</p> <p>Existia um instituto do concurso público e do treinamento sistemático.</p>
1960	<p>Desenvolve uma organização burocrática capitalista baseada na centralização das decisões e no controle de atividades administrativas.</p> <p>A hierarquia é traduzida no princípio da unidade de comando, na estrutura piramidal do poder, nas rotinas rígidas, no controle passo a passo dos processos administrativos.</p>	<p>Surge a reforma gerencial, com o Decreto-lei 2000 de 1967, sob o comando de Amaral Peixoto e Hélio Beltrão.</p> <p>Procura-se criar novas atividades para superar a rigidez burocrática do Estado.</p> <p>O decreto permitiu a contratação de empregados sem concurso público, facilitando a sobrevivência de praticas patrimonialistas e deixou de ver as mudanças no âmbito da administração direta ou central e fechou a oportunidade de desenvolvimento de novos administradores e de carreiras destinadas ao serviço público.</p>
1980	<p>A reforma administrativa do Estado para meados de 1970 fracassa.</p> <p>A crise política do regime militar agrava a administração pública na medida que a burocracia foi identificada como o sistema autoritário em pleno processo de degeneração.</p> <p>A transição democrática de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, significa uma volta às idéias burocráticas dos anos 30's.</p>	<p>A administração Pública da Constituição de 1988 é o resultado das forças contraditórias entre a reação ao populismo e ao fisiologismo e ao avanço democrático do país.</p> <p>A constituição de 1988 instaurou um regime jurídico único para todos os servidores públicos civis da Administração pública. Elaborou norma para defesa do Estado e não do servidor público e fez um sistema de concurso público mais rígido.</p>
1990	<p>A partir de 1995, com o governo de FHC, surge uma nova oportunidade de reformar o Estado em geral, em particular, de seu aparelho de Estado e do seu pessoal</p>	<p>A reforma de FHC tem 2 objetivos: a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, particularmente dos estados e municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros; A médio prazo tornar mais eficiente e moderna a Administração Pública, voltando-a para o atendimento dos cidadão.</p> <p>Estabelece uma política de privatização.</p>

Fonte: dados secundários

As reformas administrativas do Estado, chamadas de **reforma gerencial** ou **reforma liberal** aplicadas na década de 90 no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, não foi concebida em termos de gerar mecanismos institucionais e cíveis, pelos quais os governos possam controlar o comportamento dos gerentes econômicos privados a nível nacional e locais, e onde os cidadãos possam controlar, avaliar e modificar os governos mediante uma participação mais ativa e dinâmica da sociedade em geral.

"O objetivo é construir um Estado que responda às necessidades de seus cidadãos; um Estado democrático, no qual seja possível aos políticos fiscalizar o desempenho dos burocratas e estes sejam obrigados por lei a lhes prestar contas, e onde os leitores possam fiscalizar o desempenho dos políticos e estes também sejam obrigados por lei a lhes prestar contas". (BRESSER, 1998, p. 36).

Considerar, portanto que as atuais reformas aplicadas ao Estado brasileiro terminaram com a problemática existente no âmbito econômico, políticos e social, nos países subdesenvolvidos, é acreditar que as políticas geradas para o fortalecimento do livre mercado e o pensamento liberal estão dando certo e que o novo gerenciamento é fácil demais para ser terminado com a aplicação de novas normas e regras de ordem internacional no âmbito financeiro, tecnológico e cultural.

Segundo Bresser (1998), o Estado nos países em desenvolvimento, continuará a desempenhar um papel fundamental no campo social e na promoção do desenvolvimento. De acordo com a interpretação da crise do Estado, o Estado na América latina terá de atuar de forma complementar, mas estratégica, na coordenação da economia e na promoção do desenvolvimento econômico, de forma análoga ao que ocorreu no Japão e ao que esta está ocorrendo no Sul e Sudeste Asiáticos. Nestas regiões, onde o desenvolvimento tem sido extraordinário, o Estado apresenta uma situação fiscal equilibrada e utiliza poupança pública para promover o desenvolvimento.

De acordo com Bresser, que toma como referência o modelo aplicado na Reforma do Estado brasileiro em 1994, a proposta de reforma do aparelho do Estado moderno e neoliberal parte da existência de quatro setores dentro do Estado como se apresenta no seguinte quadro:

QUADRO 16. ESTRATÉGIA DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Setores	Forma de Propriedade			Tipo de Administração		Instituições Estratégicas
	Estatal	Pública Não estatal	Privada	Burocrática	Gerencial	
1) Núcleo estratégico: - Legislativo, - Tribunais, - Presidência, - Ministérios	○			○	○	Carreiras e concursos
2) Atividades exclusivas: - Segurança - Controle - Fiscalização - Subsídios	○				○	Agências Executivas
3) Serviços não exclusivos - Universidades - Hospitais - Museus - Pesquisa	→	○			○	Organizações Sociais
4) Produção Para o mercado - Empresas estatais	→		○		○	Empresa Privada

Fonte: BRESSER, 1998, p.284.

De acordo com a quadro 16, o primeiro setor de reforma do Estado esta formado pelo núcleo estratégico do Estado, que é definido pelas leis e políticas públicas. e um setor relativamente pequeno, formado no Brasil no nível federal, pelo presidente da República, pelos ministros de Estado e a cúpula dos ministérios, responsáveis pela definição de políticas públicas, pelos tribunais federais, encabeçados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério Público. No nível estadual e municipal existem correspondentes núcleos estratégicos.

O segundo setor a se reformar são as atividades exclusivas do Estado, e estas são aquelas que o poder de Estado (poder para legislar e tributar) deverá mudar e que incluem a polícia, as Forças Armadas, os órgãos de fiscalização e de regulamentação e os órgãos responsáveis pelas transferências de recursos, como o Sistema Unificado de Saúde, o sistema de auxílio-desemprego e demais.

O quadro 16 apresenta o núcleo estratégico e as atividades exclusivas do Estado. Onde a propriedade dos serviços e bens deverão ser, por definição, estatal. O núcleo estratégico usará, além dos instrumentos tradicionais (aprovação de leis, definição de políticas públicas), um novo instrumento, que só recentemente vem utilizando pela administração pública: o contrato de gestão. Com ele, o núcleo estratégico definirá os objetivos das entidades executoras do Estado e os respectivos indicadores de desempenho, e garantirá a essas entidades os meios humanos, materiais e financeiros para sua consecução. As entidades executoras serão, respectivamente, as agências executivas, no setor das atividades exclusivas de Estado, e as organizações sociais no setor de serviços não exclusivos de Estado.

As atividades exclusivas de Estado deverão ser, em princípio, organizadas pelo sistema de agências executivas, que poderíamos também chamar de agências autônomas. Uma agência executiva deverá ter um dirigente nomeado pelo respectivo ministro, com o qual será negociado o contrato de gestão. Uma vez estabelecidos os objetivos e os indicadores de desempenho, não apenas qualitativos mas também quantitativos, o dirigente terá ampla liberdade para gerir o orçamento global recebido; poderá administrar seus funcionários com autonomia no que diz respeito a admissão, demissão e pagamento; e poderá realizar compras apenas obedecendo aos princípios gerais de licitação

O terceiro setor pertence aos serviços não exclusivos ou competitivos do Estado, e são aqueles que embora não envolvendo poder de Estado, realiza e/ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, ou porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensados no mercado por meio da cobrança dos serviços.

O quarto setor de reforma do Estado está na produção de bens e serviços para o mercado que é realizada pelo Estado através das empresas de economia mista, que operam em setores de serviços públicos e/ou setores considerados estratégicos. E em cada um destes setores será necessário considerar qual o tipo de propriedade e qual o tipo de administração pública mais adequada.

No outro extremo, o setor de bens e serviços para o mercado, a produção está sendo em princípio realizada pelo setor privado. Daí o programa de privatização em curso. Pressupõe-se que as empresas serão mais eficientes se controladas pelo mercado e administradas privadamente. Além disso a crise fiscal nos países de América Latina retirou-lhe a capacidade de realizar poupança forçada e investir nas empresas estatais, tornando-se aconselhável privatizá-las. Esta política está de acordo com a concepção de que o Estado moderno, que prevalecerá no século XXI, não será nem o Estado liberal nem o Estado executor; deverá ser um Estado regulador e transferidor de recursos, que garanta o financiamento a fundo perdido das atividades que o mercado não tem condições de realizar.

Segundo o Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado Brasileiro (câmara da reforma do Estado, 1996), a definição dos objetivos e estratégias da reforma do aparelho do Estado apresentada a seguir decorre do diagnóstico e dos pressupostos teóricos que residiram a análise anterior. Dada a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, é necessário reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais.

Reformar o Estado significa melhorar não apenas a organização e o pessoal do Estado, mas também suas finanças e todo o seu sistema institucional-legal, de forma a permitir que o mesmo tenha uma relação harmoniosa e positiva com a sociedade civil. A reforma do Estado permitirá que seu núcleo estratégico tome decisões mais corretas e efetivas, e que seus serviços, tanto os exclusivos, que funcionam diretamente sob seu comando, quanto os competitivos, que

estarão apenas indiretamente subordinados na medida em que se transformem em organizações públicas não estatais, operem muito mais eficientemente.

Reformar o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em "agências autônomas", e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: as "organizações sociais". Na reforma do aparelho do Estado podemos distinguir alguns objetivos globais e objetivos específicos para seus quatro setores.

Objetivos Globais da reforma do Estado brasileiro

Aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos; limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado e para a iniciativa privada;

Além disso terá de transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: e só em casos de emergência cabe a ação direta da União; e transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

Objetivos para o Núcleo Estratégico:

- Aumentar a efetividade do núcleo estratégico, de forma que os objetivos democraticamente acordados sejam adequada e efetivamente alcançados. Para isso, modernizar a administração burocrática, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade, através de uma política de

profissionalização do serviço público, ou seja, de uma política de carreiras, de concursos públicos anuais, de programas de educação continuada permanentes, de uma efetiva administração salarial, ao mesmo tempo em que se introduz no sistema burocrático uma cultura gerencial baseada na avaliação do desempenho;

- Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas, responsáveis pelas atividades exclusivas de Estado, e com as organizações sociais, responsáveis pelos serviços não-exclusivos do Estado realizados em parceria com a sociedade.

Objetivos para as Atividades Exclusivas:

- Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão. O dirigente escolhido pelo Ministro segundo critérios rigorosamente profissionais, mas não necessariamente de dentro do Estado, terá ampla liberdade para administrar os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição, desde que atinja os objetivos qualitativos e quantitativos (indicadores de desempenho) previamente acordados;
- Para isso, substituir a administração pública burocrática, rígida, voltada para o controle a priori dos processos, pela administração pública gerencial, baseada no controle a posteriori dos resultados e na competição administrada; porém devem-se fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, viabilizando o controle social das mesmas.

Objetivos para os Serviços Não-Exclusivos:

- Transferir para o setor público não-estatal esses serviços, através de um programa de "publicitação", transformando as atuais fundações públicas em

organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do Poder Legislativo para celebrar contrato de gestão com o Poder Executivo e assim ter direito a dotação orçamentária;

- Lograr, assim, uma maior autonomia e uma conseqüente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços; além de lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade através dos seus conselhos de administração. Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social;
- Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações; e aumentar, assim, a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.

Objetivos para a Produção para o Mercado:

- Dar continuidade ao processo de privatização através do Conselho de Desestatização; reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados; e implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas. Estes são todos lineamentos para a reforma do Estado que o governo do Presidente Cardoso desenvolveu de 1996 a 2000, limitando e reduzindo e transferindo suas funções e atividades econômicas na vida nacional do Brasil.

4.3. REGIME POLÍTICO MEXICANO

Situado na América do Norte, o México apresenta a região metropolitana mais populosa do mundo. O país faz fronteira com os Estados Unidos de Norte América ao norte, e com Guatemala e Belize ao sul. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI) de 1999, a maioria dos habitantes é mestiça de índios e europeus (70%), seguida por um grupo grande de indígenas (30%), pertencentes a mais de 50 etnias diferentes, com línguas e tradições próprias. Tem uma área: 1.972.547 km², uma floresta: 554 mil km² e uma população de 97,4 milhões.

O México é o palco da primeira revolução popular do século XX e em 1910, implantou o regime político revolucionário com a promulgação de sua Constituição Política em 1917 ainda vigente. Em 1924 começa o monopólio do poder político, Alvaro Obregón é substituído em 1924 por Plutarco Elías Calles. Em 1929, Calles funda o Partido Revolucionário Nacional (PRN), renovado em 1938 de Partido Revolucionário do México (PRM) e em 1946 de Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se torna o virtual partido único do México. O general Lázaro Cárdenas, presidente entre 1934 e 1940, aprofunda a reforma agrária e nacionaliza as empresas de petróleo. Os sucessores de Cárdenas afastam-se da tradição revolucionária.

Entre 1950 e o final dos anos 70, o país vive um período de desenvolvimento, com altos salários e baixa inflação. A prosperidade gera uma classe média urbana que lidera reivindicações democráticas. Para as décadas de 80 e 90, o Partido Político do Governo mantido até hoje ao longo de 76 anos, está envolvido numa séria crise financeira em meados da década de 90. Tenta agora equilibrar a economia, baseada na extração de petróleo e no grande fluxo de turistas, atraídos pelas construções históricas e pelas praias nos oceanos Atlântico e Pacífico, além de montadoras para produzir produtos eletrônicos das grandes empresas multinacionais.

O seu regime político é constituído numa República presidencialista, com uma divisão administrativa de 31 estados e 1 distrito federal. Um chefe de Estado e de governo (Presidente). A distribuição de poderes está integrada da seguinte maneira: Poder Legislativo é bicameral por contar com dois tipos de câmaras, a Câmara Federal dos Senadores, com 128 membros e a Câmara Federal dos Deputados, com 500 membros. Ambos eleitos por voto direto para mandatos de 6 e 3 anos, respectivamente. O Poder Judiciário é o árbitro institucional para os conflitos de interesse da sociedade e está organizado nos âmbitos federal e estadual. As principais instâncias são o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar.

Segundo Villa (1997), o regime político mexicano é caracterizado por não ter realizado grandes mudanças nas suas instituições políticas que desde 1924 está dominado pela hegemonia da doutrina política do (PRI). Este regime político é de tipo presidencialista onde o chefe do executivo tem todos os poderes (militar, político, econômico e judicial), o qual o torna o personagem mais importante na vida política do país. Todos os avanços ou retrocessos em matéria econômica e política são conduzidas por ele e pelo seu gabinete, regularmente formado por parceiros ou colegas próximos na sua trajetória agora denominada de tecnocracia.

Segundo esse autor, o regime político no México é dominado por um único partido político e é chamado de ditadura de partido, que reergue-se a cada 6 anos. Na década de 90 enfrenta a pior crise política interna e externa trazendo uma série de escândalos e corrupções denunciadas publicamente pela sociedade e pelos partidos políticos de oposição, como é o caso das fraudes efetuadas pelo irmão do presidente Carlos Salinas de Gortari, que se beneficia da venda das empresas públicas no momento de modernizar a economia do país. Os principais partidos políticos que concorrem pelo poder nas eleições do 2000 são: o Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Partido da Revolução Democrática (PRD), o Partido Ação Nacional (PAN),

4.3.1. Regime político na década de 80

Segundo Villa (1997), para controlar as tensões, tanto o governo de Luis Echeverría, entre 1971 e 1976, como o de José López Portillo, de 1977 a 1982, expandem os gastos públicos, provocando inflação e fuga de capitais. Com o objetivo de reduzir o déficit externo, o México adota um plano de estabilização proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A dívida externa cresce com a queda das exportações de petróleo e com a alta dos juros internacionais, levando o país a decretar a moratória em 1982. O presidente Miguel de La Madrid implanta um programa econômico austero e em 1988 assina com os sindicatos o Pacto de Solidariedade Econômica, congelando salários e preços.

QUADRO 17 - REGIMES POLÍTICOS DO MÉXICO DE 1980-2000

PERÍODO E PRESIDENTE	ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ECONÔMICAS	OBJETIVOS
1984-1998 Miguel de la Madrid	<ul style="list-style-type: none"> - Política de estabilização econômica para lutar contra a inflação. - Começa a política de austeridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Sair das crises da desvalorização da moeda. • Estabelecer novas políticas de investimentos
1988-1994 Carlos Salinas	<ul style="list-style-type: none"> - Privatização das principais empresas públicas - Ingresso ao processo de globalização - Política monetária de ajuste 	<ul style="list-style-type: none"> • Implanta como modo econômico e político o neoliberalismo. • Luta por consolidar o NAFTA ➤ Continua a ditadura de partido
1994-2000 Ernesto Zedillo	<ul style="list-style-type: none"> - Continua a globalizar a economia. - Maior abertura democrática - Estado mínimo - Plano de estabilidade e recuperação econômica 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabilizar o país depois da crises de 1994 - efeito tequila • Fazer acordos comerciais de livre comércio com Europa e Ásia. • Consolidar a democracia para o 2000.

Fonte: dados secundários.

A década de 80 representou para o México, segundo Elizondo (1995), o avanço do novo projeto neoliberal, no qual o FMI através políticas de ajuste indicou a necessidade de realizar reformas estruturais nas economias latino-americanas, mediante sua visão montearia de balança de pagamentos, reestruturação produtiva de acordo com os padrões internacionais e revisão de espaços e funções do Estado. De acordo com esse autor, a década de 80, preparou o caminho para que o México se incorporasse anos depois ao processo de globalização econômica, desmantelando o Estado em suas funções e em suas atividades consideradas estratégicas.

QUADRO 18 - EVOLUÇÃO DO ESTADO MODERNO MEXICANO DE 1917-2000

Tipo de estado	Características	Período	Projetos econômicos	
Estado Protetor	<ul style="list-style-type: none"> Estado ativo, apoiado em princípios da teoria Keynesiana Modelo de crescimento interno (Protecionismo e substituição de importações) 	Reconstrução Nacional 1924-1940	<ul style="list-style-type: none"> Posta em marcha dos projetos: agrário, educativo, laboral e de fomento ao crescimento econômico, contemplado na Constituição de 1917 	
		Modernização, crescimento e desenvolvimento 1940-1970	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento com Inflação 1940-1956. Crescimento com Estabilidade 1956-1970 	
		Princípios dos anos 80, transição democrática	<ul style="list-style-type: none"> Crises pelo esgotamento do modelo econômico 	O Milagre Mexicano do petróleo
		A década perdida	<ul style="list-style-type: none"> 1982, abandono do Modelo de Crescimento para adentro Inicia a política de ajuste Econômico Transição ao modelo Neoliberal Reforma do Estado 	
Estado Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> Começam a transformação do Estado e a venda do patrimônio público 	Década de 90- A globalização Econômica	<ul style="list-style-type: none"> Política de desregulamentação Privatização de empresa pública Reforma do Estado Acordos e convênios econômicos internacionais. 	

Fonte :Elizondo (1996).

Para Paniagua (1990), a preocupação básica durante a crise dos anos 80 foi originada pela desvalorização do peso em 300% de seu valor e de seu endividamento externo. Essa política procurou estabilizar a economia com os planos de ajuste que consistia em assegurar o caráter constante do valor da moeda nacional (peso) medido pelo seu poder de compra interno e externo. Aparentemente o fracasso das políticas monetárias e fiscais dos anos 80 foram substituídas por promessas políticas de mudança social e de maior distribuição de renda feitas por tecnocratas.

Para esse mesmo autor, a etapa de 1983 a 1988, caracterizada como o sexênio do crescimento zero, é de estrita austeridade no orçamento público, e de diminuição salarial. Com o processo de desincorporação das empresas públicas iniciou a estratégia de promoção das exportações do setor manufatureiro e a liberação dos mercados externo e interno. O processo de modernização do país, reforma do Estado e mudança estrutural hoje vigente, tem na sua primeira etapa de crescimento resultados favoráveis para o propósito governamental global mencionado no Plano Nacional de Desenvolvimento 1989-1994 (PND89-94). Nesse período de recuperação econômica com estabilidade de preços, eliminação do déficit das finanças públicas, refluxo do gasto social e desenvolvimento da infra-estrutura urbana e regional, existirem erros fundamentais de orçamento da dívida pública externa e interna e de consolidação da credibilidade e fortaleza da imagem do governo e sua gestão.

Para finais da década de 80, as eleições de 1988, Carlos Salinas de Gortari, candidato do PRI e arquiteto das reformas econômicas, é eleito presidente. A sua vitória é considerada a mais fraudulenta da história; seu principal adversário foi o Cuauhtémoc Cárdenas (dissidente esquerdista do PRI e filho do ex-presidente Cárdenas). Já durante seu governo, Salinas promove uma reforma constitucional e permite a venda dos exidos (fazendas comunais nas quais vivem 3 milhões de famílias) a empresas agrícolas, e a maioria das estatais

é privatizada. Com a abertura indiscriminada às importações, cresce o déficit da balança comercial.

Segundo a Cepal os anos 80 foram caracterizados pelo endividamento dos países latino-americanos e pela excessiva fuga de capitais. A crise da dívida no México significou a quebra do padrão de acumulação de capital vigente desde a década de 40. A dívida do país foi acompanhada da fuga de capitais e de pagos excessivos dos interesses dos serviços dessa dívida. No seguinte quadro se apresenta a evolução tanto do endividamento externo como da fuga de capitais, os quais são os fenômenos característicos de essa década.

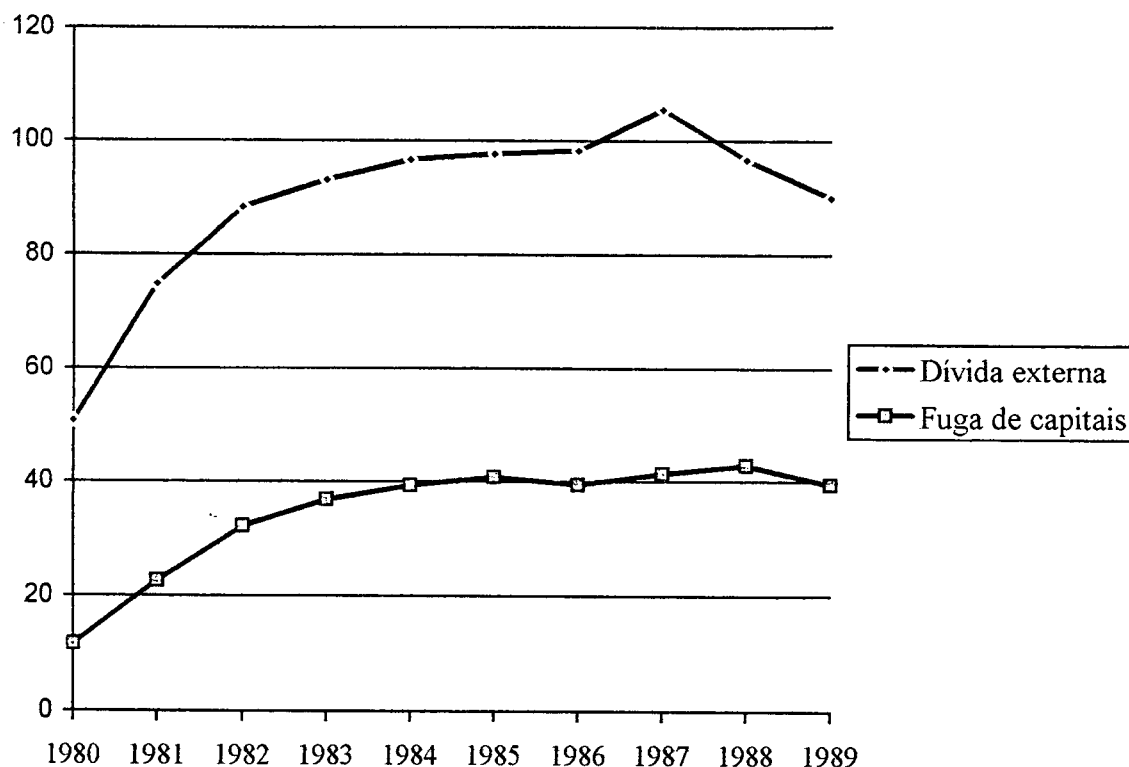
QUADRO 19 - EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA DÍVIDA EXTERNA DO MÉXICO DURANTE A DÉCADA DE 80 (MILHÕES DE US\$)

Período	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Dívida Externa	50,700	74,900	88,300	93,100	96,700	97,700	98,300	105,500	96,700	90,100
Fuga de capitais	11,689	22,594	32,136	36,804	39,321	40,800	39,446	41,346	42,876	39,400

Fonte: Paniagua, 1990, p.32.

Segundo Paniagua, o endividamento do México nessa década deu como resultado a aplicação de políticas econômicas austeras que tinham como objetivos diminuir os gastos públicos e descer o processo inflacionario, além de criar confiabilidade aos empresários para que não retirassem seu dinheiro do país. Até, 1998 diminui um pouco a transferência de recursos ao exterior, a dívida decresce, mas isso foi uma clara manobra política por parte dos tecnocratas do PRI, porque era época eleições e queriam apresentar aos mexicanos que estava melhorando a situação econômica do país.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA MEXICANA NA DÉCADA DE 80



Fonte: Paniagua 1990, p. 32.

Para controlar as tensões políticas provocadas pelo endividamento externo na década de 80, ordena-se expandir os gastos públicos para atenuar os efeitos da desvalorização, o que qual provoca alta inflação e excessiva fuga de capitais do país. Com o objetivo de reduzir o déficit externo, o México adota um plano de estabilização proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A dívida externa cresce com a queda das exportações de petróleo e com a alta dos juros internacionais, levando o país a decretar a moratória em 1982. O presidente Miguel de la Madrid implanta um programa econômico austero e em 1988 assina com os sindicatos o Pacto de Solidariedade Econômica, congelando salários e preço dos produtos básico ate 1992.

Segundo Boltvinik (1998), das 79 milhões de pessoas que a Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (ENIGH) 1989 publicou, o 70,6% da população do México era considerada pobre, o que equivale a 55,8 milhões de pessoas agrupadas em 10,2 milhões de famílias pobres. Além disso, existe um 44,7% do total da população considerado como pobres extremos o equivalente a 35,3 milhões de pessoas. Ao dividir o grupo dos pobres extremos nos estratos que o formam, observa-se que os indigentes (os pior situados) representavam 29,4% da população nacional (23,2 milhões) e os muito pobres o 15,3% (12,1 milhões). E como pobres moderados 20,5 milhões, equivalente a 25,9% da população nacional, como se apresenta no seguinte quadro de classificação e gráfico.

QUADRO 20 - POBREZA NO MÉXICO SEGUNDO A ENCUESTA NACIONAL DE INGRESOS Y GASTOS DE LOS HOGARES, 1989

CLASSIFICAÇÃO SOCIAL	PERCENTUAL %	MILHÕES DE POBRES
Pobres extremos (*)	44,7	35,3
Indigentes (ID)	29,4	23,2
Muito pobres (MP)	15,3	12,1
Pobres moderados (PM)	25,9	20,5
Total de pobres (**)	70,6	55,8
Classe média baixa (CMB)	12,4	9,8
Classe média (CM)	11,4	9,0
Classe alta (CA)	5,6	4,4
Total de não pobres (***)	29,4	23,2
População total	100	79,0

Fonte: Boltvinik, 1998, p. 18.

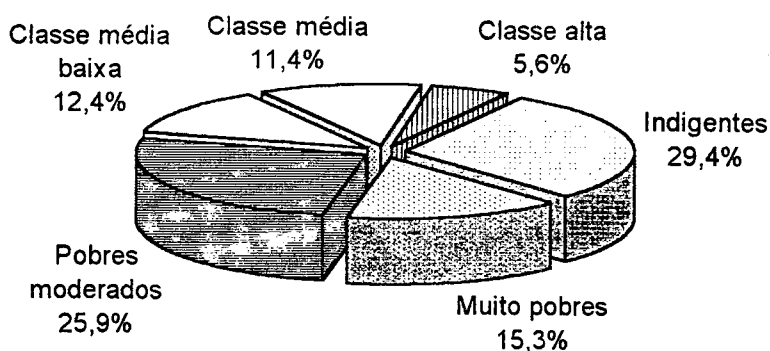
(*) Pobres extremos: esta categoria é formada pela soma de ID+MP

(**) O total de pobres está formado por ID+MP+PM

(***) O total de não pobres está formado por CMB+CM+CA

A classificação feita foi baseada nos seguintes parâmetros: como indigentes considerou-se os lares e pessoas que, em média, satisfazem menos da metade do conjunto de necessidades básicas de vida definidas pela ENIGH (condições mínimas de saúde, alimentação, educação e serviços básicos). Os muito pobres são os que satisfazem entre a metade e menos de dois terços de suas necessidades, e os pobres moderados são os que satisfazem entre 2/3 e menos de 95% delas.

GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO MÉXICO ATÉ 1989



Fonte: Boltvinik, 1998, p. 18.

Os 23,2 milhões de pessoas não pobres (29,5% da população) tem sido classificadas em três estratos da seguinte forma: como classe média baixa esta considerada aquela que satisfaz suas necessidades básicas em 80% e que precisa de maiores ingressos para se manter nesse setor (9,8 milhões -12,4% da população); a classe média satisfaz suas necessidades básicas de forma simples, mas está em constante movimento na procura de satisfazer em 100% suas necessidades básicas (9 milhões - 11,4%); e a classe alta (4,4 milhões, 5,6% dos habitantes do país). Essa foi a composição da sociedade mexicana durante a década de 80 quando se deu início o processo de globalização econômica.

4.3.2. Incorporação ao processo de globalização na década de 90

Segundo Fernandez (2000), a incorporação do México ao processo de globalização na década de 90 foi caracterizada pelo ataque especulativo das finanças internacionais e da recessão dos países de Ásia e da Federação Russa. O mercado financeiro mexicano foi o setor que mais sofreu os efeitos da globalização, devido ao enorme avanço das telecomunicações e da informática e das crises financeiras dos países asiáticos que repercutiram a nível mundial. A globalização financeira estimulou o crescimento econômico porque viabilizou o financiamento veloz de projetos de investimento, mas é, ao mesmo tempo, um elemento desestabilizador. Ao igual das economias subdesenvolvidas (América Latina) que adotam modelos de desenvolvimento baseados na captação de investimentos externos para suprir a carência de capitais são mais suscetíveis às crises financeiras.

Segundo o autor, foi no sexênio do presidente Salinas (1988-1994) que se apresentou a abertura aos fluxos internacionais de capital atraindo não só investimentos externos de longo prazo, mas também investidores que buscam lucros altos em pouco tempo. Conhecidos como capital volátil, são assim chamados porque podem ser resgatados com enorme facilidade. E é nesse período que o país experimenta uma melhoria nos indicadores macroeconômicos de 1989 a 1992. Em 1993, o México ingressa no Nafta e atrai centenas de montadoras americanas, principalmente de eletrônicos, que cruzam a fronteira em busca de mão-de-obra barata e subsídios mais altos.

Continuando com o autor, o Nafta surgiu como fruto das políticas comerciais dos Estados Unidos e da expansão dos seus negócios e interesses. Ele foi constituído estrategicamente em duas etapas: na primeira, os Estados Unidos firmaram um acordo bilateral de livre comércio com o Canadá; e na segunda, em 1994, o México foi incorporado ao bloco comercial. A estratégia do Nafta representava uma cartada americana para a eventualidade de fracasso das

negociações comerciais multilaterais do GATT. Nesse caso, o Nafta está projetado para constituir a pedra inicial de uma imensa zona de livre comércio das Américas. O alvo visado era a União Européia que, liderada pela França, travava as negociações sobre o comércio de produtos agro-industriais. Coincidindo com a entrada em vigor do Nafta, em janeiro de 1994, um grupo de camponeses indígenas denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) deflagra uma rebelião armada no estado sulista de Chiapas, exigindo mudanças sociais e econômicas na região, o qual despertou muitos outros movimentos sociais indígenas, políticos, estudantis e sindicais, para mudar o regime político neoliberal do México nos anos 90.

Segundo Ortíz (1999), na fronteira sul dos EUA, a imigração ilegal de mexicanos pobres é contida por soldados armados e cercas eletrificadas. A participação do México no Nafta deriva também das estratégias de combate à imigração posta em prática por Washington a partir da década de 80. A idéia consiste em estabilizar a economia mexicana a fim de controlar o fluxo migratório o que não deu os resultados esperados, pelo contrário, a migração se incrementou ainda mais devido à crise econômica que o México experimentou durante a segunda parte da década de 90. Nessa abertura comercial e financeira o México permitiu indevidamente que os estrangeiros pudessem adquirir livremente títulos de dívida interna, o que anos atrás estava proibido. O desequilíbrio na balança em conta corrente só foi corrigido com importação de capitais externos que com um peso sobrevalorizado e uma pesada dívida externa, reconhecida segundo dados da SHCP no 1995 de 166,000 milhões de dólares, aceitou todo um processo de desvalorização que se manifestou numa queda do PIB em 1995 de 7%, mas com uma inflação que superou 24%, com salários parados praticamente, e com um desemprego, que supostamente, só chegou a um 6% da população economicamente ativa.

Para a Cepal (1999), os anos 90 foram uma segunda década perdida para a economia dos países de América Latina, a julgar por seu desempenho médio em

termos de crescimento, equiparável ao dos anos 80. A CEPAL caracterizou esta época de reformas estruturais na América e preferiu caracterizá-la como uma "década de (inacabada) transição". Afinal, o marco de operação da economia alterou-se profundamente durante o período, com a implementação das chamadas "reformas de primeira geração", em grandes partes simultâneas aos programas de estabilização e de ajuste que México e Brasil experimentaram. Durante a década, ocorreram as aberturas comercial e financeira, assim como a reestruturação do setor financeiro e a privatização, com está ainda em curso. Como processos de mudança longe de concluídos, constam as reformas tributárias, na seguridade sociais, na administração pública e nos programas sociais (educação e saúde), além da reforma no setor judiciário e outras "de segunda geração".

Segundos balanços feitos pela CEPAL existem alguns resultados positivos. O contexto geral ainda deixa muito a desejar, sobretudo no que se refere aos indicadores sociais e à própria capacidade de competir num mercado internacional com novas características. Parte da responsabilidade por isto pode ser imputada às características do programa de estabilização, cujo contexto marcou a implementação das reformas estruturais. A abertura comercial, iniciada antes da estabilização, foi funcional aos objetivos desta, mas seus resultados acabaram prejudicados por isto. O uso prolongado da âncora de taxa de câmbio nominal, de 1994 até o início de 1998, em conjunto com as altas taxas reais de juros que deram suporte à manutenção da valorização cambial, deixou uma herança pesada em termos de competitividade e saldos comerciais.

Nessa época deu-se uma acelerada redução nas tarifas sobre a importação e a orientação predominante foi o manejo destas para fins anti-inflacionários e não de reestruturação produtiva. Ocorreu a modernização produtiva e aumentos substantivos de produtividade nos segmentos remanescentes após a abertura, mediante importação de tecnologia, equipamentos e componentes, bem como da racionalização da produção. Contudo, só ocorreu ampliação significativa de capacidade produtiva em alguns poucos casos. Além disso, a modernização

tampouco levou a exportações crescentes de modo a compensar os incrementos nas importações e, muito menos, à geração de novos empregos em ritmo suficiente para contrabalançar o fechamento de postos de trabalho. A valorização cambial e as taxas de juros reforçaram, no comércio exterior, um padrão de especialização acentuado em itens com competitividade resistente a elas, vale dizer, commodities intensivas em recursos naturais e energia ou mão-de-obra.

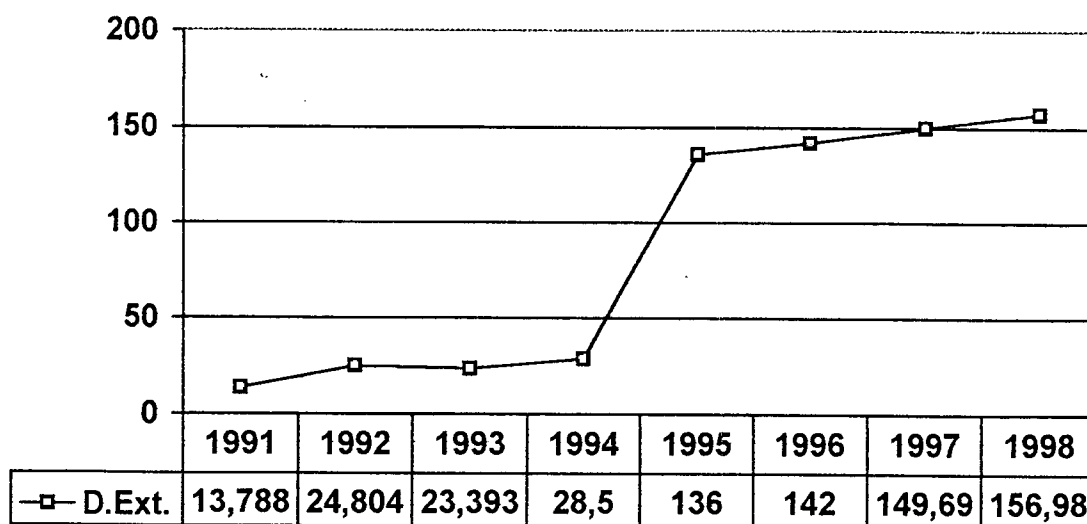
Algumas empresas foram colocadas à venda sem que estivesse concluída a regulamentação de seu setor. Além disso, em vários casos, a privatização deu-se inicialmente como resultado de movimentos de arbitragem financeira, com intensa participação de agentes sem envolvimento direto com a atividade produtiva e, até há pouco, com presença menor de investidores estrangeiros. Pode-se no mínimo presumir, como conseqüência, certo tempo até que ocorram os eventuais arranjos de propriedade e possam emergir os efeitos esperados da privatização, em termos de investimentos e competitividade.

Para García (1999), o governo salinista começou o processo de globalização com uma violenta abertura comercial cancelando as licenças de importação e derogando o código alfandegário mediante uma intensa redução tarifária, além disso, eliminou o controle de preços e salários; decidiu reduzir o Estado, abatendo o gasto público e privatizando o sistema bancário e os organismos e empresas do setor público; e acordou uma menor desvalorização do peso com respeito do dólar. Segundo Garcia essa abrupta e torpe política para empreender o processo globalizador provocou que a oportunidade histórica que se tinha no momento econômico perdesse uma importante via adicional para o desenvolvimento nacional que deviera apoiar a expansão e consolidação da planta industrial e do mercado interno.

Em troca, os métodos salinista de abertura ao exterior provocaram uma globalização econômica subordinada, penetrada e dominada; isto é, uma internacionalização apegada aos interesses do capital, particularmente norte-

americano. Os efeitos dessa política foram os sucessivos e crescentes déficits da balança de pagamentos. Em 1988, o superávit era de 1,667 milhões de dólares. A partir do primeiro ano do governo salinista os desequilíbrios comerciais determinaram que a conta corrente da balança de pagamentos registrara déficits crescentes e recorrentes em 1989 de 6,085.30 milhões de dólares; 1990, 8,106.6; 1991, 13,787.7; 1992, 24,804.3; 1993; 23,392.7; e 1994, 28,500 milhões de dólares respectivamente, o que equivale a um déficit acumulado em conta corrente durante esse sexênio da ordem de 104,677.6 milhões de dólares.

GRÁFICO 5 - DÍVIDA EXTERNA DO MÉXICO ATÉ 1998 (MILHÕES DE US\$)



Fonte: INEGI, Compendio estadístico 1999, p.51.

Como a abertura externa cancelou de fato a poupança interna, o financiamento das importações levou a um novo endividamento externo. Em 1993 solicitou-se um empréstimo por 13,400 milhões de dólares e em 1994 por 8,600; incrementando-se a dívida externa do país num total de 136 bilhões de dólares em dezembro de 1994. A captação da poupança externa via inversão financeira privada em curto prazo, instável e especulativa (o famoso capital volátil), também ajudou a financiar os déficits comerciais e de serviços.

No final de 1994 é nomeado Presidente da República: Ernesto Zedillo Ponce de Leon para o período de 1994-2000. Já com o novo presidente em funções, a fuga do país de investimentos de curto prazo se intensifica, em razão da instabilidade política e do aumento de juros nos EUA. Com um déficit de 27 bilhões de dólares na balança comercial e forte queda das reservas, o governo desvaloriza o câmbio e anuncia a estagnação dos salários, a redução de gastos públicos e o aumento de 10% nas tarifas públicas. Em nove dias, oito bilhões de dólares deixam o país. O peso mexicano continua em queda livre e desvaloriza-se num 40%. Numa reação em cadeia, chamada de efeito tequila, caem em todo o mundo as cotações dos títulos dos países emergentes, entre eles Argentina e Brasil. Para evitar uma crise mundial de liquidez, os EUA propõem-se a ajudar o México, mas exigem a renda do petróleo mexicano como aval do empréstimo e o pacote de ajuda de 47,75 bilhões de dólares chega em janeiro de 1995.

A pesquisa da CEPAL abrange vários aspectos das reformas estruturais e do desempenho econômico no México nos anos 90. Entre as lições gerais que propõe que sejam lembradas a partir da experiência da década, destacam-se dois aspectos. Primeiro, sem uma sinalização para os agentes econômicos quanto a algum horizonte de recuperação do crescimento, cai a sustentabilidade das reformas. Segundo, uma vez iniciado, o processo de reforma exige sua própria continuidade, para evitar uma reversão.

Segundo Boltvinik (1998), para finais da década de 90, o México, conta com mais de 97 milhões de habitantes e continua com um serio problema de pobreza. Já para 1998, 71,4% do total da população é considerado como pobre o que equivale a 69,3 milhões de pessoas que vivem com limitações em suas necessidades básicas de vida. Ao decompor o grupo dos pobres extremos nos estratos que o formam, observa-se que os indigentes (os pior situados) apresentam uma baixa considerável de 29,4% da década de 80, descem para 22,8% da população nacional (22,1 milhões). Os muito pobres aumentam a 22,6%

(21,9 milhões). Como pobres moderados, são considerados o 26,1% da população nacional (25,3 milhões). Isto é apresentado no seguinte quadro e gráfico.

QUADRO 21 - POBREZA NO MÉXICO SEGUNDO ENCUESTA NACIONAL DE INGRESOS Y GASTOS DE LOS HOGARES, 1998

CLASSIFICAÇÃO SOCIAL	PERCENTUAL %	MILHÕES DE POBRES
Pobres extremos (*)	45,4	44,0
Indigentes (ID)	22,8	22,1
Muito pobres (MP)	22,6	21,9
Pobres moderados (PM)	26,1	25,3
Total de pobres (**)	71,4	69,3
Classe média baixa (CMB)	10,3	10,0
Classe média (CM)	12,9	12,5
Classe alta (CA)	5,4	5,2
Total de não pobres (***)	28,6	27,7
População total	100	97,0

Fonte: Boltvinik, 1998, p.27.

(*) Pobres extremos: esta categoria é formada pela soma de ID+MP.

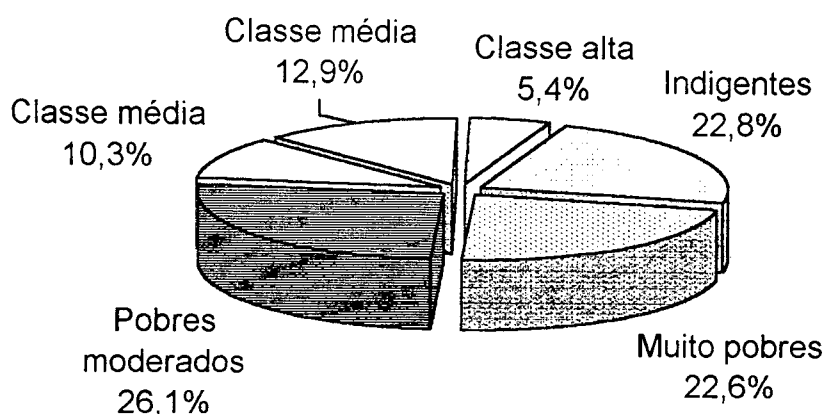
(**) O total de pobres está formado por ID+MP+PM

(***) O total de não pobres está formado por CMB+CM+CA

A classificação feita foi baseada nos seguintes parâmetros: como indigentes considerou-se os lares e as pessoas que, em média, satisfazem menos da metade do conjunto de necessidades básicas de vida definidas pela ENEGH (condições mínimas de saúde, alimentação, educação e serviços básicos). Os muito pobres são os que satisfazem entre a metade e menos de dois terços de suas necessidades, e os pobres moderados são os que satisfazem entre 2/3 e menos de 95% delas.

De acordo com Boltvinik, (1998), no momento em que se iniciou o processo de globalização econômica o fenômeno de pobreza foi acelerado pelas políticas fiscais de ajuste e pelo modelo de acumulação do capital. A pobreza é um fenômeno mundial, mas nos países como o México e Brasil a desigualdade social e econômica agudizo problemas dos setores com menos possibilidades de satisfazer suas necessidades básicas.

GRÁFICO 6 - COMPOSIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO MÉXICO ATÉ 1998.



Fonte: Boltvinik, 1998, p.27.

Os 27,7 milhões de pessoas não pobres (28,6% da população) tem sido classificadas em três estratos da seguinte forma: como classe média baixa esta considerada aquela que satisfaz suas necessidades básicas 80% e que precisa de maiores salários para se manter nesse setor (10,0 milhões de pessoas, o 10,3% da população); a classe média satisfaz suas necessidades básicas de forma simples, mas esta em constante luta na procura de satisfazer 100% dessas necessidades básicas (12,5 milhões, o 12,9%); e a classe alta (5,2 milhões, o 5,4% dos habitantes do país). Essa foi a composição da sociedade mexicana durante a década de 90 quando se deu inicio o processo de globalização econômica.

4.4 REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO NO REGIME POLÍTICO

Segundo García (1999), a cada seis anos no México experimentam-se um roubo e despojo da riqueza gerada pelos trabalhadores do país. Esta perda da riqueza se traduz na perda do bem-estar de milhões de mexicanos e na diminuição do patrimônio familiar. Desde 1976 até 1994 repete-se o mesmo fenômeno e as mesmas causas técnicas: a) finanças públicas deficitárias, b) uma taxa de inflação maior que a americana e c) um excesso de importações, que dão origem a déficits sucessivos das balanças de pagamentos. Além das causas técnicas da perda do valor da moeda (desvalorização) repete-se em cada caso um processo histórico econômico diferente que originou as passadas crises econômicas. A atual crise nacional é a primeira no contexto da economia globalizada, ou seja, da internacionalização da economia mexicana.

Esse fenômeno econômico contemporâneo tem duas características básicas: 1) a prioridade à abertura indiscriminada do mercado nacional e 2) a promoção dos investimentos financeiros do exterior em curto prazo, instável e especulativo. O processo de globalização que começou com o governo de Salinas e do qual Ernesto Zedillo é co-participante uma vez que como secretário de programação e orçamento foi o autor do Plano Nacional de Desenvolvimento 1989-1994 do Salinismo, e que encabeça a continuidade do programa neoliberal que iniciou há 12 anos com Miguel de la Madrid, cujo grupo político conserva o poder político para instalar e consolidar seu projeto.

O tempo e a forma como se assumiu o poder político nas últimas duas décadas constituem a causa direta da presente crise. Sofremos uma profunda crise estrutural causada por decisões e ações empreendidas illogicamente pelo governo para acelerar a globalização ou internacionalização da economia. Porém esses processos de globalização geram seus próprios problemas no momento em que aceleramos mecanismos para desregulamentar a economia e situações jurídicas incômodas; privatizar as empresas públicas e reformar a orientação do Estado.

4.4.1. Desregulamentação

Para Ortiz (1999), a década de 80, justo com o período presidencial de Miguel de la Madrid deu passo a uma serie de reformas para transformar o Estado e seu regime político. As reformas atingiram todos os âmbitos da função pública, especialmente a intervenção do Estado na economia. Para isso, o governo diminuiu a regulamentação econômica, fez com que as leis que regulavam a função do estado na economia do país mudarem para aumentar o capital externo. Antes de 1984 as empresas estrangeiras só podiam ter menos de 49% das ações das empresas. Para os anos 90, já se instalam empresas com o 100% do controle do capital financeiro. Ainda mais, legisla-se para conceder a nacionalidade mexicana a empresas com capital estrangeiro que ingressem ao país ou que tenham empresas estabelecidas no país, com o fim de protegê-las como si foram empresas nacionais.

Segundo esse autor, a desregulamentação do controle e direção da economia do país foi a primeira medida política dos países latino-americanos para começar o processo de globalização econômica. É claro que outras medidas se aplicaram para facilitar a instalação e dar um novo trato às firmas estrangeiras (privatização de empresas públicas, garantias fiscais, terra, política salarial atrativa). Quanto ao comércio internacional, primeiro se fez possível a entrada ao GATT, com o qual se abriu vertiginosamente o país à penetração de uma imensa quantidade de mercadorias e serviços e facilitou-se ainda mais a chegada do capital financeiro especulador que ocasionou graves danos país, pois sua função é recolher a poupança interna para leva-lo para fora.

Posteriormente foi assinado em 1993 o Nafta, que foi o resultado da pressão que exerceram os capitais mais poderosos de Canadá, USA e México, pressionando seus países através dos políticos para ampliar e abrir rapidamente os mercados nacionais. Quanto à intervenção direta, o governo iniciou o desmantelamento do setor público. A liquidação, fusão, aluguer e venda das

empresas públicas foi o processo que se seguiu. De acordo o mesmo autor, só liquidam-se aquelas empresas que representavam uma carga fiscal ao Estado; fundem-se aquelas que realizavam a mesma função; alugam-se as que devem ficar em poder do Estado e das organizações sociais. Mas quanto à venda encontram-se em geral aquelas que deixam lucros, algumas até muito lucrativas, como é o caso de Telefones de México (a maior empresa de telefonia nacional). Ditas estas empresas, desde então, eram procurados pelos investidores privados nacionais e estrangeiros.

Segundo Ortiz (1999), o processo de desregulamentação e das reformas do Estado Mexicano coincidem com o que diz Carlos Marx referente às reformas: o Estado se reforma pensando que é assim que resolverá os problemas sociais em essência, mas nunca reconhecerá que é a origem dos males sociais, pois os interesses particulares que defende são contrários ao interesse geral e é incapaz de intervir na vida privada. No é por tanto representante do interesse geral. Isso traz como consequência inevitável a existência de desigualdades sociais que não se reduzem com reformas administrativas; não são um problema só de caráter técnico, pois são principalmente um problema político que é determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que evoluem e transformam o papel e a função do Estado como mediador com a sociedade.

No México a globalização é a nova forma de chamar o velho imperialismo. A venda das empresas públicas, como as petroquímicas, as telecomunicações, os portos, os bancos, não foi o que se prometeu para a sociedade mexicana na década de 80. Pelo contrário, falava-se em trazer empresas estrangeiras para melhorar os níveis salariais, criar mais emprego, gerar fontes de riqueza e distribuí-la de forma mais equitativa, fazer mais efetiva a democracia e fortalecer a moeda e suas reservas monetárias. Mas não foi assim, o Nafta não deu ainda os resultados esperados e continua-se com a desregulamentação para vender toda propriedade federal e fortalecer a economia neoliberal.

4.4.2. Privatização de empresas públicas

Para Ortíz (1999), o fenômeno da privatização no México foi parte da política econômica neoliberal que experimentou América Latina nas duas últimas décadas. Esta foi uma tendência recente do mundo que realçou as forças de mercado e uma menor dependência do governo na organização e controle dos recursos públicos. As raízes dessa privatização foram experimentadas recentemente depois da queda do socialismo com a convicção crescente de que a empresa livre avança mais rápido no desenvolvimento econômico e social que os mercados fechados e administrados pelos estados nacionais.

A privatização no México representou uma reversão do processo de nacionalização começado no século XX com a revolução de 1910. Mas no começo da década de 80, a privatização se converte no elemento chave para o avanço dos grandes capitais financeiros sobre as economias subdesenvolvidas e nesse momento a privatização se apresenta como um fenômeno global. A privatização foi então dirigido, pelo avanço da crescente economia mundial e não como resultado de políticas bem elaboradas pelos países subordinados as políticas monetárias e financeiras do FMI, do BID e de Washington.

Diversas décadas de crescimento rápido no comércio internacional e no investimento fizeram do comércio internacional um fator essencial na habilidade de uma nação para criar trabalhos, levantar salários reais e de gerar a riqueza. Para muitas nações, a privatização transformou-se então para muitos administradores públicos e empresários como único método eficaz de levantar o capital de investimento em termos favoráveis. A acelerada dívida pública no México foi também um dos fatores que obrigou os executivos no poder a colocar à venda as empresas mexicanas para poder diminuir os níveis de endividamento que tinham até 1998.

Desde o ponto de vista de Ortíz, nunca na história da administração pública do México o governo deu tanto apoio financeiro e tantas empresas aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros desde o processo de privatização do patrimônio público acontecido na década de 80 e 90. As empresas públicas mexicanas para serem, vendidas deveriam apresentar bons lucros na Bolsa Mexicana de Valores, para ser atrativas ao setor privado. Estes 24 grupos financeiros foram os mais beneficiados com essa política de privatização, que originou uma maior concentração de riqueza do país e de poder em mãos de oligopólios.

Para esse autor, as empresas públicas vendidas que davam bons benefícios financeiros ao Estado eram: os bancos, serviços de telefonia, as minas de cobre, as companhias aéreas, a petroquímica, o ferro, o acero. Dessas empresas vendeu-se todo o que foi construído em setenta anos com muitos sacrifícios e lutas da sociedade por maiores benefícios sociais, mas isto acabou com a política econômica experimentada em 6 anos de governo de Salinas e outros 6 de Zedillo. Por outro lado, as organizações empresariais por este fato elogiam diariamente o novo rumo que segue a política neoliberal mexicana.

O fato de fazer mais ricos e poderosos os empresários nacionais e estrangeiros ao comprar os bens da nação não seria tão ruim se não fosse porque essa concentração do capital não foi capaz de gerar um crescimento econômico saudável e sustentado, já que só está servindo para a especulação na Bolsa Mexicana de Valores, na bolsa de valores de New York. Isso também não criou novos empregos pelo contrario, teve severos cortes que se traduziram em péssimos serviços, como nos bancos, que uma vez privatizados dedicaram-se a cobrar altas taxas de juros, a embargar bens de pessoas e empresas, a pagar baixos os juros a poupadores e baixos salários a seus empregados. O resultado da privatização foi esse: desemprego, baixos salários, maus serviços e abusos nos preços do mercado.

QUADRO 22 - VENDA DE EMPRESAS PÚBLICAS MEXICANAS DURANTE O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Nome das Empresas grupo de empresas	Preço de Vendas (milhões de dólares)	Percentual acumulado	Ano da Venda
18 Bancos comerciais	12,355	52.06	1991- 92
Telefones de México	6,180	78.10	1991- 92
Meios de comunicação	640	80.80	1993
Engenhos Açucareiros	632	83.46	1988-92
Seguradora Mexicana	580	85.91	1993
Minera de Cananea	475	87.91	1990
FERTIMEX	316	89.24	1991- 92
SICARTSA	316	90.57	1991
Aeronaves de México	263	91.68	1989
Mexicana de Aviação	176	92.42	1989- 92
AHMSA	172	93.15	1991
Industrias de Conasupo	159	93.82	1990
MICONSA	153	94.46	1993
Telégrafos Mexicanos	106	94.91	1988
Grupo Dina	82	95.26	1989
Total de 15 Empresas/Grupos	22,605	95.26	-
Grande Total	23,731	100.00	-

Fonte: Ortiz, 1999, p.46.

Até 1994, as empresas de maior lucratividade foram vendidas ao setor privado nacional e estrangeiro. Dessas empresas faturou-se um total de 23,731 milhões de dólares, mas o Banco Central esperava faturar aproximadamente 60,000 milhões de dólares pela venda dessas empresas.

Grupos e empresários que compraram as empresas públicas foram:

BANCOS: Grupo Financiero PROBURSA, representado por J. Madariaga; senhores Villareal, Guajardo e Elizondo; Gómez Covarrubias; Grupo Abaco; Grupo Accival; Harp Helú e Roberto Hernández; Garza Laguera e Roberto Touche; Cabal Peniche e outros. TELEFONES DE MÉXICO: Grupo Carso, Carlos Slim; South Western Bell, France Cable and Radio. MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Família Salinas Pliego (inclui canais 7 e 13 de TV, Operadora de Teatros, Estudios América e Canales de TV de província). ENGENHOS AÇUCAREIROS: Grupo de Inversiones ANERMEX, Jaime Porres, consorcio AGA de Guadalajara, Joaquín Redo e Soços; Operadora Açucareira do Pacífico; Consorcio Escorpião; Engenhos Santos, S.A.; AFIANZADORA MEXICANA: Sres. Fernández Madero e Sánchez N. Mollo. MINERA DE CANANEA: Jorge Larrea (Mexicana de Cananea) FERTIMEX: Industrias Peñoles. ALTOS FORNOS DE México (HAMSA): Consorcio de Accionistas em Engenharia; Ferro e Acero do Norte, família Montemaeor; SIDERÚRGICA NACIONAL, Grupo Industrial San Lorenzo. CÍA. MEXICANA DE AVIAÇÃO: Grupo Havre; AERONAVES DE MÉXICO, Grupo Ícaro. INDUSTRIAS CONASUPO: Hidrogenadora Nacional; jabones e detergentes S.A.; Industrias integradas do Norte, Modercarm. S.S.; e outras. DINA: Consorcio "G" S.A. TURBO ACERO: Aceros Generales S.A., Jaime Woldenberg.

Estes são alguns dos mais beneficiados pela política neoliberal entre 1982-1994. A referência é da Revista de Comercio Exterior de março de 1992, e alguns nomes selecionados são de grupos financeiros, famílias e pessoas que compraram estas empresas abaixo do preço estimado, sendo eles os verdadeiros beneficiados do neoliberalismo. Ainda não se sabe com certeza se na privatização houve esquemas para vender e comprar essas empresas públicas, ou se políticos e funcionários públicos beneficiaram-se desse processo já que a venda das empresas deixou muitas perdas para o Estado porque muitas empresas foram vendidas abaixo do preço ofertado inicialmente. Segundo dados do INEGI, para 1999, tinham-se vendido aproximadamente 97 empresas.

4.4.3. Reforma do Estado

Para Arellano (1997) existem dois aspectos básicos que caracterizam o processo de reforma do Estado mexicano: 1) a contração da estrutura econômica e a cobertura das políticas econômicas estaduais, e 2) o refluxo do gasto do bem-estar social. O Estado social intervencionista entra em crise em princípio da década de 80, de modo que a gestão estatal na economia é cancelada e literalmente desmantelada a política de bem-estar social e a responsabilidade histórica do Estado.

As reformas do Estado na década de 90 foram consolidadas, e a transformação aprofundada. Em termos de administração pública, a descentralização de diferentes instituições e recursos (sistemas de educação e saúde estavam entre os mais importantes setores a serem reformados) foi definida como uma importante proposta, apesar dos esforços serem limitados pela resistência administrativa e política. Assim, o Estado negociou três diferentes reformas: Quanto ao sistema, para o controle e administração de eleições. Administrativamente, o esforço da descentralização foi mantido, mesmo encarando ainda fortes oposições e outras dificuldades. Ademais, a simplificação de procedimentos e o desenvolvimento de formas mais precisas para controlar o uso de recursos públicos foram definidos. O Banco Central ganhou autonomia e as novas redes de governo foram melhoradas e redefinidas.

Para Ortíz (1999), a realização de uma política social depende de lineamentos governamentais e de uma quantidade variável de recursos públicos que obedece a sua própria natureza histórica. Os pobres e a miséria, no sistema capitalista, sempre foi um problema público, mas não exclusivamente governamental. Por isso, a natureza política e social do Estado capitalista requerem constantes mudanças e reformas para poder diminuir esse tipo de problemas. Porém, a crise do Estado social intervencionista autoritário, intensificada em 1988, no governo de Salinas, teve o reto de re-planejar não só as

funções institucionais de bem-estar social no esquema de economia mista, se não apresentar a fase mais dura do capitalismo (desmantelar o Estado e eliminar garantias de desenvolvimento social) de 70% de pobres de México.

QUADRO 23 - REFORMA DO ESTADO MEXICANO 1988-1998

Tipo de Reforma	Características	Objetivo
De sistema	<ul style="list-style-type: none"> • Desregulamentação econômica e da propriedade pública. • Controle e administração das eleições 	<ul style="list-style-type: none"> • Abrir a economia ao mercado mundial
Descentralização e autonomia	<ul style="list-style-type: none"> • Privatizar empresas públicas • Criar uma gestão pública com visão clientilista. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o aparelho estatal e o gasto público.
Controle interno	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação dos processos, técnicas e métodos administrativos dos recursos humanos, financeiros e materiais. • Modernização tecnológica do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar e limitar o uso dos orçamentos e recursos públicos.

Fonte: Arellano, 1997. p.21.

Para Arellano, todas as reformas administrativas aplicadas desde 1982 até 1996, foram encaminhadas para que o Estado mexicano deixasse de ser o depositário dos meios da realização do desenvolvimento social e da justiça social, para se converter num promotor ou gestor desses fenômenos sociais. O Estado então deixa de exercer uma de suas funções principais: manter as condições mínimas de serviço à população do México. Esse tipo de reforma só foi direcionada para agilizar a abertura da economia e a consolidação do Nafta, além de desmantelar toda a estrutura administrativa do setor de serviços e de bem-

estar social para a população. Outro fenômeno apresentado que acompanhou as reformas administrativas foi o corte dos servidores públicos do governo federal para diminuir o gasto público federal.

Para Ortíz (1999), a reforma administrativa experimentada na década de 90 estava mais preocupada em corrigir processos de modernização tecnológica, controlar politicamente as instituições e organismos públicos e pela abertura comercial internacional, do que em gerar processos eficazes para atender a um funcionalismo público ou a uma democratização institucional e a autonomia organizacional dos municípios e estados. Essa reforma de desestatização do desenvolvimento social caracterizou-se pela promoção das verbas dos beneficiários na venda de projetos de obra pública; a recomposição orçamentária das instituições de educação superior com orientações de eficiência, produtividade e excelência acadêmica.

QUADRO 24 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO NO MÉXICO DE 1988 A 1998

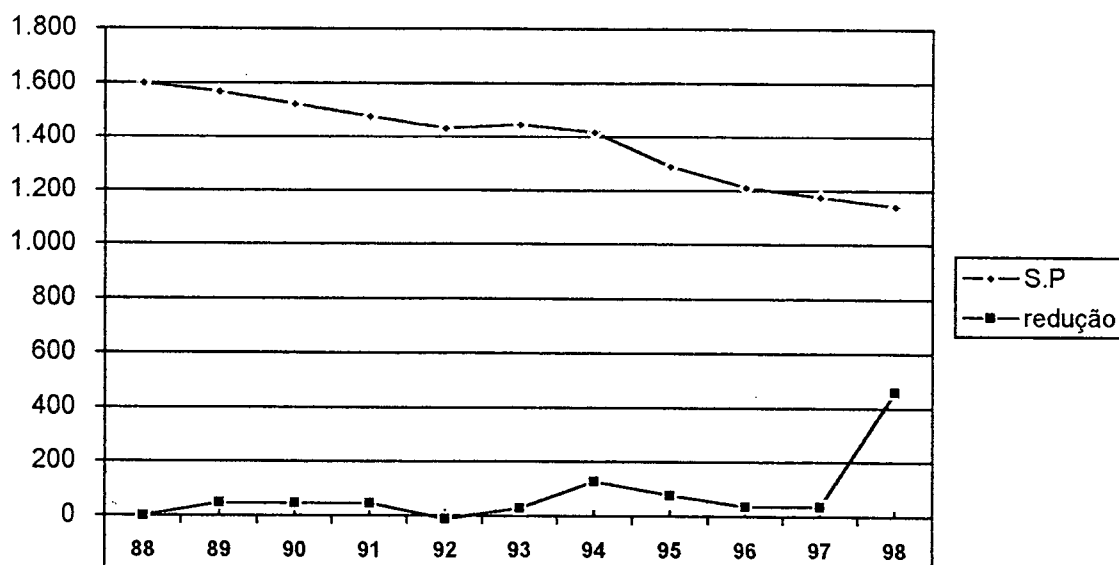
ANO	SERVIDORES PÚBLICOS	PESSOAL REDUZIDO
1988	1.600.000	32.000
1989	1.568.000	47.040
1990	1.520.960	45.629
1991	1.475.331	44.260
1992	1.431.071	-14.311
1993	1.445.382	28.908
1994	1.416.474	127.483
1995	1.288.992	77.339
1996	1.211.652	36.350
1997	1.175.303	35.259
1998	1.140.044	459.956
*Total		459.956

Fonte: Arellano, 1999, p.45.

(*) Não inclui o setor militar, segurança pública e educação.

Durante o processo de globalização econômica, o setor público foi reduzido em 30%. Esta redução obedeceu a uma política de reestruturação funcional do Estado e a pressões econômicas internas (gasto público excessivo) e externas (indicações do FMI e BID). A evolução do gasto público foi a seguinte: em 1988 se tinha um gasto público do 20% do Produto Interno Bruto. Para 1994 baixou para o 18%, em 1996 diminuiu para 16% e em 1998 para 13%. Esta redução aconteceu devido ao corte dos servidores públicos federais e estatais e a programas de demissão voluntária (retiro voluntário).

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO NO MÉXICO DE 1988 A 1998



Fonte: Arellano, 199, p. 46.

Para Arellano (1997), essas diferentes iniciativas delineadas durante este período podem ser caracterizadas dentro de uma estratégia de reforma estatal. Segundo ele, a reforma do Estado Mexicano não deve ser explicada como um processo de vontade política-administrativa simples, racional e lógico. Consiste numa série de processos imposta pelos mais altos níveis do governo usando, formal e informalmente, capacidades discricionárias do presidente. É importante dizer que esse projeto ajuda a criar um novo sistema de alianças para definir novas regras para o sistema político-econômico.

4.5 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS RELAÇÕES ENTRE OS PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E OS REGIMES POLÍTICOS DO BRASIL E DO MÉXICO.

Para Featherstone (1994), ao longo da historia contemporânea, América Latina experimentou uma serie de acontecimentos políticos, econômicos e culturais similares, influenciados e em ocasiões determinados pelo controle do capital e pela hegemonia dos países desenvolvidos no setor financeiro, avaliado por um poderio militar como condicionante do seu poder e estatus. Esses acontecimentos são vistos claramente em países que dependem de fontes de capital externo para se desenvolver como são os países de América Latina.

Para Leis (1996), os problemas políticos contemporâneos eram analisados em dois niveles: o de Estado-nação e o de sistema internacional. Nas últimas duas décadas essas relações mudam e o fator externo fortaleceu-se e repassou os limites de ação, de impacto e de influencia econômica, política e social. Porém as análises dos fenômenos políticos têm um maior campo de analise no nível externo (cenário internacional) o que permite ter uma visão ampla das determinantes do controle e direção do capital que se apresenta como o fator indispensável na solução econômica e política das sociedades contemporâneas. Assim analisando a globalização econômica pode-se dizer que é um projeto de liberação do mercado, onde os países poderosos reorganizam, controlam e dividem o mercado para concorrem entre si. Além de ser um neocolonialismo moderno onde os regimes políticos subordinam-se a esse controle mercantil do capital financeiro.

Os regimes políticos de América Latina especificamente os países de Brasil e do México experimentarem mudanças em sua estrutura, sua funcionalidade e sua função social na última década. O regime político desses países foi mudado e liberado de sua responsabilidade social deixando essa função para as forças do mercado globalizado. A continuação apresenta-se um quadro de análise explicando as diferenças e semelhanças das relações entres os processo de globalização econômica e os regimes políticos do Brasil e do México.

Existem mais semelhanças que diferenças nesta categoria para estes países, mas o essencial é saber como foi interpretada essa globalização econômica pelos responsáveis do Estado e qual o projeto político que fez mudar a trajetória das lutas sociais. No caso do México essa incorporação obedeceu a indicações de Norte América (EUA, Canadá) e do FMI, BID e G7 para abrir e liberar os mercados como condição para ingressar no processo de globalização e para fazer mais dinâmico o ingresso de investidores estrangeiros nesse país. Um primeiro pacote a se aplicar consistiu em desregulamentar a economia, desregulamentar o sentido nacionalista do poder para que um mexicano que ascendência estrangeira chegara à presidência da república.

No caso do Brasil a desregulamentação foi direcionada para tirar a responsabilidade social do Estado da política de bem-estar social. Mas em ambos casos a desregulamentação foi a primeira etapa para deixar o controle das economias nacionais na livre concorrência. Derivado do processo de desregulamentação a privatização das empresas públicas foi inevitável. Uma vez deixando sem responsabilidade ao Estado do controle da economia, a venda das empresas públicas foi um tramite necessário para posteriormente mudar o regime político dos estados nacionais e passando a formar os chamados Estados globais com responsabilidades sociais mínimas.

A reforma do Estado é uma conseqüência dos diversos fatores que determinam o regime político das nações (fontes de poder, instituições de controle e projeto político) porem mudar só os aspectos técnicos da administração pública não resolve os problemas estruturais do Estado. Reformar o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em "agências autônomas", e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: as "organizações sociais".

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo apresentara os resultados da pesquisa de forma sintetizada e procurará relacionar os fatos históricos dos regimes políticos do Brasil e do México no processo de globalização econômica com as teorias políticas existentes de tal forma que os dados pesquisados sejam analisados qualitativamente de forma objetiva e metodológica dando resposta as cinco perguntas de pesquisa formuladas no capítulo três desta dissertação.

Cabe salientar, que as conclusões do presente estudo são representativas exclusivamente no caso do Brasil e do México, e que ainda apresentem acontecimentos e fatos históricos similares a outros países da América Latina, não se podem fazer generalizações para o resto dos países.

5.1 CONCLUSÕES

Para a primeira pergunta de pesquisa sobre qual o tipo de regime político que países como Brasil e México tinham antes de se incorporar ao processo de globalização econômica; na década de 80?. A resposta é que tanto Brasil como México tinham um regime político populista baseado em um paternalismo estatal desenvolvido durante a década de 70. No caso de Brasil, antes de experimentar a democracia representativa este tinha um regime autoritário-burocrático, para México existia uma ditadura de partido único que domino a política durante 70 anos.

Para responder a segunda e terceira questão e determinar como foi a incorporação do Brasil e do México no período compreendido entre 1988 e 1998 no processo de globalização econômica, e analisar que tipo de mudança experimentarem os regimes políticos, é importante deixar claro que a globalização econômica não é uma invenção do neoliberalismo. Isso é uma postura idealista que não consegue perceber que a globalização é um fenômeno estrutural e objetivo e o neoliberalismo um programa político-ideológico que procura se adaptar a ela. Isto acontece devido a que o

mundo está passando por uma profunda revolução que atinge desde o dia-a-dia das pessoas comuns até as formas de existência dos países, dos seus regimes políticos e de sua diversidade cultural.

A globalização não foi um modelo econômico planejado por parte do Brasil e do México, foi um processo de inércia derivada de uma forte aceleração da mudança tecnológica, caracterizada pela intensa difusão das inovações telemáticas e informáticas e pela emergência de um novo padrão de organizações da produção e da gestão na indústria e nos serviços; padrão esse caracterizado pela articulação das cadeias de suprimentos e distribuição através de redes que minimizam estoques, desperdícios, períodos de produção em tempos de resposta, tornando os processos mais rápidos e eficientes. A superioridade competitiva deste novo padrão tornou imperiosa a sua adoção universal.

Para responder a quarta pergunta de pesquisa sobre quais os reflexos das políticas de desregulamentação, privatização, e Reforma do Estado, geradas como processo da globalização econômica nos regimes políticos de Brasil e do México?, é preciso entender que existe uma difusão desigual da mudança tecnológica dada no Brasil e no México respeito dos países centrais, caracterizadas pela forte erosão da liderança industrial americana, pelo movimento de unificação européia, e pela pujante ascensão da indústria japonesa conduziu a um quadro de policentrismo econômico mundial onde os países de América Latina procurarem reagir o mais pronto possível para se incorporar a esses novos blocos de poder econômico e político.

Quem fica à margem desse giro do capitalismo está condenado ao atraso e a miséria. Mas quem se adapta a ele nem por isso se sai bem. Vide o México, que cumpriu à risca a receita ortodoxa para integrar sua economia ao mundo avançado e quebrou sua estrutura econômica e regime político para ingressar á globalização econômica.

Outro aspecto do processo de globalização econômica encontra-se na indústria. Por exemplo, segundo Souza (1999), as dez maiores corporações mundiais: Mitsubishi; Mitsui; Itochu; Sumimoto; General Motors; Marunbeni; Ford; Exxon; Nissho, Shell; essas empresas faturam 1,4 trilhões de dólares, o que equivale ao PIB conjunto de Brasil; México; Argentina; Chile; Colômbia; Peru; Uruguai; e Venezuela. Metade dos prédios, máquinas e laboratórios desses grupos e mais da metade de do salário dos seus funcionários em unidades fora do país de origem e 61% do seu faturamento é obtido em operações no estrangeiro. É ali onde se encontram as diferenças de competição de países em vias de desenvolvimento e os que concentram o poder e o controle da economia internacional.

Outro reflexo da globalização econômica pode-se observar no processo de desaparecimento das fronteiras nacionais. Os governos não conseguem mais deter os movimento do capital internacional. Por isso, seu controle sobre a política econômica interna está se esgarçando. A quebra mexicana no final de 1994 é o exemplo mais marcante dessa perda de controle. Assim que o governo desvalorizou o peso frente ao dólar, os investidores sacaram vários bilhões aplicados no país e o México precisou de um pacote de socorro do FMI e do governo estadunidense, no Brasil aconteceu a mesma coisa em 1999. Os governos também estão perdendo a capacidade de proteger o emprego e a renda das pessoas. Se um país estabelece uma legislação que protege e encarece o trabalho é provavelmente excluído da lista de muitos projetos de investimento. Há, em fim, uma perda de controle sobre a produção e comercialização de tecnologia.

A quinta pergunta consistia em determinar quais as semelhanças e diferenças das relações existentes entre o processo de globalização econômica e os atuais regimes políticos do Brasil e do México?. Esta pergunta pode ser respondida com o quadro explicativo número 25 que analisa as semelhanças e diferenças das relações entre os processos de globalização e os regimes políticos destes países. Além de isso existem mais semelhanças que diferenças em quanto ao processo de globalização econômica que estes dois países experimentaram.

Como conclusão final pode-se dizer que o processo de globalização econômica para Brasil e México na década de 80 foi o planejamento do dismantelamento da riqueza pública e dos benefícios sociais, não pelo Estado se não pela inércia dos capitais internacionais. Para a década de 90, a privatização como as desnacionalizações foram simuladas formas de depredação e exploração. As propriedades nacionais e públicas passaram a empresas privadas e os problemas que tinha que solucionar o Estado com a venda dessas empresas nunca aconteceu tudo o contrario os problemas de pobreza e desemprego cresceu. Porém a entrada na globalização representou para os cidadãos de esses países um retrocesso na luta de suas demandas sociais, mas um avance na democracia e na reforma do Estado. Agora a possibilidade de ganhar benefícios sociais depende do dinamismo organizacional de grupos sociais e na forma como eles participam o estado deixa de existir para dar oportunidade novos grupos de poder político, econômico e cultural.

Com estas conclusões, a dissertação finaliza a pesquisa e análise comparativo e, pode-se afirmar que se conseguiram atingir os objetivos previamente determinados na primeira etapa deste trabalho que era analisar os reflexos do processo de globalização econômica nos regimes políticos de Brasil e do México.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Os regimes políticos do Brasil e do México se encontram mudando pela crescente mudança que experimentam tanto na sua estrutura interna como externa. Os projetos políticos e ideologias que a respaldam estão mudando também. Existe uma fragmentação do pensamento na teoria política sobre os novos regimes políticos que teremos de experimentar. O Estado não será mais o mesmo daquele da década dos anos 40 ou 70.

Os regimes políticos desses países estão mudando e não se pode parar sua trajetória. Este tipo de regime se caracteriza por gerar um tipo de autoridade poliárquica (múltiplas instâncias e unidades de decisão) e sua menor concentração do poder faz possível um maior isolamento e autonomia funcional das instituições burocráticas. A característica dominante é que a estrutura de poder se funda num complexo jogo de forças entre interesses e corporações privadas, organizações burocráticas, governos locais, partidos políticos, sindicatos, e governos central e locais.

A onipresença da política dá lugar a situações claramente irregulares. A mais habitual é o nepotismo, que existe praticamente em qualquer um dos regimes políticos, mas adquire neste regime um maior grau de difusão. Porém a mudança nos regimes políticos no processo de globalização apresenta grandes espaços para as lutas sociais. Existe mais espaço na globalização para a conquista de benefícios sociais como nunca na história de Brasil e México. Mudo um dos principais defraudadores das lutas sociais.

Agora não pode-se negar que a globalização trazera mais mudanças e mais lutas no campo ideológico, político e cultural. Por exemplo, as dificuldades são tantas que o cenário mais provável é de uma crise do Estado neoliberal sem que tenha se consolidado. Um cenário bastante característico do Brasil e do México, onde prevalece a instabilidade e a crise social e institucional, é ainda mais provável diante de uma crise internacional de alguma proporção. Diante das manifestações sociais de oposição

segmentadas que devem aumentar, a reação do Estado será, sem dúvida, ampliar seu grau coercitivo. A crise latente deve ampliar as possibilidades de vitória eleitoral de uma coalizão identificada como de centro-esquerda e que tenha a intenção de atenuar a crise social e de negociar em melhores condições a inserção subalterna do Estado brasileiro na globalização.

No entanto, uma alternativa real à globalização, ao neoliberalismo e seu regime político só podem emergir da formação de um novo sujeito coletivo a partir do movimento das classes subalternas e com condição de ampliar alianças sociais. A recomposição dos laços de solidariedade social pode ocorrer em meio da luta de massas por objetivos parciais e pela criação de novos espaços públicos e de novas formas de insurgência e de organização política.

Uma larga frente política contra a globalização neoliberal é um ponto de partida factível para um processo que se avizinha longo e que exigirá a mediação de um reestruturado Estado nacional democrático. Mas a exemplo do Estado neoliberal, que não é uma mera reedição do Estado liberal clássico, não poderá servir aos interesses do capital em crise, mas sim como um complexo mediador na construção de novas identidades socioculturais internacionais e populares e de uma efetiva alternativa democrática que integre aos povos e se complemente com outros Estados de igual conteúdo. E embora as dificuldades não sejam poucas num caminho que se antecipa longo, a condição para uma aliança com trabalhadores dos povos é ainda uma utopia. O sonho de ter uma congregação de trabalhadores unificados internacionalmente pode só ser considerada assim, uma utopia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís. **Novas tecnologias, difusão setorial e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: BIB, 1990.
- ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas do modelo pós burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER, PEREIRA, L. C., SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 12-43.
- Almanaque mundial 2000**. São Paulo: Novo milênio, 2000. CD-ROM.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Praxis, 1999.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARANDA, José. **El método del método**. México, D.F.: CIES, 1992.
- ARELLANO, Gault. **A reforma do Estado do México e a estratégia de gerenciamento**. São Paulo: ENAP, 1997.
- BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. 8.ed. California: Wadsworth Publishing Company, 1998.
- BANCO DE MÉXICO. **INFORMES ANUALES 1993-1997**. México D.F.: BM, 1999.
- BARROSO, Alberto. **Globalização: a defesa da Concorrência e Eficiência Econômica**. São Paulo: Globcom, 1999.
- BOLTVINIK Julio. **La pobreza en México**. México: Magnitud, 1995.
- BRESSER, Pereira. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

- BRESSER, Pereira, L. C., SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRUYNE, Paul. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- BUTLER, Eamonn. **A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- CABRERA, Edgar. **O modelo neoliberal em América-Latina**. México: UAM, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. **Mudanças históricas e revisões historicográficas**. São Paulo: Imaginário, 1996.
- CARVALHO, Denise. **Fiesp ataca política de privatização**. São Paulo: FIESP, 2000.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. **Projeto de Primeiro Mundo com conhecimento e trabalho de terceiros**. São Paulo: USP, 1993.
- CEPAL. **Desarrollo, crisis y equidad**. Santiago: CEPAL, n.40, 1990.
- CORES, Baldomero. **Dicionário da ciência política**. São Paulo: 1980.
- COSTA, Leila. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. São Paulo: INICAMP, 1996.
- DRUCKER, Peter. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.
- DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ELIZONDO, Carlos. **El Estado mexicano despues de su reforma**. México: CIDE, 1995.
- ESCOBAR, Miguel. **Contribución al estudio del poder**. México: UNAM, 1995.
- FEATHERSSTONE, Mike. **Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

- FERNANDEZ, Ramón. **La resistencia contra la globalización económica y el neoliberalismo**. España: Virus, 1999.
- FLEURY, Afonso. Qualidade e produtividade na estratégia competitiva das empresas industriais brasileiras. In: CASTRO, Nadya Araújo. **A máquina e o equilibrista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 85-111.
- GARCÍA, Rocha. **A primera crisis de la Globalización**. México D.F.: UAM, 1999.
- GATES, Bill. **A empresa na velocidade do pensamento**. São Paulo: Companhia de letras, 1999.
- GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GODOY, Arilda Schmith. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo, **Revista de Administração de Empresas, RAE**, v.35, n.3, p.20-29, mai./jun. 1995.
- GONÇALVES, R. BAUMANN, R. **A nova economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus.1998.
- IBGE. **Anuário estatístico 1997-1998**. São Paulo: IBGE, 1999.
- INEGI. **Anuario estadístico 1998**. México D.F.: SHCP, 1999.
- INEGI. **Compendio estadístico 1980-1990**. México D.F.: SHCP, 1992.
- INEGI. **Sistema de cuentas nacionales de México**. México D.F.: SHCP, 2000.
- KETTL, D. F. A revolução global da reforma da administração do setor público. In: BRESSER, PEREIRA, L. C., SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 76-112.
- KISSINGER, Henry. **América Latina e a nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

- LECHNER, Norbert. **Busqueda de la comunidad perdida**. México D.F.: Sociológica, 1994.
- LEIS, Héctor. **Globalização e democracia após Rio-92**. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- LEVI, Lucio. **Dicionário de ciências políticas**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MONTESINOS, Rafael. **Empresários en Brasil y México**. México D.F.: UAM, 1996.
- NAISBITT, John. **Megatendências o paradoxo global**. São Paulo: CAMPUS, 1994.
- NERI, Marcelo. **Uma fotografia recente da pobreza brasileira**. São Paulo: IETS, 1999.
- ORTÍZ, Wadgimar. **Hacia un balance sexenal 1988-1994**. México D.F.: UNAM, 1999.
- OSLAK, Oscar. **Políticas públicas e regímenes políticos**. Buenos Aires: CEES, 1988.
- PANIAGUA, Ruiz Aguilar. **Política econômica y metamorfosis sociales**. México D.F.: UNAM, 1990.
- PERO, Valéria. **Terceirização e qualidade do emprego: uma análise da região metropolitana de São Paulo no início dos anos 90**. São Paulo: ILDEFES, 1995.
- PRATS, Joan. Governabilidade democrática na América Latina no final do século XX. In: BRESSER PEREIRA, L. C., SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.114-143.
- PRZWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C., SPINK, **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.39-73.
- REYNA, José Luis. **Los partidos políticos em América Latina**. México, D.F.: Sociologica, 1999.

- RICHARDSON, Jarry. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.
- SANDRONI, Paolo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.
- SINGER, Paul. **Brasil na crise: perigos e oportunidades**. São Paulo: Contexto, 1996.
- SOUZA, Donaldo B. **A Globalização: a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões da desigualdade**. Rio de Janeiro: SENAC, 1997.
- THERBORN, Göran. **A crise e o futuro do capitalismo**. São Paulo: SADER, 1995.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.
- URBANI, Giuliano. **O análise do sistema político**. São Paulo: Bologna, 1981.
- VILLA, Aguilera. **La forma intervencionista do Estado**. México D.F.: Sociologica, 1997.
- VIOLA, Eduardo. **A globalização**. São Paulo: UNICAMP. 1996.